Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2024 | Nª 25.621 | Preço banca: R$ 3,50

Fundo Clima vai financiar projetos com juros de 1% a 8% ao ano

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram na segunda-feira (1º) o contrato para execução de R$ 10,4 bilhões pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima).

Trata-se do maior volume de recursos da história do fundo, criado em 2009, e que desde então possui uma carteira de contratos em vigor que soma R$ 2,5 bilhões. Nos últimos quatro anos, no entanto, o fundo ficou praticamente parado, segundo o governo.

"Saímos do volume de recursos de R$ 400 milhões em média, por ano para R$ 10 bilhões, e esses recursos com certeza farão a diferença no processo de mudança da nossa matriz energética, agricultura resiliente, cidades resilientes, com adaptação e outras agendas", destacou a ministra Marina Silva, em entrevista a jornalistas após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Ela estava acompanhada do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, que confirmou os valores das taxas de juros dos projetos a serem financiados pelo fundo.

As taxas mais altas serão para projetos na área de energia solar e eólica, que têm um mercado mais bem estabelecido no Brasil, definidas em 8% ao ano. Já a taxa para restauro de floresta será de apenas 1% ao ano. Página 16

Justiça suspende pagamento de R$ 581 mil em férias a Domingos Brazão

Página 3

Governo abre processo para investigar Enel sobre apagões na capital

Página 2

São Paulo supera a marca de 2 milhões de idosos, aponta estudo da Prefeitura



Foto/Marcello Casal Jr/ABr

Página 2

Relator no TRE vota contra a cassação de Sérgio Moro

O desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, votou na segunda-feira (1º) contra a cassação do senador Sergio Moro (União-PR), ex-juiz da Operação Lava jato.

Após o voto do relator, a sessão foi suspensa e será retomada na próxima quarta-feira (3). Faltam os votos de seis juízes.

Se for cassado pelo TRE, Moro não deixará o cargo imediatamente porque a defesa poderá recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Caso a eventual cassação seja confirmada pelo TSE, novas eleições serão convocadas no Paraná para preencher a vaga do senador. Página 3

Força Nacional continuará apoiando Ibama na Amazônia Legal

Página 16

Dólar sobe para R$ 5,05 e atinge maior valor em quase seis meses

Em um dia de nervosismo no mercado internacional, o dólar teve mais uma sessão de alta e atingiu o maior valor em quase seis meses. A bolsa de valores recuou após duas altas seguidas, também influenciada pelo mercado externo.

O dólar comercial encerrou a segunda-feira (1º) vendido a R$ 5,059, com valorização de R$ 0,044 (+0,87%). A cotação operou em alta durante toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 16h, chegou a R$ 5,07.

A moeda norte-americana está no maior nível desde 13 de outubro do ano passado. No primeiro trimestre, a divisa tinha ganhado 3,34%, ultrapassando a barreira de R$ 5 na última quinta-feira (28).

No mercado de ações, o dia também foi tenso. O índice Ibovespa, da B3, fechou o dia aos 126.990 pontos, com queda de 0,87%. As ações de bancos puxaram o recuo.

O dólar subiu em todo o planeta após a divulgação de que a atividade industrial nos Estados Unidos ficou acima de 50 pontos pela primeira vez desde setembro de 2022. A barreira de 50 pontos separa expansão e encolhimento.

O aquecimento da economia norte-americana pressiona o dólar porque diminui as chances de o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) cortar os juros da maior economia do planeta três vezes neste ano. Aumentaram as possibilidades de o Fed reduzir os juros apenas duas vezes em 2024, o que indica taxas altas por mais tempo.

Juros altos em economias avançadas estimulam a fuga de recursos de países emergentes, como o Brasil. No caso dos Estados Unidos, as taxas maiores aumentam a rentabilidade dos títulos do Tesouro norte-americano, considerados os investimentos mais seguros do planeta. O aumento do interesse por esses papéis atrai recursos financeiros de todo o planeta, pressionando o dólar e as bolsas de valores. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,05
Venda: 5,05

Turismo
Compra: 5,09
Venda: 5,27

EURO

Compra: 5,43
Venda: 5,43

Esporte

Sergio Sette voltou aos pontos no Mundial de Fórmula-E

No sábado (30) o Campeonato Mundial de Fórmula-E realizou uma corrida histórica no continente asiático. Nas ruas de Tokio, a maior metrópole japonesa, os 22 pilotos que participam das disputas tiveram a luz verde para a primeira corrida da história no Japão. Em um país que respira velocidade a população lotou as arquibancadas para assistir aos mais velozes carros elétricos do planeta.

Fazendo a sua quarta temporada completa na competição o brasileiro Sérgio Sette Câmara, de 25 anos, esteve muito animado desde o início das atividades. Amante da cultura e população daquele país o brasileiro antes mesmo de entrar na pista já havia se declarado como um fã do traçado – em que treinou por várias horas em simulador - que, diferente da pista do Brasil, por exemplo, apresentou características muito técnicas e propensas aos carros da equipe ERT Fórmula-E.

Tendo em vista isso o time de engenharia e mecânicos da equipe usou bastante o tempo de pista dos dois treinos livres para prepararem um carro que fosse confiável para a corrida. Assim, sem uma preocupação de resultado nos treinos, Sette Câmara registrou o 17º tempo na primeira sessão e, na segunda sessão, o 19º tempo. Pelas posições conquistadas, realmente, não seria um dia animador. Porém, com tranquilidade, o piloto seguiu para a parte de grupos da classificação e, com a marca de 1m19s474 ele foi o segundo mais veloz do Grupo "B" e avançou para a fase dos duelos em que apenas os oito mais velozes se classificam. No primeiro embate, contra o suíço Nico Muller (Maseratti), Sette Câmara mais uma vez mostrou sua superioridade e com mais de quatro décimos de vantagem avançou para a semifinal. Desta vez, porém, o brasileiro acabou tocando de leve uma das barreiras de proteção e abortou sua volta, porém, já estava garantido com a quarta colocação do grid.

A corrida foi autorizada às três da manhã de sábado. Serginho, em largada conservadora, acabou perdendo uma posição, porém, manteve-se no Top5 da corrida. Com um equipamento que, sabidamente, consome mais energia que o dos demais concorrentes



Foto/ERT Fórmula E Team

Sergio *Sette*

Sérgio optou por uma estratégia de se manter o maior tempo possível nas disputas do primeiro pelotão. Muito pressionado, pouco a pouco, ele perdeu algumas posições, mas, em boa estratégia de pegar o Attack Mode ele se dirigiu àquela área apenas nas últimas voltas e, aproveitando-se muito bem de condições de pista, conseguiu permanecer durante todo o tempo na zona de pontuação concluindo a corrida na décima colocação. Com o resultado o brasileiro somou mais um ponto para o Campeonato e, agora, figura na 17ª colocação.

"Estou satisfeito pelo que conseguimos desempenhar aqui em Tokio. A pista apresentava características mais próximas ao ideal para o nosso carro e, com isso, consegui me posicionar muito bem na classificação onde busquei realmente o limite. Larguei da segunda fila e, pensando somente me minha estratégia, fiz uma corrida legal, segurei os adversários o máximo possível e, ao final, concluir a prova na zona de pontuação foi uma espécie de prêmio para todos do time que se empenharam muito neste fim de semana", concluiu o piloto patrocinado pela MRV.

O outro brasileiro no Mundial não teve um final de semana pra se comemorar: Lucas Di Grassi foi atrapalhado no classificatório, perdendo tempo em sua melhor volta, e, na corrida, levou um toque que o fez abandonar a prova. Mas mesmo assim o brasileiro saiu do ePrix de Tóquio otimista. A primeira corrida da história da Fórmula E se provou ser um desafio extremamente técnico, no qual a paciência dos pilotos foi testada com as poucas possibilidades de ultrapassagem.

O fim de semana começou movimentado. Durante os treinos, uma pequena parte da pista se encontrava molhada. Por conta disso, vários pilotos tiveram dificuldade em encaixar uma volta rápida. Também por isso, na classificação, o brasileiro se viu atrapalhado por carros mais lentos no traçado estreito.

O Campeonato Mundial de Fórmula-E retoma seu calendário daqui duas semanas com o e-Prix de Misano. Após vários anos competindo nas ruas de Roma a competição chegará, em 2024, a um dos autódromos mais icônicos e tradicionais do país.

WRC: TOYOTA GAZOO Racing vence Rally Safari e mantém hegemonia no Quênia

A TOYOTA GAZOO Racing manteve a hegemonia no Rally Safari, prova realizada no Quênia e que pelo quarto ano seguido foi válida pelo WRC, o Mundial de Rally. O time dominou a prova e viu o atual bicampeão, Kalle Rovanperä, sair com a vitória, liderando uma dobradinha com Takamoto Katsuta. Vice-líder do campeonato, Elfyn Evans foi o quarto colocado ao final das 19 especiais.

Rovanpera, que neste ano disputa apenas algumas etapas do WRC, venceu nada menos do que sete especiais na única passagem do campeonato pelo continente africano, sendo seis delas seguidas com o GR Yaris Rally1 HYBRID. Ao todo, foram 12 das 19 especiais vencidas pela equipe japonesa, com três triunfos de Evans e dois de Katsuta.

Após a disputa do Rally Safari, Elfyn Evans segue na vice-liderança do WRC. Depois de três etapas, o piloto britânico possui 61 pontos, distante apenas seis do líder do campeonato. Presente apenas em duas etapas, Rovanpera é o quinto colocado, sendo seguido por Katsuta e Sébastien Ogier, sexto e sétimo colocados, respectivamente.

O WRC terá prosseguimento entre os dias 18 e 21 de abril, quando ocorrerá o Rally da Croácia, prova que abre a segunda gira da temporada na Europa.

SP supera a marca de 2 milhões de idosos, aponta estudo da Prefeitura

A população da cidade de São Paulo está mais velha. São mais de 2 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, com destaque para as mulheres (quase 60% dos idosos). Esse e outros resultados são provenientes de um novo estudo elaborado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) do Município. A fonte de dados é o Censo Demográfico de 2022 do IBGE. Acesse aqui o Informe Urbano na íntegra.

Em números absolutos, a cidade chegou a 2.023.060 idosos - equivalente à população da cidade de Manaus. Só no período de 2010 a 2022, houve um crescimento de quase 700 mil pessoas com idade acima de 60 anos – semelhante à população total de Cuiabá. A população idosa na cidade de São Paulo cresceu 51,1% no período. A alta taxa de crescimento acompanha as tendências do aumento de pessoas com mais de 60 anos no estado e no país, sendo elas 60,3% e 56,0%, respectivamente.

A análise da SMUL mostra que o envelhecimento acontece em ritmo mais intenso e acelerado quando comparado a períodos anteriores. Se entre 2000 e 2010, o aumento da representação de idosos na população total foi de 2,6%, o crescimento chega a 5,8% quando comparado 2010 a 2022.

Atualmente, a população idosa representa 17,7% da população paulistana e já supera o percentual de crianças (17,1%). Também é maior que a faixa etária de 15 a 24 anos (13,6%), ficando aquém somente da população adulta (51,6%). O crescimento é notório, uma vez que em 2010 a população idosa era a menos representativa na cidade.

O Censo de 2022 indica que as mulheres são maioria entre os idosos. São 1.209.107 mulheres contra 813.953 homens, ou seja, um excedente de aproximadamente 400 mil mulheres na faixa etária de 60+. No grupo acima dos 80 anos, essa diferença é ainda maior: o número de mulheres é superior ao dobro de homens.

Políticas públicas municipais para idosos

O envelhecimento da população paulistana justifica a adoção de políticas públicas municipais para o atendimento dos idosos. Para financiar projetos que garantam os direitos da pessoa idosa, existe o Fundo Municipal do Idoso (FMID) cujos recursos são provenientes de doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Além do Fundo Municipal do Idoso, a Prefeitura conta com o "Plano Intersetorial de Políticas para o Envelhecimento do Município de São Paulo", política transversal que define iniciativas para preservar a saúde e autonomia do idoso. Outras ações são coordenadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) por meio da Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa, e incluem a gestão de espaços de convivência, como o Polo Cultural José Lewgoy, no Cambuci, e o Centro de Desenvolvimento para Promoção do Envelhecimento Saudável, na região de Pinheiros, que contribuem para o envelhecimento saudável da população idosa.

Além disso, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), por meio da Coordenadoria de Atenção Básica, desenvolve atividades de promoção e atenção integral à saúde da pessoa idosa e coordena a Política Municipal de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa na cidade de São Paulo. A porta de entrada são as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) pelo programa Nossos Idosos que, de acordo com a necessidade, fragilidade e grau de vulnerabilidade, são encaminhados para as Unidades de Referência em Saúde do Idoso (URSIs) e para o Programa Acompanhante de Idosos (PAI).

Idosos em situação de vulnerabilidade também têm direito aos serviços de proteção social básica e especial pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS), tais como acesso a centros de acolhimento, núcleos de convivência e serviços de alimentação domiciliar. São 17.635 vagas para o atendimento de pessoas idosas, sendo 2.935 para acolhimento e 14.700 para convivência e fortalecimento de vínculos. Outros 163 serviços exclusivos para essa população, como Núcleos de Convivência de Idosos, Centros Dia para Idosos, Centro de Referência do Idoso, Instituições de Longa Permanência para Idosos, Centros de Acolhida Especiais para Idosos e Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa.

Informes Urbanos

Os Informes Urbanos são estudos sobre temas de interesse para o desenvolvimento de São Paulo. As análises abordam dados demográficos, sociais, econômicos e de uso do solo, sempre sob a ótica da dimensão territorial, ou seja, da manifestação desses temas no espaço urbano.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Últimos dias de mudança de partido [janela partidária sem perder a cadeira] pra vereadores e vereadoras. O caso do PSDB, com quase 100% da bancada ao lado da reeleição do Ricardo Nunes (MDB) caindo fora, já é história

.

PREFEITURA (São Paulo)
Ricardo Nunes segue relembrando das histórias dos veteranos do MDB, como o ex-prefeito Mario Covas [avô do Bruno Covas] que já eram políticos importantes entre 31 março 1964 e 15 março 1985 [governos militares]

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Bancada cristã protestante, das igrejas que representam, já ajudam - ao lado dos deputados federais - candidatos e candidatas que disputarão as eleições 2024 pra vereadores e prefeitos. Ajudar agora é ser ajudado nas reeleições 2026

.

GOVERNO (São Paulo)
Tarcísio Freitas (Republicanos) não estimula ninguém do seu Secretariado tocar no assunto de uma possível mudança pro PL - por conta do convite reforçado pela ex-1ª dama Michelle Bolsonaro - ou pra qualquer outro partido às direitas

.

CONGRESSO (Brasil)
Faltando 1 voto pro Supremo ampliar o foro privilegiado [senadores e deputados] em função de crimes que cometerem nos mandatos, deve ser mantido [o julgamento] até pra quem tá fora do mandato, valendo também pra Presidência

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Depois do ex-prefeito paulistano Haddad (PT), atual ministro (Fazenda), agora foi o ex-governador (SP) Alckmin (ex-PSDB no PSB), vice-presidente, que tá se recuperando da Covid. Ambos têm expectativas diferentes pras eleições 2026

.

PARTIDOS (Brasil)
Das atuais 29 legendas partidárias, a pergunta da hora é quais vão sobreviver após as eleições municipais 2024, uma vez que os atuais donos e sócios preferenciais podem perder o que ainda têm hoje : suas parcerias com direitas e esquerdas

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Uma coisa é o TRE do Paraná, outra coisa é o TSE. Ainda que o senador Moro (União) não for cassado [por legislação que não existe sobre gastos pré-campanha], a questão é se pode rolar um '3º turno', via interessados pelo PT e pelo PL

.

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo abre processo para investigar Enel sobre apagões em São Paulo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, determinou a abertura de processo administrativo para investigar a Enel. O objetivo, segundo ele, é "averiguar as falhas e transgressões da concessionária em relação as suas obrigações contratuais e prestação de serviço".

"O processo será feito com maior rigor, garantindo a ampla defesa, podendo acarretar, inclusive, a caducidade. Trabalhamos com afinco para garantir à população, a qualidade dos serviços de energia", postou o ministro em seu perfil na rede social X, antigo Twitter.

No último dia 22, a Justiça de São Paulo condenou a Enel a indenizar clientes que ficaram longos períodos sem energia durante um apagão após as fortes chuvas na região metropolitana de São Paulo, em novembro de 2023.

Em três casos, a empresa alegou que a interrupção foi provocada pelas chuvas, mas os juízes decidiram que cabe danos morais de R$ 5 mil pela demora em restabelecer o serviço.

Além dessas ações, a Enel também foi multada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em R$ 165,8 milhões pelo mesmo apagão. Na ocasião, cerca de 2,1 milhões de pessoas ficaram sem luz, com o fornecimento de energia levando uma semana para ser normalizado.

Segundo o auto de infração, a Enel não prestou serviços de forma adequada. A companhia só acionou significativamente as equipes de manutenção – próprias e terceirizadas – em 6 de novembro, três dias após o temporal que derrubou árvores e comprometeu o abastecimento em diversas áreas da capital paulista e dos arredores. (Agência Brasil)

Capital inaugura primeiro Centro de Convivência Intergeracional para populações indígenas

Serviço vai desenvolver atividades específicas para esse público, além de aulas de futebol, natação, hidroginástica e dança para 120 pessoas

O prefeito Ricardo Nunes inaugurou, na manhã desta segunda-feira (1º), o Centro de Convivência Intergeracional (CCInter) "Estrela do Amanhã", na zona Norte da capital. Localizado na Rua Comendador José de Matos, 289, é o primeiro serviço da cidade que atenderá um total de 120 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos das aldeias indígenas Tekoa Ytu, Tekoa Pyau, Itakupé, Yvy Porã, Ita Endy, Itáwera e Aldeia Ytu, da região de Pirituba.

"A demanda para a implantação deste equipamento existe há muitos anos e hoje, finalmente, conseguimos realizar esta entrega. Este mês é muito importante, no qual comemoramos, em 19 de abril, o Dia do Povos Indígenas. Por esse motivo, o CCI Inter é um espaço de fundamental importância para esta comunidade", declarou o prefeito Ricardo Nunes.

Trata-se do 25º equipamento da modalidade Convivência Intergeracional. Seu objetivo é promover o convívio e a interação entre pessoas de várias faixas etárias. A troca de experiências permite a valorização cultural e o desenvolvimento de sociabilidades, reforçando a cidadania e a igualdade social.

Além de oferecer atividades que dialoguem com a cultura indígena, o serviço vai promover, em parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC) "Instituto Estrela do Amanhã", aulas de futebol, natação, hidroginástica e dança. No local também serão ofertadas três refeições diárias aos atendidos: café da manhã, almoço e lanche da tarde. O repasse mensal da Prefeitura é de R$ 85.146,51.

De acordo com o secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Carlos Bezerra, o CCI Inter atenderá às características específicas da população indígena local, possibilitando a transmissão e a preservação de seus valores culturais.

"Esta é mais uma entrega, mas é o primeiro equipamento destinado para a população indígena da área da Assistência Social na cidade de São Paulo, um pleito da comunidade que acontece desde o ano de 2011, que nas conferências de Assistência Social aparece como uma demanda prioritária".

O atendimento do CCInter é feito de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Conta com uma equipe de profissionais treinados nos cargos de gerência, psicologia, assistência social, técnicos especializados, cozinheiras, auxiliares de cozinha e agentes operacionais de limpeza.

Com este equipamento, a rede socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) passa a ter 25 unidades do CCInter, com capacidade de atendimento de 5.580 pessoas. A zona Norte conta com cinco equipamentos deste segmento, localizados na Vila Maria, Perus, Jaçanã, Freguesia do Ó, Brasilândia, e, agora, Jaraguá.

Em geral, as unidades oferecem atividades físicas, recreativas, teatro, música e contação de histórias, além de artesanato, oficinas de brinquedos, fotografia e encontros que abordam assuntos do cotidiano dos participantes. O acesso para estes serviços ocorre por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Cultura abre chamamento para gerenciamento do CultSP Pro

A Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo abriu convocação pública para credenciar Organizações Sociais (OSs) interessadas no gerenciamento do programa CultSP Pro – Escolas de Profissionais e de Empreendedores da Cultura. A convocação, publicada no Diário Oficial, permanece aberta pelos próximos dois meses, e as OSs podem consultar toda a documentação necessária para o credenciamento pelo site.

Podem participar todas as entidades privadas sem fins lucrativos, que possuam qualificação como Organização Social de Cultura e atendam aos critérios estabelecidos na Resolução. "O CultSP Pro representa uma oportunidade única para os profissionais da indústria criativa, com cursos adaptados às necessidades de cada segmento cultural. Esta iniciativa não só fortalece a qualificação de mão de obra da indústria criativa, mas contribui, também, para o desenvolvimento e diversificação do cenário cultural em todo o Estado de São Paulo", ressalta a secretária da pasta, Marília Marton.

A convocação pública será feita de forma híbrida, em três etapas: primeiro, será realizado o credenciamento; em seguida, a habilitação e recebimento das propostas, de forma virtual; e, por fim, será realizada a conferência da documentação e uma sessão pública presencial com representantes de todas as Organizações Sociais que apresentaram propostas.

O contrato com a OS terá vigência de 60 meses. O investimento previsto para o CultSP Pro no segundo semestre de 2024 é de R$10 milhões. Já o valor total do contrato, até 2029, será de mais de R$153,6 milhões.

CultSP Pro

Em um processo de evolução, as Oficinas Culturais do Estado foram reformuladas e ganharam uma nova identidade, passando a se chamar CultSP Pro – Escolas de Profissionais e de Empreendedores da Cultura. Com abrangência em todo o Estado de São, serão ofertadas uma grande diversidade de cursos adaptados às necessidades de cada segmento cultural.

Os cursos do CultSP Pro terão carga horária, de 16h até 128h, nas categorias: Artes cênicas, Artes visuais, Audiovisual, Produção de conteúdo e editorial, Música, Museus e espaços culturais, Atividade artesanal, Games e Tecnologia em Artes, Moda, Patrimônio, Gastronomia tradicional brasileira.

O polo central do CultSP Pro na capital paulista será o prédio da Oswald de Andrade, espaço que já abriga a São Paulo Companhia de Dança, e continuará funcionando normalmente, mantendo suas portas abertas para toda a comunidade artística. No interior, o programa chegará por meio de parcerias com as prefeituras.

As aulas terão início em agosto, com a oferta inicial de 100 turmas e 20 diferentes cursos. Para o ano de 2025, a expectativa é ampliar esse número, com 250 turmas e mais de 50 cursos.

Servidores federais de educação iniciam greve na quarta-feira

Servidores federais que atuam na área de educação iniciarão, a partir de quarta-feira (3), uma greve nacional por tempo indeterminado que, segundo o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), contará com a adesão de mais de 230 unidades de ensino em pelo menos 18 unidades federativas.

Coordenador geral do Sinasefe, David Lobão diz que a greve abrangerá professores e funcionários técnico-administrativos dos Institutos federais de mais de 600 campi; Colégio Pedro II; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Instituto Benjamin Constant; bem como colégios e escolas federais vinculadas ao Ministério da Defesa.

Além de uma recomposição salarial que varia de 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria, os servidores pedem também reestruturação das carreiras da área técnico-administrativa e de docentes; a revogação de "todas as normas que prejudicam a educação federal aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro"; bem como a recomposição do orçamento e o reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes.

Aprovada durante rodadas de assembleias realizadas desde o dia 18 de março em 29 seções sindicais, a greve será nacional e por tempo indeterminado, conforme informado no dia 28 de março documento protocolado junto aos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, da Defesa e da Educação, bem como ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

Contatado pela **Agência Brasil**, o Ministério da Gestão informou que, em 2023, viabilizou, a partir de negociação com as entidades representativas dos servidores federais, reajuste linear de 9% para todos os servidores, além do aumento de 43,6% no auxílio-alimentação.

"Esse foi o primeiro acordo para reajustes fechado entre o governo e servidores em oito anos", destacou a pasta, ao acrescentar que, no segundo semestre de 2023, iniciou debate sobre reajuste para o ano de 2024.

Ainda de acordo com o ministério, como parte desse processo foram abertas mesas específicas para tratar de algumas carreiras.

"A recomposição da força de trabalho na Administração Pública Federal, para recuperar a capacidade de atuação do governo para a execução de políticas públicas, é pauta prioritária do Ministério da Gestão, que vem atuando dentro do possível e dos limites orçamentários para atender às demandas dos órgãos e entidades do Executivo Federal", informou o ministério.

No caso específico da carreira de técnicos-administrativos educacionais, dois ministérios (o da Gestão e o da Educação) criaram grupo de trabalho para tratar da reestruturação do plano para cargos técnico-administrativos em educação.

No dia 27 de março, o relatório final do grupo foi entregue à ministra Esther Dweck, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, para servir de "insumo" para a proposta de reestruturação de carreira que será apresentada na mesa de negociação. (Agência Brasil)

Foragida da Justiça, ex-deputada é presa na Baixada Fluminense

A Polícia Federal prendeu, na segunda-feira (1º), a ex-deputada federal Almerinda Filgueiras de Carvalho, que estava foragida da Justiça. Segundo a PF, a prisão é decorrente de investigações que remetem ao ano de 2006, à Operação Sanguessuga, também conhecida como Máfia das Ambulâncias, deflagrada para desarticular um grupo criminoso formado por parlamentares e empresários que fraudavam licitações para aquisição de ambulâncias em prefeituras de, ao menos, 20 estados.

Carvalho, de 72 anos, foi condenada pela prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, com pena de nove anos de reclusão. A ex-deputada ocupa, atualmente, o cargo de secretária municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Igualdade Racial na prefeitura de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. A prisão ocorreu na própria secretaria, segundo a PF.

Após a formalização da prisão, ela foi levada à Delegacia de Polícia Federal em Nova Iguaçu para os procedimentos de praxe. De lá, Carvalho será encaminhada ao Instituto Médico Legal para a realização de exame de corpo de delito, e posteriormente ao sistema prisional do estado, onde permanecerá à disposição da Justiça, conforme informou a PF. (Agência Brasil)

Nova fase do Programa Litígio Zero já começou

Começou a valer na segunda-feira (1°) o Programa Litígio Zero, voltado para atender pessoas físicas e jurídicas que possuem dívidas em disputa administrativa com a Receita Federal até o valor de R$ 50 milhões. Entre as possibilidades de negociação, está a redução de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos legais para os créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

Segundo a Receita, o novo sistema de renegociação tem diferentes modalidades, conforme o nível de risco do débito. Em alguns casos, na renegociação das dívidas será observado o limite de até 65% sobre o valor total de dívida, com entrada de 10% do valor consolidado da dívida, após os descontos, pagos em até cinco parcelas, e saldo devedor em até 115 parcelas.

As dívidas de microempresas, pessoas físicas ou empresas de pequeno porte, também poderão ser negociadas no âmbito do Litígio Zero 2024. Para tanto, é necessária uma entrada de 5% do valor consolidado dos créditos transacionados em até cinco parcelas e o restante pago em 12, 24, 36 ou em até 55 meses.

"Quanto mais curto o prazo de pagamento, maior o desconto. Por exemplo: se o plano escolhido for de 12 meses, será aplicada redução de 50%, inclusive do montante principal do crédito. Se o contribuinte escolher a modalidade de até 55 meses para o pagamento, a redução cai a 30%", informou a Receita.

A Receita informou ainda que se houver utilização de créditos decorrentes de Prejuízo Fiscal (PF) ou Base de Cálculo Negativa (BCN) nas renegociações dos casos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação, a entrada será de, no mínimo, 10% do saldo devedor, parcelado em até cinco vezes, e o restante com o uso desses créditos, apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada, e o saldo residual dividido em até 36 parcelas.

No caso de créditos classificados como de alta ou média perspectiva de recuperação, será aceita entrada de 30% do valor consolidado, com pagamento em até cinco parcelas, e o restante do saldo devedor com uso de créditos decorrentes de Prejuízo Fiscal (PF) ou Base de Cálculo Negativa (BCN) apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada. O saldo residual poderá ser dividido em até 36 parcelas. Sem a utilização de PF/BCN, a entrada será 30% do valor consolidado da dívida, em até cinco parcelas e o restante em até 115 parcelas.

O contribuinte com débitos junto à Receita e que quiser aderir ao programa encontrará mais informações na página do Litígio Zero. (https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-litigio-zero) (Agência Brasil)

Justiça suspende pagamento de R$ 581 mil em férias a Domingos Brazão

A juíza Georgia Vasconcelos, da 2ª Vara de Fazenda Pública da Capital, determinou a suspensão do pagamento em dinheiro do período de férias não tiradas pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ) Domingos Brazão entre 2017 e 2022. Nesse período, Brazão estava afastado do cargo por suspeita de fraude e corrupção. O valor das férias chega a R$ 581 mil.

O conselheiro do TCE-RJ foi preso no dia 24 de março, junto com seu irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão (União Brasil) e o ex-delegado do Rio, Rivaldo Barbosa, apontados como possíveis mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018. Os irmãos Brazão estão presos preventivamente em penitenciárias federais fora do território fluminense.

A decisão da Justiça, proferida na segunda-feira (1º), atendeu a uma ação popular movida pelo deputado federal Tarcísio Motta Carvalho (Psol-RJ) no dia 27 de março, visando suspender a conversão em dinheiro das férias "supostamente" acumuladas por Domingos Brazão no TCE. A juíza determinou ainda a intimação com urgência do TCE, tendo em vista a proximidade da efetivação do pagamento, "sob pena de responsabilização criminal". O prazo de cumprimento da ordem da Justiça é de 24 horas.

Em áudio enviado à imprensa, Tarcísio Motta afirmou que "milícia se combate de todas as formas e em todos os lugares".

"Consideramos um absurdo que as férias que o Brazão não gozou porque estava preso sejam convertidas em pecúnia e signifiquem mais meio milhão de reais na conta dele. Isso não faz o menor sentido. Por isso, entramos na Justiça e, ainda bem, conseguimos impedir que mais esse absurdo acontecesse. É mais uma forma de enfrentar o poder econômico e político das milícias", concluiu o deputado. (Agência Brasil)

Quase 90% dos brasileiros admitem ter acreditado em fake news

Quase 90% da população brasileira admite ter acreditado em conteúdos falsos. É o que revela uma pesquisa do Instituto Locomotiva e obtida com exclusividade pela **Agência Brasil**. Segundo o levantamento, oito em cada dez brasileiros já deu credibilidade a *fake news*. Mesmo assim, 62% confiam na própria capacidade de diferenciar informações falsas e verdadeiras em um conteúdo.

Sobre o conteúdo das notícias falsas que acreditaram, 64% eram sobre venda de produtos, 63% diziam respeito a propostas em campanhas eleitorais, 62% tratavam, de políticas públicas, como vacinação, e 62% falavam de escândalos envolvendo políticos. Há ainda 57% que afirmaram que acreditaram em conteúdos mentirosos sobre economia e 51% em notícias falsas envolvendo segurança pública e sistema penitenciário.

O instituto ouviu 1.032 pessoas com 18 anos de idade ou mais entre os dias 15 e 20 de fevereiro. Na opinião de 65% dos entrevistados, as notícias falsas são distribuídas com a ajuda de robôs e inteligência artificial. A cada dez pessoas, oito reconhecem que há grupos e pessoas pagas para produção e disseminação de notícias falsas.

O maior risco da desinformação para 26% da população é a eleição de maus políticos, enquanto 22% acreditam que o perigo maior e atingir a reputação de alguém e 16% avaliam como maior problema a possibilidade de causar medo na população em relação a própria segurança. Há ainda 12% que veem como maior risco prejudicar os cuidados com a saúde.

Ser enganado por uma notícia falsa gera um sentimento de ingenuidade para 35% das pessoas, 31% ficam com raiva e 22% sentem vergonha.

Um quarto da população (24%) afirma já ter sido acusado de espalhar informações falsas por pessoas que têm uma visão de mundo diferente.

O presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles, defende medidas educativas como forma de combater a disseminação de conteúdos mentirosos. "Para enfrentar essa questão, há um desafio para as instituições públicas de formular estratégias que incluam a promoção da educação midiática e a verificação rigorosa das fontes de informação, para fortalecer a comunicação do país e garantir que a população receba informações precisas e confiáveis", afirma. (Agência Brasil)

Relator no TRE vota contra a cassação de Sérgio Moro

O desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, votou na segunda-feira (1º) contra a cassação do senador Sergio Moro (União-PR), ex-juiz da Operação Lava jato.

Após o voto do relator, a sessão foi suspensa e será retomada na próxima quarta-feira (3). Faltam os votos de seis juízes.

Se for cassado pelo TRE, Moro não deixará o cargo imediatamente porque a defesa poderá recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Caso a eventual cassação seja confirmada pelo TSE, novas eleições serão convocadas no Paraná para preencher a vaga do senador.

Acusação

Na segunda-feira, o TRE começou o julgamento de duas ações nas quais o PT e o PL acusam Moro de abuso de poder econômico devido a gastos irregulares no período de pré-campanha em 2022.

Em 2021, Moro estava no Podemos e realizou atos de pré-candidatura à Presidência da República. De acordo com a acusação, os concorrentes ao cargo de senador ficaram em desvantagem diante dos "altos investimentos financeiros" realizados antes de Moro deixar a sigla e decidir se candidatar ao Senado pelo União.

Conforme a acusação do Ministério Público Eleitoral (MPE), foram gastos aproximadamente R$ 2 milhões oriundos do Fundo Partidário com o evento de filiação de Moro ao Podemos e com a contratação de produção de vídeos para promoção pessoal, além de consultorias eleitorais.

Ao rejeitar a cassação, o desembargador não considerou os valores apontados como ilegais pelas partes do processo. Para o magistrado, os valores são divergentes e não é possível afirmar que foram excessivos. Segundo ele, os próprios partidos não apontaram os gastos de seus candidatos.

O PL apontou supostos gastos irregulares de R$ 7 milhões. Para o PT, foram R$ 21 milhões. O Ministério Público concluiu que o valor chega a R$ 2 milhões. Para a defesa de Moro, foram gastos somente R$ 141 mil com o evento.

O relator só considerou gastos totais de R$ 59 mil com a realização de coletiva de imprensa, produção de vídeos e aluguel de carros para o lançamento da pré-campanha.

"Não há prova alguma, nem mesmo testemunhal, dando conta que desde o início o objetivo de Moro era se candidatar ao Senado. Faz parte do jogo político acertos e contatos visando determinadas candidaturas que resultam em outras candidaturas", afirmou.

Falavinha também acrescentou que Moro já era conhecido em todo o país e não teria como ter mais projeção pela pré-campanha. "Esses indicativos mostram a grande exposição midiática do investigado. A adoção da tese de simples soma das despesas para apurar abuso abre via perigosa para o arbítrio", completou.

Defesa

Durante a sessão, a defesa de Moro defendeu a manutenção do mandato e negou irregularidades na pré-campanha. O advogado Gustavo Guedes afirmou que Moro não se elegeu no Paraná pela suposta pré-campanha "mais robusta", conforme acusaram as legendas. (Agência Brasil)

Anvisa adia decisão sobre comercialização de autotestes para dengue

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) adiou a decisão sobre a comercialização de autotestes no Brasil. O tema seria discutido na reunião desta terça-feira (19) da diretoria colegiada, mas foi retirado da pauta.

Ao solicitar a retirada do item, o diretor Daniel Pereira argumentou que é preciso dar sequência aos "alinhamentos" que o tema envolve junto ao Ministério da Saúde.

"Esse processo é um processo quase que conjunto, Anvisa e Ministério da Saúde. A gente precisa de um outro lado, de uma política relacionada a esse tipo de produto, por se tratar de um diagnóstico de uma doença de notificação compulsória. Tendo em vista ainda a fase desses alinhamentos, solicito a retirada de pauta do item."

Na semana passada, o diretor-presidente da agência, Antônio Barra Torres, já havia antecipado que as tratativas para a comercialização de autotestes para dengue estavam em andamento entre o ministério e a Anvisa

"A dengue é uma doença de notificação compulsória. Então, é necessário que haja uma política pública gerada pelo Ministério da Saúde nesse sentido e que contemple, mesmo no caso do autoteste – aquele que o próprio cidadão poderá realizar – um mecanismo para que os sistemas de monitoramento sejam notificados, de modo que se possa justamente computar os casos em todo o Brasil."

Também na semana passada, a coordenadora-geral de Laboratórios de Saúde Pública do ministério, Marília Santini, confirmou tratativas com a Anvisa sobre o tema.

"Tivemos duas reuniões com a Anvisa", disse, ao detalhar que o teste rápido e o autoteste são essencialmente o mesmo dispositivo, sendo o primeiro é conduzido por um profissional de saúde e o segundo, pelo próprio paciente.

A coordenadora-geral lembrou que, diferentemente do cenário de covid-19, em que o autoteste contribui para interromper a transmissão do vírus por meio do isolamento, o autoteste de dengue não possui esse papel, já que a doença só pode ser transmitida pela picada da fêmea do mosquito *Aedes aegypti*. (Agência Brasil)

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos milhares em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	16	2
Total do ativo circulante		**16**	**2**
Ativo não circulante			
Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	4. a)	21.324	17.280
Total do ativo não circulante		**21.324**	**17.280**
Total do ativo		**21.340**	**17.282**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Contas a pagar		3	6
Impostos e contribuições a recolher		1	3
Outras obrigações		56	37
Total do passivo circulante		**60**	**46**
Passivo não circulante			
Debêntures	5.3	20.590	14.559
Prêmios a pagar com debêntures	5.3	689	2.676
Total do passivo não circulante		**21.279**	**17.235**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	6.1	1	1
Total do patrimônio líquido		**1**	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**21.340**	**17.282**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais	9	2.689	3.913
Custo dos serviços prestados	10	(2.689)	(3.879)
Resultado bruto		-	34
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	-	(31)
Despesas tributárias		-	(7)
Resultado operacional		-	(4)
Receitas financeiras	12.1	-	5
Despesas financeiras	12.2	-	(1)
Resultado financeiro		-	4
(=) Resultado antes das provisões tributárias		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Resultado do exercício		-	-
Prejuízo básico por ação - Reais		0,000	0,000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do exercício	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1	1
Resultado do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1	1
Resultado do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
Ganhos/Perdas patrimoniais cotas de fundos	(702)	(3.913)
Juros sobre as debêntures	2.689	1.193
Prêmio de debêntures	(1.987)	2.675
Aumento/(redução) no ativo:		
Cotas de fundo de investimento imobiliário	(3.342)	(11.400)
Aumento/(redução) no passivo:		
Obrigações tributárias	(2)	3
Contas a Pagar	(3)	6
Outras Obrigações	19	(20)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(3.328)**	**(11.456)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures	3.342	11.400
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	3.342	11.400
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**14**	**(56)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	58
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16	2
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**14**	**(56)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	**2.056**	**3.913**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(2.056)	(3.879)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(31)
Valor adicionado bruto	-	**3**
Valor adicionado líquido produzido	-	**3**
Receitas financeiras	-	5
Valor adicionado recebido em transferência	-	5
Valor adicionado total a distribuir	-	**8**
Impostos Taxas e Contribuições	-	**7**
Impostos e contribuições	-	7
Remuneração do capital de terceiros	-	**1**
Despesas Financeiras	-	1
Remuneração do capital próprio	-	-
Resultado do exercício	-	-
Valor total adicionado	-	**8**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia")**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 09 de agosto de 2021. A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente; (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A Companhia foi constituída para adquirir as cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo"). O fluxo das cotas do Fundo cobre os pagamentos das despesas, juros e principal das debêntures. Foram emitidas 5.000.000.000 (cinco bilhões de debêntures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R$ 0,01 (um Centavo), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais: 2.1. Autorização: Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 22 de março de 2024. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não possui créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade de venda e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento).	Alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante.	(equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.	01/01/2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores	Alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.	01/01/2024

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras **(i)**	15	1
Total	**16**	**2**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário: As Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário adquiridos pela Companhia são oriundos de recursos provenientes de cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo"), que possui prazo de duração determinado de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos.

a) Composição da carteira: Em 31 de dezembro de 2023 o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Anterior	17.280	1.966
Aquisição de cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	3.342	11.401
Ganhos patrimoniais - cotas de Fundo	702	3.913
Total	**21.324**	**17.280**

As últimas demonstrações financeiras auditadas se referem ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 19 de março de 2024, sem modificações. **b) Objetivo do fundo e política de investimento:** A política do Fundo é o investimento no empreendimento imobiliário referente ao terreno rural denominado Gleba 1, localizado na Rodovia Fernão Dias, Km 934, no Bairro Monjolinho, na Cidade de Itapeva, no Estado de Minas Gerais, objeto da Matrícula nº 16.161 do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, e áreas contíguas a referido terreno ("Imóvel"), primordialmente, por meio da aquisição direta do Imóvel ou, ainda, mediante a aquisição de ações ou cotas de sociedades de propósito específicos, que, eventualmente, adquiram o Imóvel ("SPE"). O objetivo do Fundo é a realização de ganho de capital mediante o investimento direto no Imóvel, para posterior venda ou obtenção de renda, bem com quaisquer direitos reais sobre o Imóvel, ou, ainda, pelo investimento indireto no Imóvel, mediante a aquisição de SPE. A aquisição do Imóvel pelo Fundo visa a proporcionar aos seus Cotistas a rentabilidade decorrente da exploração comercial do Imóvel, bem como pela eventual comercialização do Imóvel. O Fundo poderá realizar construções, reformas ou benfeitorias no Imóvel com o objetivo de potencializar os retornos decorrentes de sua exploração comercial ou eventual comercialização. O Imóvel deverá atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de conformidade, quando de sua aquisição pelo Fundo: (i) Não ocorrência de quaisquer mudanças legais ou regulatórias que venham a restringir os direitos de aquisição do Fundo com relação ao Imóvel ou que, de qualquer forma, impeçam o Fundo de cumprir com as obrigações previstas nos compromissos de compra e venda e/ou com a Política de Investimentos; (ii) Não ocorrência de qualquer inadimplemento, pelos vendedores, de obrigações estipuladas nos respectivos compromissos de compra e venda, bem como que não se provem falsas quaisquer declarações prestadas pelos vendedores que poderiam influenciar na decisão de recomendação do Gestor; e (iii) A disponibilização pelo Gestor, ao Administrador, do Relatório de Aquisição e da matrícula atualizada do Imóvel, emitida há menos de 30 (trinta) dias, conforme o caso ("Critérios de Conformidade").

5. Debêntures: 5.1. Condições da escritura: De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R$ 50.000 (cinquenta milhões de Reais) com a integralização de 5.000.000.000 (cinco bilhões) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo as Debêntures de série única. Até o final de 31 de dezembro de 2023 foram subscritas 2.000.000.000 (dois bilhões) de Debêntures, das quais 1.523.850.719 (um bilhão, quinhentos e vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta mil e setecentos e dezenove) foram integralizadas até o encerramento do exercício. **5.2. Características das debêntures:** **a) Remuneração:** As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **b) Garantia:** Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a alienação fiduciária da totalidade de cotas do Fundo. **c) Risco de crédito:** Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora. **d) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa:** Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização. **5.3. Composição das obrigações com debêntures:** Em 31 de dezembro de 2023 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Anterior	14.559	1.966
1ª Emissão de certificados – série única	3.342	11.401
Juros emissão – série única	2.689	1.193
Total	**20.590**	**14.559**
Saldo Anterior	2.676	-
Prêmios a pagar **(i)**	(1.987)	2.676
Total	**689**	**2.676**
Total das emissões (ii)	**21.279**	**17.235**

(i) Em 31 de dezembro de 2023 houve desvalorização nas cotas de Fundo no valor de R$ 1.987 (Valorização R$ 2.676 em 31 de dezembro de 2022); **(ii)** As parcelas do passivo não circulante têm seus vencimentos em 2027.

6. Patrimônio líquido: 6.1. Capital social: O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 500 (quinhentos Reais), divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 16 de agosto de 2021 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas. **6.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **6.3. Dividendos propostos:** As demonstrações financeiras exigidas por lei, observarão, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, que serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. **(i)** A dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro; e **(ii)** Do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser retido, observando-se as disposições dos § 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no caput poderá ser dispensado, no todo ou em parte.

7. Provisão para contingências: A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

8. Instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez: **8.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2023 são descritos a seguir: **• Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

9. Receitas operacionais: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as receitas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de juros s/carteira de crédito	702	3.913
Reversão remuneração das debêntures	1.987	-
Total	**2.689**	**3.913**

10. Custos gerais: Nos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os custos dos serviços prestados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Taxas CVM	-	(10)
Remuneração das debêntures	-	(2.676)
Juros sobre as debêntures (vide nota 5.3)	(2.689)	(1.193)
Total	**(2.689)**	**(3.879)**

11. Despesas gerais e administrativas: Em 31 de dezembro de 2023 não houve saldo com despesas gerais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2022, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2022
Assessoria contábil e auditoria	(25)
Honorários Advocatícios	(5)
Anúncios e Publicações	(1)
Total	**(31)**

12. Receitas e despesas financeiras: Em 31 de dezembro de 2023 não há saldo com resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro está assim composto:

12.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	5
Total	**5**

12.2. Despesas financeiras

Descrição	31/12/2022
Despesas bancárias	(1)
Total	**(1)**

13. Relação com auditores: De acordo com a Instrução CVM nº 381/03, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria externa.

14. Remuneração do pessoal-chave da administração: Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período findo de 31 de dezembro de 2023.

15. Eventos subsequentes: 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples: Em 02 de fevereiros de 2024 a Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$ 2.064 (dois milhões, sessenta e quatro mil reais). **Resolução 5.118 (alterada pela Resolução CMN nº 5.121/2024):** O Conselho Monetário Nacional ("CMN") divulgou no Diário Oficial da União, em 2 de fevereiro de 2024, a Resolução 5.118 (alterada pela Resolução CMN nº 5.121/2024), que trata do lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs") e Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs") emitidos por companhias securitizadoras. De maneira ampla, houve uma diminuição nos tipos de lastro que podem ser utilizados para a emissão desses certificados de recebíveis. O que está determinado nas resoluções não terá efeito sobre as transações em que os títulos já tenham sido emitidos, nem sobre as ofertas públicas de distribuição cujo registro tenha sido requerido na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) antes da publicação das resoluções. Contudo, as novas normas serão válidas para as ofertas de CRI e CRA que tenham suas datas de vencimento adiadas Dentro do que é estabelecido, as resoluções determinam que os CRAs e CRIs não devem ter como lastro títulos de dívida emitidos por Companhias abertas ou partes relacionadas à Companhias abertas, a menos que o principal setor de atividade da Companhia aberta seja imobiliário ou do agronegócio, dependendo do caso, para os CRIs ou CRAs, respectivamente. Seguindo o que está estabelecido, o termo "segmento predominante" de uma Empresa será aquele que contribui com mais de dois terços do total de sua receita consolidada, conforme o registrado nas respectivas demonstrações financeiras do ano anterior. Desta forma, a partir de 02 de fevereiro de 2024, apenas companhias relacionadas diretamente com o agronegócio ou o mercado imobiliário têm permissão para emitir esses papéis de renda fixa. Fica proibida a emissão de CRIs e CRAs que tenham como garantia títulos de dívida emitidos por empresas de setores distintos, como o de saúde, varejo e locação de veículos, que, nos últimos anos, se beneficiaram da possibilidade de se encaixar com os recursos provenientes desses papéis para realizar a emissão de CRIs e CRAs. A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adota o conceito de "partes relacionadas" conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico 5 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual define como partes relacionadas àquelas em que: Uma controla a outra, de forma direta ou indireta; Existe controle comum; Uma demonstra interesse na outra e tem influência significativa; ou Pessoas chave da administração da entidade ou da controladora, bem como membros próximos da família de qualquer indivíduo que seja parte relacionada. As resoluções também determinam que os CRAs e CRIs não podem ter como lastro títulos de dívida de instituições financeiras ou entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou suas partes relacionadas. De acordo com o artigo 3º, inciso II dessas resoluções, os CRAs e CRIs também não podem ser: baseados em direitos creditórios resultantes de transações entre partes ligadas; ou Originados de operações financeiras cujos fundos sejam utilizados para reembolsar despesas. No que se refere ao último ponto, apesar da redação das resoluções levantar questões ao mencionar "operações financeiras" - um termo amplo e não definido nas resoluções, a interpretação do regulamento indica que a estruturação de emissões de CRIs e CRAs, cujos direitos de crédito tenham como lastro dívidas destinadas, em parte ou no todo, ao reembolso de despesas incorridas pelo devedor do lastro antes da emissão dos respectivos certificados de recebíveis (CRI/CRA de reembolso) está proibida. Por fim, é importante ressaltar que a administração da Companhia está atenta às mudanças regulatórias e de mercado, buscando sempre estar em conformidade com as novas normas e adaptar suas estratégias conforme necessário. Entretanto, a Companhia informa, conforme amplamente demonstrado, que não realiza a emissão de CRIs e CRAs, mas está atenta a todas as mudanças regulatórias.

A DIRETORIA

CONTADOR Paulo Donizeti Eudes da Silva - CRC 1SP177836-O0

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Secutiritizadora de Créditos Mercantis VI S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário: Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia possui cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo") no montante de R$ 21.324, cuja auditoria de 31 de dezembro de 2023 foi realizada por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de março de 2024, sem ressalvas. Nossa opinião não está modificada a cerca deste assunto.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"): Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o montante de R$ 21.324 mil, aplicado em cotas de fundos de investimento imobiliário, registradas inicialmente ao custo de aquisição, sendo mensalmente atualizadas de acordo com a valorização e/ou desvalorização ocorrida no valor do patrimônio líquido do Fundo investido. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois trata-se da principal atividade da Companhia e os valores representar um saldo relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a: • Verificação da custódia das cotas de fundos de investimento; • Recálculo da atualização do investimento de acordo com a valorização e/ou desvalorização das cotas do fundo investido; • Análise dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do fundo investidos; e • Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para o reconhecimento e mensuração da Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2024.

bakertilly

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1
Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.P.J/ME.: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E:- 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas na sede social na Av. Paulista, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2023; b) Eleição dos membros da Diretoria; c) Fixação dos honorários da Diretoria; d) Outros assuntos do interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social.

São Paulo, 28 de março de 2024.
RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH

cba Companhia Brasileira de Alumínio

CNPJ/MF n° 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Companhia Brasileira de Alumínio,** sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2598-4, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, parte, Cidade Monções, CEP 04571-900, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.012.763 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 61.409.892/0001-73, ("**Companhia**"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 10:00 horas ("**AGOE**"), **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital "Ten Meetings", que proverá o acesso à AGOE, nos termos do artigo 121 e do artigo 124, §2º-A, ambos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 5º, §2º, I, e 28 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**") a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o Relatório da Administração, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alterar o Estatuto Social da Companhia, mediante (a) alteração da redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir os últimos aumentos de capital aprovados dentro do limite do capital autorizado da Companhia; (b) alteração da redação do *caput* do Artigo 7º, de forma a prever novo limite para o capital autorizado da Companhia; e (c) tendo em vista as deliberações anteriores, consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia; e (ii) eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia em complementação ao mandato atualmente em vigor, por ocasião de vacância de cargo, nos termos do *caput* do Artigo 18 do estatuto social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão ser representados na AGOE por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGOE munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou os seus poderes, conforme o caso. Para participarem, os acionistas deverão acessar o *link*: https://assembleia.ten.com.br/057664984, até o dia 27 de abril de 2024, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. A Companhia acatará como documentos comprobatórios da condição de acionista os seguintes documentos: (a) extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Companhia de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 02 (dois) dias antes da data da realização da respectiva AGOE, ou seja, até 27 de abril de 2024; e (b) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural; ou (c) instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos; ou (d) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica. Os instrumentos de mandato deverão: (i) (a) para o caso de acionistas pessoas físicas, ter sido outorgados em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) para o caso de acionistas pessoas jurídicas, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), (c) para acionistas que sejam fundos de investimentos, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (ii) apresentar firmas reconhecidas ou, nos casos de documentos celebrados digitalmente, que os instrumentos sejam assinados com certificado digital ICP-Brasil, ou ainda pelo portal "Gov.br"; e (iii) ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado. Adicionalmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE ora convocada, o acionista também poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto a Distância ("**Boletim de Voto**") disponibilizado pela Companhia nos websites da própria Companhia (https://ri.cba.com.br/), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (https://b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm). As instruções detalhadas para participação na AGOE, bem como todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGOE, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Resolução CVM 81 encontram-se disponíveis aos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cba.com.br/), na página da B3 (https://b3.com.br) e na página da CVM (https://www.gov.br/cvm). São Paulo, 28 de março de 2024. **Luis Ermírio de Moraes -** Presidente do Conselho de Administração.

CAP TC Torres e Participações S.A.

CNPJ nº 34.878.487/0001-21 - NIRE 35.300.541.570

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da CAP TC Torres e Participações S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da CAP TC Torres e Participações S.A. ("Debêntures" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da CAP TC Torres e Participações S.A.*", celebrado em 09 de janeiro de 2024, entre a Companhia, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), e a Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., na qualidade de fiadora ("Fiadora" e "Escritura de Emissão", respectivamente), para se reunirem, em primeira convocação, no dia 04 de abril de 2024, às 14:00 horas, em assembleia geral extraordinária de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*", nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia: (A)** Considerando que, nos termos da Cláusula 8.1.1(I), itens (a) e (d) da Escritura de Emissão, a Companhia deverá fornecer ao Agente Fiduciário, **(i)** em até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro ("Data de Apresentação"), uma cópia das Demonstrações Financeiras Auditadas (conforme definido na Escritura de Emissão) da Emissora, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de um dos Auditores Independentes (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da legislação aplicável; e **(ii)** na Data de Apresentação, uma declaração assinada pelos representantes da Emissora, tais como o diretor financeiro ou diretor jurídico da Emissora, atestando *(ii.a)* que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão e *(ii.b)* a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Declaração da Emissora"), **a anuência**, pelos Debenturistas, para prorrogação da Data de Apresentação, referente à apresentação das Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora e da Declaração da Emissora, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, para até o dia 31 de maio de 2024 ("Data Limite"), sem a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão, sendo certo que a prorrogação da Data de Apresentação até a Data Limite não configurará um Evento de Vencimento Antecipado nos termos da Cláusula 7.1.2(a) da Escritura de Emissão; e **(B)** a autorização para que a Companhia e a Fiadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aqui consubstanciadas. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "*Microsoft Teams*" deverão enviar uma solicitação de cadastro, por e-mail, para a Companhia, com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br", "nadia.sakamoto@highline.com.br" e "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu *website* "www.highline.com.br" e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), observado que a instrução de voto deverá ser enviada para a Companhia e o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br", "nadia.sakamoto@highline.com.br" e "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias da realização da AGD. Nos termos dos artigos 71 e 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal (Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição custodiante, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data de realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) compareça à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014). Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, as instruções para acesso à plataforma "*Microsoft Teams*". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio dos endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br" e "nadia.sakamoto@highline.com.br", com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelos endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br" e "nadia.sakamoto@highline.com.br" e/ou pelo telefone (11) 3192-5200, ou o Agente Fiduciário, por meio do e-mail "af.assembleias@oliveiratrust.com.br". A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo remoto e digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "*Microsoft Teams*" estará disponível, pelo menos, 15 (quinze) minutos antes e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do Cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação na AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 30 (trinta) minutos** antes do início da AGD, conforme artigo 72, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital na AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 4º, inciso II da Resolução CVM 81. Nos termos do "*Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas*", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), conforme em vigor, as partes informam que as deliberações dos itens (A) e (B) da Ordem do Dia dependerão da aprovação, em primeira convocação, de Debenturistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação, nos termos da Cláusula 10.7 da Escritura de Emissão. Este Edital se encontra disponível na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia, do Agente Fiduciário (af.assembleias@oliveiratrust.com.br) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 28 de março de 2024. **CAP TC Torres e Participações S.A.**



SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A.

CNPJ nº 49.323.314/0001-14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	93.419	36.845	93.553	41.971
Títulos e valores mobiliários	8	229.790	365.110	245.942	380.514
Contas a receber	9	714.209	647.706	697.512	649.135
Estoques	10	294.504	254.096	300.509	266.450
Adiantamentos		69.869	54.542	71.870	56.645
Tributos a recuperar		17.554	18.690	19.035	19.120
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		13.742	10.168	16.841	17.746
Outros créditos		1.344	–	2.085	972
Partes relacionadas	22	7.361	1.371	4.129	1.759
Total do ativo circulante		**1.441.792**	**1.388.528**	**1.451.476**	**1.434.312**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais e Escrow	20.3	207.165	194.858	207.188	194.859
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.b	201.347	159.340	205.453	170.851
Partes relacionadas	22	73.656	28.284	73.656	28.284
Investimentos	11	196.841	247.375	64.484	83.139
Outros investimentos		9.879	8.271	9.879	8.271
Imobilizado	12	145.756	196.285	151.492	197.688
Intangível	13	5.185.538	5.297.106	5.307.563	5.427.676
Total do ativo não circulante		**6.020.182**	**6.131.519**	**6.019.715**	**6.110.768**
Total do ativo		**7.461.974**	**7.520.047**	**7.471.191**	**7.545.080**

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Empréstimos e debêntures	14	541.763	93.779	541.763	93.779
Fornecedores	15	223.116	231.097	219.616	250.647
Fornecedores - risco sacado	15	263.948	155.469	263.948	155.469
Arrendamento por direito de uso	16	16.747	29.321	17.078	23.151
Contas a pagar - aquisições	17	216.728	73.007	216.728	73.007
Adiantamentos de clientes e passivo de contrato	18	32.812	64.933	32.815	67.134
Obrigações tributárias		7.098	–	7.699	–
Obrigações trabalhistas	19	100.863	96.653	104.406	100.057
Imposto de renda e contribuição social a pagar	21	–	–	–	5.564
Demais contas a pagar		24.663	28.639	26.377	20.351
Partes relacionadas	22	16.085	29	15.060	54
		1.443.823	**772.927**	**1.445.490**	**789.213**
Não circulante					
Empréstimos e debêntures	14	250.000	749.217	250.000	749.217
Arrendamento por direito de uso	16	75.313	111.242	79.579	117.412
Contas a pagar - aquisições	17	397.392	552.270	397.392	552.270
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	20.1	696.138	648.675	697.990	651.252
Demais contas a pagar		9.837	31.548	9.836	31.548
		1.428.680	**2.092.952**	**1.434.797**	**2.101.699**
Total do passivo		**2.872.503**	**2.865.879**	**2.880.287**	**2.890.912**
Patrimônio líquido					
Capital social	23.1	5.441.121	5.441.121	5.441.121	5.441.121
Reservas de capital	23.3	97.123	83.742	97.123	83.742
Prejuízos acumulados		(948.773)	(870.695)	(948.773)	(870.695)
		4.589.471	**4.654.168**	**4.589.471**	**4.654.168**
Participação de acionistas não controladores		–	–	1.433	–
Total do patrimônio líquido		**4.589.471**	**4.654.168**	**4.590.904**	**4.654.168**
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.461.974**	**7.520.047**	**7.471.191**	**7.545.080**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Consolidado Participação de acionistas minoritários	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.441.121**	**64.701**	**(822.481)**	**4.683.341**	**–**	**4.683.341**
Resultado abrangente do exercício						
Prejuízo do exercício	–	–	(48.214)	(48.214)	–	(48.214)
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	(48.214)	(48.214)	–	(48.214)
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas						
Opções outorgadas reconhecidas	–	19.041	–	19.041	–	19.041
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	–	19.041	–	19.041	–	19.041
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**5.441.121**	**83.742**	**(870.695)**	**4.654.168**	**–**	**4.654.168**
Resultado abrangente do exercício						
Prejuízo do exercício	–	–	(78.078)	(78.078)	794	(77.284)
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	(78.078)	(78.078)	794	(77.284)
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas						
Opções outorgadas reconhecidas	–	13.381	–	13.381	–	13.381
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	–	639	639
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	–	13.381	–	13.381	639	14.020
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5.441.121**	**97.123**	**(948.773)**	**4.589.471**	**1.433**	**4.590.904**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida de vendas e serviços	24	**1.426.508**	**1.109.429**	**1.486.273**	**1.264.280**
Custo das vendas e dos serviços prestados	25	(582.507)	(429.635)	(573.935)	(473.135)
Lucro bruto		**844.001**	**679.794**	**912.338**	**791.145**
Receitas (despesas) operacionais		**(734.837)**	**(608.059)**	**(797.402)**	**(712.810)**
Gerais e administrativas	25	(428.283)	(378.593)	(462.495)	(469.371)
Com vendas	25	(230.194)	(171.445)	(246.096)	(194.043)
Provisão para perda esperada	25	(55.714)	(44.347)	(55.771)	(45.904)
Outras receitas operacionais	25	13.699	3.068	13.699	1.828
Outras despesas operacionais	25	(26.321)	(808)	(28.084)	(808)
Equivalência Patrimonial	11	(8.024)	(15.934)	(18.655)	(4.512)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		**109.164**	**71.735**	**114.936**	**78.335**
Resultado financeiro		**(227.085)**	**(178.936)**	**(228.947)**	**(177.663)**
Receitas financeiras	26	72.469	87.474	75.961	88.191
Despesas financeiras	26	(299.554)	(266.410)	(304.908)	(265.854)
Prejuízo operacional antes dos impostos		**(117.921)**	**(107.201)**	**(114.011)**	**(99.328)**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	21	3.190	23.703	331	10.668
Diferidos	21	36.653	35.284	36.396	40.446
		39.843	**58.987**	**36.727**	**51.114**
Prejuízo do exercício		**(78.078)**	**(48.214)**	**(77.284)**	**(48.214)**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(78.078)	(48.214)	(78.078)	(48.214)
Acionistas não controladores		–	–	794	–

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(78.078)**	**(48.214)**	**(77.284)**	**(48.214)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(78.078)**	**(48.214)**	**(77.284)**	**(48.214)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(117.921)	(107.201)	(114.011)	(99.328)
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	12 e 13	287.778	229.836	287.778	264.135
Provisão para perdas esperadas	9	55.714	44.347	55.771	45.904
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas		(9.611)	–	(9.611)	(15.099)
Provisão para contas a pagar por aquisições		23.562	–	23.562	–
Equivalência patrimonial	11	8.024	15.934	18.655	4.512
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	26	(35.603)	(50.509)	(40.155)	(54.954)
Atualização monetária em empréstimos a partes relacionadas	26	(5.372)	–	(5.372)	–
Encargos financeiros de arrendamentos	16	12.717	13.143	12.717	13.143
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	26	58.265	–	58.265	42.063
Encargos financeiros de empréstimos e debêntures	14	117.495	108.896	117.495	108.896
Juros sobre pagamentos a fornecedores	26	38.068	27.343	38.228	33.839
Encargos financeiros de aquisições	17	65.207	65.725	65.207	65.725
Obrigações contratuais e direito a mercadorias devolvidas		(15.097)	11.312	(15.097)	11.312
Cancelamentos de contratos de direito de uso		(6.038)	616	(6.038)	616
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos		(3.266)	13.162	3.488	13.162
Outorga de ações restritas		13.381	19.041	13.381	19.041
		487.303	**391.645**	**504.263**	**452.967**
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(101.334)	(172.527)	(103.162)	(189.329)
Estoques		(40.408)	(37.893)	(33.710)	(24.087)
Adiantamentos		(5.039)	(28.829)	(15.163)	(16.576)
Impostos a recuperar		388	23.800	1.422	7.143
Depósitos judiciais e contas judiciais		(12.307)	(16.035)	(12.729)	(16.035)
Outros créditos		7.263	80	(1.076)	1.135
Ativo de partes relacionadas		(5.990)	18.007	(2.370)	(4.882)
Fornecedores		62.176	112.419	38.921	122.343
Salários e encargos sociais		3.758	19.418	3.872	37.166
Imposto a pagar/Imposto de renda e contribuição social		5.884	(851)	3.658	(4.041)
Passivos do contrato e receita diferida		(17.024)	9.039	(21.988)	9.657
Outras contas a pagar		(22.808)	13.261	(14.801)	(34.453)
Passivo de partes relacionadas		5.568	(50.084)	15.006	(39.218)
Caixa gerado pelas operações		**367.430**	**281.450**	**362.143**	**301.790**
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(1.616)	(7.153)
Juros pagos de arrendamento por direito de uso	16	(11.637)	(14.941)	(11.637)	(14.941)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	14	(118.901)	(92.500)	(118.901)	(92.500)
Juros pagos de combinações de negócios	17	(8.096)	(603)	(8.096)	(603)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis		(1.489)	–	(1.489)	(1.363)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**227.307**	**173.406**	**220.404**	**185.230**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate de títulos e valores mobiliários		1.109.357	1.637.898	1.227.042	1.637.898
Investimento em títulos e valores mobiliários		(938.434)	(1.800.758)	(1.052.315)	(1.811.961)
Adições ao imobilizado	12	(21.536)	(61.143)	(21.536)	(61.143)
Adições ao intangível	13	(105.293)	(87.362)	(105.293)	(87.362)
Pagamento em combinação de negócios, líquido do caixa adquirido		(4.100)	(81.048)	(3.212)	(81.048)
Caixa adquirido em incorporação de subsidiárias	5	9.800	21.655	–	–
Recebimento de dividendos de controladas	11	–	1.770	–	–
Aumento de Capital em controladas	11	(7.019)	(4.130)	–	–
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**42.775**	**(373.118)**	**44.686**	**(403.616)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamento por direito de uso	16	(30.471)	(27.003)	(30.471)	(27.003)
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures	14	(50.885)	(255.644)	(50.885)	(255.644)
Empréstimo com partes relacionadas	22	(40.000)	–	(40.000)	–
Emissão de títulos públicos líquidos dos custos de emissão	14	–	251.018	–	251.018
Pagamentos de contas a pagar por combinação de negócios	17	(92.152)	(11.379)	(92.152)	(11.379)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(213.508)**	**(43.008)**	**(213.508)**	**(43.008)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**56.574**	**(242.720)**	**51.582**	**(261.394)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	36.845	279.565	41.971	303.365
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	93.419	36.845	93.553	41.971
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**56.574**	**(242.720)**	**51.582**	**(261.394)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Somos Sistemas de Ensino S.A., aqui denominada "Companhia", "Controladora" ou "Somos Sistemas", com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 136, na cidade de São José dos Campos - SP, e suas controladas (em conjunto, o "Grupo") têm como principal atividade fornecer soluções digitais e educacionais completas que atendam a todas as necessidades de escolas particulares que operam no segmento educacional de ensino fundamental e médio. Nesse sentido, a Companhia construiu uma solução de multimarcas habilitadas para essa tecnologia, com conteúdo digital e impresso por meio de contratos de longo prazo com escolas parceiras. **1.1. Eventos significativos durante o exercício: (a) Combinações de negócios: Aquisição da Escola Start Ltda.:** Em 03 de março de 2023, a Companhia adquiriu o controle da empresa Escola Start Ltda. ("Start"), mediante a compra de 100% de participação nos ativos líquidos da adquirida. A Start é uma empresa dedicada a prestação de serviços de educação bilingue infantil de alta performance, ensino fundamental e médio e cursos preparatórios para vestibular, incluindo a venda de livros, material didático, uniformes e papelaria. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 5. **(b) Alterações na apresentação dos segmentos reportáveis:** A apresentação das informações por segmento operacional é consistente com o reporte interno fornecido à Diretoria Executiva, que atua como principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas dentro da Companhia. Ao longo de 2023, a Companhia identificou eventos que impactaram diretamente sua estrutura de reporte dos segmentos operacionais. Como resultado desses eventos, a Companhia revisou e alterou seus segmentos operacionais (anteriormente segregados em 2 segmentos: Content&Edtech e Digital Services), para apenas um segmento ("*Single Segment*"). A decisão de mudança foi motivada pelos fatores apresentados a seguir: (i) Estrutura de Gestão Interna: A Companhia opera com uma estrutura descentralizada de administração, onde não são designados líderes específicos para supervisionar unidades de negócios individuais. As decisões operacionais e estratégicas são tomadas de forma coletiva e abrangente, sem líderes distintos para segmentos separados. (ii) Reporte Interno: A Companhia realiza o monitoramento dos resultados por meio de reuniões periódicas com a Diretoria Executiva. Em um processo gradual de aprimoramento de seus relatórios, a Companhia vem adotando, nesses fóruns, resultados financeiros apresentados de forma consolidada, sem divulgação detalhada de operações individuais ou unidades de negócios específicas. (iii) Natureza das Atividades: À medida que os desafios da pandemia foram sendo enfrentados, a Companhia evoluiu os seus modelos de negócio para adotar abordagens "híbridas", combinando interações físicas e digitais. Dada a natureza integrada do negócio, a segregação dos resultados em segmentos distintos não é mais viável. (iv) Mudanças Estruturais na Companhia: A empresa Livro Fácil representava substancialmente a receita líquida do segmento de Serviços Digitais. Em 1º de outubro de 2023, a Administração da Companhia aprovou a incorporação dessa empresa ao negócio de *Content&Edtech* (segmento onde são consideradas as operações da Somos Sistemas). Dada esta mudança estrutural, tornou-se inviável alocar custos e despesas especificamente relacionados a Livro Fácil a seu antigo segmento de reporte. Com isso, em adição aos itens anteriormente indicados, as empresas restantes do segmento de Serviços Digitais representam menos de 10% da receita total, já não se qualificando a consideração de segmentos reportáveis, como orienta o CPC 22/IFRS 8. **(c) Incorporação de empresas controladas:** Durante o ano de 2023 a Companhia procedeu com a incorporação da controlada Livraria Livro Fácil Ltda. ("Livro Fácil"). O saldo total incorporado foi R$ 53,504, e maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 5. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro ***(International Financial Reporting Standards (IFRS),*** emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pela sua Diretoria em 28 de março de 2024. **2.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direto a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir. **a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. O investimento em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Companhia	Participação 31/12/2023	Participação 31/12/2022
Livraria Livro Fácil Ltda. ("Livro Fácil") (i)	–	100%
Colégio Anglo São Paulo Ltda. ("Anglo São Paulo")	100%	100%
A & R Comercio e Serviços de Informática Ltda. ("Pluri")	100%	100%
Sociedade Educacional da Lagoa Ltda. ("SEL")	100%	100%
EMME - Produções de Materiais em Multimídia Ltda. ("EMME").	100%	100%
Phidelis Tecnologia Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("Phidelis")	100%	100%
MVP Consultoria e Sistemas Ltda. ("MVP")	100%	100%
Escola Start Ltda. ("Start") (ii)	51%	–

(i) Entidade incorporada durante o ano de 2023, conforme apresentado na nota explicativa 5. (ii) Entidade adquirida ao longo do ano de 2023, vide nota explicativa 5. A Controladora direta da Companhia é a Vasta Platform Ltda. ("Vasta"). A Vasta é uma companhia de capital aberto e registrado na SEC ("*The US Securities and Exchange Commission*"), e suas ações são negociadas na *Nasdaq Global Select Market* sob o símbolo "VSTA". Já a controladora indireta e final da Companhia é a Cogna Educação S.A. ("Cogna" ou "Grupo Cogna"), empresa listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código COGN3. **b) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. As combinações de negócios ocorridas durante o exercício estão descritas com maior detalhamento na nota explicativa 5. **c) Segmento operacional:** As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas na Companhia. Com base nas considerações feitas na nota explicativa 1.2(b), a Diretoria Executiva considera o negócio na perspectiva de apenas um segmento de reporte ("*Single Segment*"). **d) Unidades Geradoras de Caixa - ("UGC"):** Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Nesse sentido, a Companhia aloca o Goodwill em duas unidades geradoras de caixa, sendo: (i) Content & Edtech, e (ii) Digital Services. Vide nota explicativa nº 13. **e) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **f) Demonstração do resultado abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidados. **g) Mensuração dos ativos e passivos:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas são preparadas baseadas no custo histórico, exceto para alguns ativos e passivos que estão mensurados ao valor justo, como apresentado nas políticas contábeis a seguir. **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** Na preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, a Administração faz julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, e por isso são continuamente avaliados com base na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. As revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos contábeis: a) Determinação do período de locação ("*leasing*"):** A Companhia possui contratos de locação onde atua como locatária, relativos à locação de depósitos, equipamentos e computadores utilizados para sistemas de ensino e soluções educacionais. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de extensão. As opções de extensão (ou os períodos após as opções de rescisão), são incluídos apenas no prazo do arrendamento se o arrendamento estiver razoavelmente certo de ser exercido (ou não encerrado). Para arrendamentos de armazéns, equipamentos ou mesmo computadores utilizados em soluções educativas, os seguintes fatores são normalmente os mais relevantes: • Se houver penalidades significativas para rescisão (ou não prorrogação), a Empresa está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento; • Se houver quaisquer benfeitorias em propriedades arrendadas com saldos residuais significativos, a Empresa está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento; • Além disso, a Companhia considera outros fatores, incluindo práticas passadas relacionadas ao uso de categorias específicas de ativos (ativos arrendados ou próprios), bem como a duração histórica dos arrendamentos e os custos e interrupções de negócios necessários para substituir o ativo arrendado. **3.2. Estimativas e incertezas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "*Liability Method*") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 21. **b) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis:** O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo e de suas controladas, além do histórico de provisionamento dos processos encerrados nos últimos 12 meses ("ticket médio"), para os processos de natureza cível. Adicionalmente o Grupo também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente as combinações de negócios. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. Os saldos contábeis decorrentes dessas estimativas estão apresentados na nota explicativa 20. **c) Provisão para perda esperada:** As perdas esperadas são baseadas nos riscos de inadimplência e taxas de perdas esperadas. A Companhia usa julgamento ao fazer essas avaliações e ao calcular o valor recuperável desse ativo, com base nas informações históricas, condições de mercado existentes, bem como estimativas futuras esperadas ao final do exercício. **d) *Impairment*: Avaliação da existência de perda por redução ao valor recuperável nos ágios:** A Companhia realiza anualmente cálculo para avaliar possíveis perdas ao valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa (UGCs), determinados com base em cálculos estimados do valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado em um modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para um futuro previsível e não incluem atividades de reestruturação com as quais a Companhia ainda não se comprometeu ou investimentos futuros significativos que irão melhorar o desempenho dos ativos da UGC sob teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo de fluxo de caixa descontado, bem como aos fluxos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento usada para fins de extrapolação. Maiores divulgações estão apresentadas na nota explicativa 13. **e) Devolução de mercadorias e reembolsos:** Conforme definido nos termos de contratos com alguns clientes, estes são obrigados a fornecer à Companhia uma estimativa do número de alunos que irão utilizar nosso conteúdo no próximo ano letivo (que normalmente começa em fevereiro do ano seguinte), permitindo assim o início da entrega de seus produtos. Uma vez que os contratos permitem devoluções de produtos (geralmente por um período de quatro meses a partir da data de entrega) até um certo limite, a Companhia reconhece a receita pelo valor que se espera receber com base nos históricos de vendas, assumindo que as outras condições para o reconhecimento da receita são conhecidas. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado pelos retornos esperados, que são estimados com base em dados históricos por carteira. Nessas circunstâncias, um passivo de reembolso e um direito de recuperar no ativo de mercadorias devolvidas são reconhecidos. A recuperação de mercadorias é medida pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados para recuperar tais mercadorias. O passivo de reembolso está incluído em Passivos contratuais e Receitas diferidas e o direito de recuperar as mercadorias devolvidas está incluído em Estoques. A Companhia revisa sua estimativa de retornos esperados em cada data de relatório. **f) Mensuração do valor justo:** Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado na medida em que estão disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que são significativos para a mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais o input de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais o input de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável. Quando os dados de Nível 1 não estão disponíveis, se necessário, a Companhia contrata avaliadores terceiros qualificados para realizar a avaliação usando dados de Nível 2 e/ou Nível 3. A administração da Companhia estabelece as técnicas de avaliação apropriadas e os insumos para o modelo, trabalhando em estreita colaboração com os consultores externos qualificados quando estes estão envolvidos em tais atividades. **g) Combinação de negócios - Alocação de preço de compra:** Durante o processo de alocação do preço de aquisição em uma combinação de negócios, a administração registra o valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente), o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos materiais adquiridos estão apresentadas a seguir: - O ativo imobilizado utiliza técnica de comparação de mercado e técnica de custeio: O modelo de avaliação considera preços de mercado para itens semelhantes quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes para deterioração física, bem como obsolescência funcional e econômica. - Os ativos intangíveis utilizam o método de isenção de royalties e o método de lucros excedentes de vários períodos: O método de isenção de royalties considera os pagamentos estimados de royalties descontados que se espera que sejam evitados devido à propriedade das patentes. O método de lucros excedentes considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera que sejam gerados pelas relações com os clientes, excluindo quaisquer fluxos de caixa relacionados com ativos contributivos. - Os estoques consideram a técnica de comparação de mercado: O valor justo é determinado com base no preço de venda estimado no curso normal dos negócios menos os custos estimados de conclusão e venda, e uma margem de lucro razoável baseada no esforço necessário para concluir e vender os estoques. As avaliações de ativos identificáveis e passivos contingentes em combinações de negócios podem ser particularmente sensíveis a mudanças em um ou mais dados não observáveis considerados no processo de avaliação. Mais informações sobre as premissas utilizadas no processo de avaliação desses itens são fornecidas na nota explicativa 6. **4. Políticas contábeis materiais, novas normas e novas normas não emitidas: 4.1. Novas normas e alterações adotadas e impactos nas Demonstrações Financeiras:** As seguintes normas entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023, conforme segue: **• Alterações à CPC 32/IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos:** A Companhia adotou as alterações descritas no CPC32/IAS12 - imposto diferido relativo a ativos e passivos - decorrentes de uma única Transação a partir de 1 de janeiro de 2023. A Companhia anteriormente contabilizava impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de descomissionamento aplicando a abordagem integralmente vinculada, resultando em um resultado semelhante ao das alterações, esperando que o ativo ou passivo fiscal diferido aumentasse em uma base líquida. Após as alterações, a Companhia aumentou a adição de um ativo fiscal diferido de forma segregada em relação aos seus passivos de arrendamento, e um passivo fiscal diferido em relação aos seus ativos de direito de uso. No entanto, não houve impacto na demonstração da posição financeira porque os saldos se qualificam para compensação nos termos do parágrafo 74 da normativa contábil. Também não houve impacto nos resultados retidos de abertura em 1 de janeiro de 2022 como resultado da alteração. O principal impacto para a Companhia está relacionado com a divulgação do acréscimo de aumento de ativos e passivos por impostos diferidos apresentado na nota explicativa 21(b). **• Alterações à CPC 26/IAS 1 - Divulgação de políticas contábeis:** A Companhia adotou também as alterações descritas no CPC 26/IAS1 - Divulgação de Políticas Contábeis - a partir de 1 de janeiro de 2023. Embora as emendas não tenham resultado em quaisquer alterações às próprias políticas contábeis, houve impacto na informação de política contábil divulgada nas Demonstrações Financeiras. A alteração exige divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os utilizadores necessitam para compreender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 4.3 - Políticas contábeis materiais (2022: Políticas contábeis significativas). **4.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não efetivas:** As seguintes normas entrarão em vigor em exercícios posteriores a 31 de dezembro de 2023, entretando a Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras: • Alterações à CPC 26/IAS 1 - Classificação de passivos circulantes e não circulantes; • Alterações à CPC 06/IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma venda e lease back; • Alterações à CPC 03/IAS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores de risco sacado; • Alterações à CPC 02/IAS 21 - Ausência de conversibilidade. **4.3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentadas a seguir. Tais políticas estão aplicadas consistentemente nos períodos apresentados. **4.3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **4.3.2. Ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **<u>Ativos financeiros</u>:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, além dos títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, e partes relacionadas entre Companhias. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem. Devido à sua natureza, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros da Companhia estão classificados como "mensurados ao custo amortizado". ***<u>Impairment</u>* <u>de ativos financeiros</u>:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo reconhece as perdas por redução ao valor recuperável com base nas perdas de crédito esperadas para a vida toda a partir do seu reconhecimento inicial, conforme apresentado na nota explicativa 9. **<u>Passivos financeiros</u>:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem empréstimos e debêntures, além de saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado. O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Devido à sua natureza, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os passivos financeiros da Companhia estão classificados como "mensurados ao custo amortizado". **<u>Compensação de instrumentos financeiros</u>:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.3.3. Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pelo Grupo. A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "impairment". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 540 dias do vencimento. A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 18 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "performance" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e históricas de inadimplência de cada produto. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 360 dias. Adicionalmente, o cálculo da provisão para perdas esperadas considera uma expectativa de recuperação dos títulos renegociados, baseado na média histórica do evento caixa da entrada da renegociação com o cliente. **4.3.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o que for menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projetos, matérias-primas, custos editorais (por exemplo mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção). Os custos editoriais incorridos durante a fase de desenvolvimento de um novo produto são apresentados nos estoques como "produtos em elaboração", uma vez que os materiais são substancialmente revisados anualmente. Após o início da comercialização, quaisquer custos subsequentes incorridos são reconhecidos no resultado como "custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados", de acordo com o período de competência em que os serviços são prestados. A Administração periodicamente avalia se os estoques obsoletos precisão ser destruídos. A Companhia também reconhece o direito de devolução em seus estoques. **4.3.5. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil
Edificações e benfeitorias (i)	5 - 20
Equipamentos de informática	3 - 10
Móveis, equipamentos e utensílios	3 - 10
Direito de uso	3 - 15

continua →★

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

★ continuação

SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A. - CNPJ nº 49.323.314/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) As edificações e benfeitorias tem vida útil definida de acordo com o prazo de vencimento do contrato de locação. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado. **4.3.6. Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, softwares, relacionados as licenças de programas de computador, marcas registradas, licenças de programas, além do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinação de negócio, e também as relações com clientes, contratuais ou não. Adicionalmente, é realizada anualmente a revisão da vida útil dos ativos intangíveis. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A seguir apresentamos maior detalhamento de cada um deles: **a)** Ágio: O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis, e passivos assumidos em uma combinação de negócios. **b)** Software: As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas. Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, não sendo superior a 5 anos. A Companhia não identificou mudanças na vida útil estimada em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **c)** Marcas: As marcas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 20 a 30 anos. A Companhia não identificou mudanças na vida útil estimada em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **d)** Carteira de clientes: As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente, entre 12 e 13 anos. A Companhia não identificou mudanças na vida útil estimada em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **e)** Produção de conteúdo: Gastos de desenvolvimento com conteúdo de plataforma são capitalizados apenas se os gastos podem ser mensurados de forma confiável, o produto ou processo é técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros são prováveis e a Companhia pretende e tem recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Caso contrário, é reconhecido no resultado conforme incorrido. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento são medidos pelo custo menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada, em média de 3 anos. A Companhia não identificou mudanças na vida útil estimada em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **4.3.7. Direitos autorais:** A Companhia é responsável por diferentes acordos de direitos autorais, conforme apresentado a seguir: a) Os direitos autorais são pagos aos autores dos conteúdos incluídos nos livros didáticos produzidos pela Companhia e são calculados com base nos percentuais pactuados de receita ou ingressos relativos aos livros vendidos, conforme definido em cada contrato. Os pagamentos são feitos em uma base mensal, trimestral, semestral, anual ou híbrida. Para esses contratos os autores mantém a titularidade legal dos direitos autorais. Esses direitos autorais são apresentados na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes de acordo com o regime de competência, quando os produtos são vendidos. b) Em alguns casos em que os autores mantêm o título legal dos direitos autorais, os contratos exigem o pagamento antecipado de parte ou mesmo o pagamento total das vendas previstas antes de os autores iniciarem a produção do conteúdo. Nesses casos, os direitos autorais são reconhecidos como "pagamentos antecipados" na Demonstração Consolidada e debitados ao lucro ou prejuízo quando os livros são vendidos com base na previsão de vendas relacionada. A Companhia revisa regularmente a previsão de vendas para determinar se uma redução no valor recuperável é necessária. c) Quando a Companhia adquire permanentemente a titularidade legal dos direitos autorais dos autores, os valores são capitalizados na rubrica "Ativos intangíveis e Ágio" como "Outros ativos intangíveis" e são amortizados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas, não superior a 3 anos, período esse que a Companhia utilizou para renovar seu conteúdo. **4.3.8. "*Impairment*" de ativos não financeiros:** Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados na menor unidade geradora de caixa para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **4.3.9. Empréstimos e debêntures:** São reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os títulos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um período substancial para ser preparado para seu uso pretendido ou venda, são capitalizados como parte do custo desse ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para a Companhia e os custos possam ser mensurados com segurança. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas financeiras no período em que são incorridos. **4.3.10. Fornecedores e fornecedores risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas e mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Por meio dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "Fornecedores - risco sacado". Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores. **4.3.11. Direito de uso: a) Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, menos quaisquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos com direito de uso inclui o valor dos passivos reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos recebidos do arrendamento. Os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados em uma base linear durante o período mais curto de sua vida útil estimada ou o prazo de arrendamento, já que a maioria dos arrendamentos da Companhia está relacionada a arrendamentos de propriedade. **b) Passivos de direito de uso:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos do arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou uma taxa e valores que se espera que sejam pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pela Companhia e o pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pela Companhia. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. O valor contábil dos passivos do arrendamento é reavaliado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos fixos do arrendamento ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo de direito de uso. **c) Arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor:** A Companhia não realiza o reconhecimento de arrendamento de curto prazo para seus arrendamentos de curto prazo de propriedades (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra), e para o arrendamento de bens de baixo valor (substancialmente relativo à locação de equipamentos de escritório considerados de baixo valor). Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento. **d) Prazo de locação dos contratos com opção de renovação:** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com quaisquer períodos cobertos por uma opção de estender o arrendamento se for razoavelmente certo de ser exercido, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção de rescindir o arrendamento, se razoavelmente certo de ser exercido. A Companhia tem a opção, em alguns de seus arrendamentos, de arrendar os ativos por termos adicionais. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo exercer a opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para que exerça a renovação. Após a data de início, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que está sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não) a opção de renovação (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios). **4.3.12. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis:** As provisões para riscos relacionados aos processos judiciais são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A probabilidade de perda de processos judiciais e administrativos em que a Companhia apareça como é avaliada pela Administração nas Demonstrações Financeiras. As provisões estão registradas por montante considerado pela Companhia como adequadas para a cobertura de estimativa de perdas prováveis e são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **4.3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado. O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo do imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. **4.3.14. Benefícios a empregados:** a) Benefícios de curto prazo a empregados: As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em decorrência de serviço anterior prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada com segurança. A Companhia também concede à sua equipe comercial comissões calculadas considerando as metas de vendas e receitas existentes que são definidas anualmente e alinhadas com a estratégia da companhia. Esses valores são provisionados em "Salários e Contribuições Sociais" mensalmente com base no cumprimento dessas metas, sendo os pagamentos geralmente efetuados semestralmente. Uma vez que as comissões são pagas com base nas vendas anuais de cada contrato, a Companhia optou por usar o expediente prático para reconhecer os custos conforme incorridos. b) Plano de outorga de ações: A Companhia remunera parte de sua Administração e alguns funcionários por meio de remuneração baseada em ações de planos envolvendo Unidades de Ações Restritas ou "RSU", e Planos de metas de performance das ações ou "PSU". Os planos de RSU e PSU são baseados em ações da Controladora Direta Vasta, por meio de um preço fixo por ação (preço de mercado) determinado na data de outorga em que a Vasta tem a obrigação de entregar as ações sem pagamento em dinheiro. c) Benefícios de rescisão: Os benefícios de rescisão são pagos quando o vínculo empregatício é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceita a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão no início das seguintes datas: (i) quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhece custos para uma reestruturação e envolve o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são medidos com base no número de funcionários que se espera que aceite a oferta. Os benefícios com vencimento em mais de 12 meses após o final do período de relatório são descontados ao seu valor presente. **4.3.15. Capital social:** As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia. **4.3.16. Reserva Capital:** As reservas de capital são compostas pelos pagamentos baseados em ações, e totalizam o montante de R$ 97.123 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 83.742 em 31 dezembro de 2022), vide nota explicativa 23.3. **4.3.17. Receita na venda de produtos e serviços:** A Companhia gera a maior parte de sua receita com a venda de livros didáticos ("publicação") quando vendidos como produtos autônomos ou "PAR" quando agrupados como uma plataforma educacional), e sistemas de aprendizagem em formatos impressos e digitais para escolas privadas por meio de transações de curto prazo ou prazos contratos com prazo médio de três a cinco anos. Os conteúdos em formatos impressos e digitais relacionados a esses livros didáticos e sistemas de aprendizagem são praticamente os mesmos, com pequenos suplementos apresentados apenas em formato digital. Portanto, a receita de conteúdo educacional é reconhecida quando a Companhia entrega o conteúdo em formato impresso e digital. A Somos Sistemas também vende seus produtos diretamente para alunos e pais por meio de sua plataforma de e-commerce. Uma vez que a Companhia obtém o controle das mercadorias vendidas antes de serem transferidas para seus clientes, ela avaliou a relação principal versus agente e determinou que é o principal na transação. Portanto, a receita é reconhecida em um valor bruto de contraprestação a que a Companhia tem direito em troca dos bens especificados transferidos. Devido à natureza das operações da Companhia, a comercialização de livros didáticos e de sistemas de ensino impressos e digitais não está sujeita ao recolhimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição Social sobre o Imposto de Renda (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ou COFINS). Essas vendas também estão isentas de impostos municipais brasileiros e do imposto de valor agregado brasileiro (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ou ICMS). De acordo com os termos dos contratos com alguns clientes, estes são obrigados a fornecer à Companhia uma estimativa do número de alunos que irão acessar o conteúdo no próximo ano letivo (que normalmente começa em fevereiro do ano seguinte), permitindo que a Companhia inicie a entrega de seus produtos. Como os contratos permitem devoluções de produtos (geralmente por um período de quatro meses a partir da data de entrega) até certo limite, a Companhia reconhece a receita pelo valor que se espera receber com base na experiência passada, assumindo que as demais condições para o reconhecimento da receita são atendidas. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado pelos retornos esperados, que são estimados com base em dados históricos por carteira. Nessas circunstâncias, um passivo de reembolso e um direito de recuperar ativos de mercadorias devolvidas são reconhecidos. A recuperação de mercadorias devolvidas é medida pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados para recuperar as mercadorias. O passivo de reembolso está incluído em Passivos contratuais e Receitas diferidas e o direito de recuperar as mercadorias devolvidas está incluído em Estoques. A Companhia revisa sua estimativa de retornos esperados em cada data de relatório e atualiza os valores do ativo e do passivo de acordo. A Companhia também oferece outros tipos de soluções educacionais complementares, atrelados principalmente a prestação de seus serviços, mediante a oferta de cursos preparatórios para vestibulares, serviços digitais e outros serviços para escolas privadas, tais como: formação de professores, educadores e apoio aos pais, correção de redações e avaliações por meio de plataforma digital, conteúdos educacionais extracurriculares e serviços relacionados à gestão de escolas particulares. Os serviços digitais são obrigações de desempenho distintas, assim, a receita é reconhecida ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados (ou seja, método de saída) ao cliente. A Companhia acredita que esta é uma medida apropriada de avaliação da satisfação das obrigações de desempenho, pois é a medida mais precisa de contraprestação que espera ter em troca dos serviços prestados. Esses serviços podem ser vendidos de forma autônoma ou agrupados em contratos de sistema de publicação e aprendizagem e, quando agrupados, cada obrigação de desempenho é reconhecida separadamente. A receita de serviço é apresentada líquida dos descontos, devoluções e impostos correspondentes. **4.3.18. Impostos sobre a receita:** A Companhia e suas controladas se beneficiam da Lei tributária nº 10.865/04, conforme alterada pela Lei nº 11.033/04, que estabelece alíquota zero sobre a venda de livros com relação às contribuições para o programa de integração social (Programa de Integração Social, ou PIS), e as contribuições sociais sobre o imposto de renda (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ou COFINS). A venda de livros também está isenta pela constituição brasileira de impostos municipais brasileiros, imposto de serviços brasileiro (Imposto Sobre Serviços, ou ISS) e do imposto brasileiro sobre a circulação de mercadorias, transporte interestadual e intermunicipal e serviços de comunicação (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ou ICMS). A isenção de impostos disponível para livros físicos foi estendida aos livros digitais com base em uma decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em 8 de março de 2017. As receitas de serviços estão sujeitas ao PIS e COFINS no regime tributário não cumulativo (com alíquota nominal estatutária de 9,25%), bem como aos impostos municipais sobre serviços (Impostos sobre Serviços, ou ISS) para os quais a alíquota legal de 5% é aplicável. **4.3.19. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio. Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, o Grupo mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se a Administração determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração combinada do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). **5. Combinação de negócios e incorporação de controladas: 5.1. Combinações de negócios:** Conforme mencionado na nota explicativa 1.2, em 03 de março de 2023 a Companhia adquiriu 51% da participação societária no capital social da empresa Escola Start Ltda. ("Start"), quando o controle sobre a entidade foi transferido mediante o cumprimento de todas as condições estabelecidas no contrato de compra e venda. O preço total de aquisição foi de R$4.414, sendo composto por: (i) R$2.806 relacionado ao preço para aquisição de 51% do patrimônio líquido da entidade, e (ii) R$1.608 pela aquisição de uma opção de compra do percentual remanescente de participação, com vencimento em 2028, e que foi reconhecida na rubrica de "outros investimentos em participações em entidades", no balanço patrimonial. Esse montante foi pago em 2 parcelas, sendo uma parcela fixa de R$ 4.100 à vista na data da aquisição e uma parcela variável de R$ 314, mediante ao cálculo de indicadores financeiros definidos em contrato e corrigidos a 100% da CDI. Essa parcela variável foi paga em 18 de agosto de 2023. Na mesma data a Companhia adquiriu uma opção de compra para aquisição do percentual remanescente dos 49% de capital social da Start detidas pelo acionista não controlador. O vencimento dessa opção é janeiro de 2028, com preço de exercício de R$ 11.700 ("preço de exercício"). A aquisição foi contabilizada utilizando o método contábil de aquisição, ou seja, a contraprestação transferida, e os ativos líquidos identificáveis adquiridos, e os passivos assumidos foram mensurados pelo valor justo, enquanto o ágio é mensurado como o excesso da contraprestação paga sobre esses itens. A tabela a seguir apresenta os ativos identificáveis líquidos adquiridos e passivos assumidos para combinação de negócios:

	Escola Start Ltda.
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	888
Contas a receber (iv)	986
Estoques	349
Outros ativos	226
Total do ativo circulante	**2.449**
Ativo não circulante	
Imobilizado	796
Intangível	3.667
Ativo intangível - Carteira de clientes (ii)	1.844
Ativo intangível - Marcas (iii)	1.823
Total do ativo não circulante	**4.463**
Total do Ativo	**6.912**
Passivo circulante	
Adiantamento de clientes	2.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.794
Demais contas a pagar	940
Total do passivo circulante	**5.500**
Passivo não circulante	
Demais contas a pagar	16
Tributos a pagar	93
Total do passivo não circulante	**109**
Total do passivo	**5.609**
Ativos identificáveis (A)	**1.303**
Contas a pagar pela aquisição (B)	2.806
Parcela de acionistas não controladores (49%) (B)	639
Goodwill (B-A) (nota 14) (i)	**2.142**

(i) O ágio é reconhecido com base nas sinergias esperadas na combinação das operações das adquiridas e do adquirente, bem como no aumento esperado da participação de mercado da Companhia devido à penetração dos produtos e serviços da Companhia nas regiões onde atua. Além disso, a legislação fiscal atual permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo da data de aquisição dos ativos líquidos adquiridos quando uma ação não substantiva é tomada após a aquisição (ou seja, quando a Companhia funde ou cinde as empresas adquiridas) e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. (ii) Como resultado da alocação do preço de compra, a Companhia identificou R$ 1.844 em carteira de clientes com base na expectativa de recebíveis em torno de 8%a.a. (iii) Como resultado da alocação do preço de compra, a Companhia identificou R$ 1.823 em marcas, com vida útil estimada de 13 anos. (iv) Contas a receber de clientes compreendem valores contratuais brutos devidos de R$ 1.038, dos quais R$52 estavam provisionados como sendo incobráveis na data da aquisição. Da data de aquisição até 31 de dezembro de 2023, a Start contribuiu com uma receita líquida de vendas e serviços no valor de R$ 10.101, e lucro líquido do exercício no valor de R$ 1.747. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2023, a Administração estima que a receita líquida de vendas e serviços teria sido de R$ 1.487.956 e o prejuízo líquido do exercício teria sido de R$ 79.595. **5.2. Incorporação de controladas:** Em 01 de outubro de 2023 foi realizada a cisão do patrimônio da Companhia com a versão do acervo patrimonial que a sociedade cindida mantinha na controlada Livraria Livro Fácil Ltda., sendo este acervo incorporado e sucedido pela empresa Somos Sistemas de Ensino S.A., nos termos do protocolo e justificação da incorporação, avaliado a valor contábil na data-base de 30 de setembro de 2023, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada em 01 de outubro de 2023. Apresentamos a seguir os impactos as respectivas rubricas patrimoniais:

	Livro Fácil	Somos Sistemas(i)	Controladora
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9.800	–	9.800
Contas a receber	20.883	–	20.883
Estoque	–	–	–
Adiantamentos	10.288	–	10.288
Tributos a recuperar	5.842	–	5.842
Outros créditos	8.606	–	8.606
Total ativo circulante	**55.419**	**–**	**55.419**
Ativo não circulante			
Tributos diferidos	6.085	–	6.085
Outros créditos - LP	1	–	1
Imobilizado	277	–	277
Intangíveis	643	10.763	11.406
Total ativo não circulante	**7.006**	**10.763**	**17.769**
Total do ativo	**62.425**	**10.763**	**73.188**
Passivo circulante			
Arrendamento por direito de uso	6.754	–	6.754
Fornecedores	254	–	254
Obrigações tributárias	1.214	–	1.214
Obrigações trabalhistas	452	–	452
Partes relacionadas - PC	10.488	–	10.488
Total passivo circulante	**19.162**	**–**	**19.162**
Passivo não circulante			
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	522	–	522
Total passivo circulante	**522**	**–**	**522**
Total do passivo	**19.684**	**–**	**19.684**
Patrimônio líquido	**42.741**	**10.763**	**53.504**

(i) Relativo ao ágio em combinação de negócios com a Livro Fácil que, por decorrência da incorporação, será integralmente alocado a rubrica de ativo intangível na Controladora. **6. Gestão de riscos financeiros: 6.1 Considerações gerais e políticas:** A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos que visa monitorar e administrar regularmente a natureza e a posição geral dos riscos financeiros e avaliar seus resultados financeiros e os impactos no seu fluxo de caixa. Os limites de crédito da contraparte também são revisados periodicamente ou sempre que a Companhia identifica mudanças significativas no risco financeiro. Os riscos econômico-financeiros refletem o comportamento de variáveis macroeconômicas, tais como taxas de juros, bem como outras características dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias e limites específicos. Apresentamos a seguir os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Companhia não divulga o valor justo dos instrumentos financeiros, pois seus valores contábeis se aproximam do valor justo.

		Controladora		Consolidado	
Ativo - Custo amortizado	**Nível**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa e equivalentes de caixa		93.419	36.845	93.553	41.971
Contas a receber		714.209	647.706	697.512	649.135
Outros créditos		1.344	–	2.085	972
Partes Relacionadas - outros recebíveis		81.017	29.655	77.785	30.043
		889.989	**714.206**	**870.935**	**722.121**
Ativo - Valor justo por meio de resultado					
Títulos e valores mobiliários	1	229.790	365.110	245.942	380.514
Outros investimentos		9.879	8.271	9.879	8.271
		239.669	**373.381**	**255.821**	**388.785**
Passivo - Custo amortizado					
Empréstimos e debêntures		791.763	842.996	791.763	842.996
Fornecedores		223.116	231.097	219.616	250.647
Fornecedores - risco sacado		263.948	155.469	263.948	155.469
Arrendamento por direito de uso		92.060	140.563	96.657	140.563
Contas a pagar - aquisições		587.917	569.360	587.917	569.360
Partes Relacionadas - outros passivos		16.085	29	15.060	54
		1.974.889	**1.939.514**	**1.974.961**	**1.959.089**
Passivo - Valor justo por meio de resultado					
Contas a pagar - aquisições (i)	3	26.203	55.917	26.203	55.917
		26.203	**55.917**	**26.203**	**55.917**

(i) Refere-se a parcela do *earn out* que é remensurada com base na atividade econômica da entidade adquirida (ajustes de preços pós-fechamento). As técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos relacionados à mensuração são mencionadas a seguir, exceto pela aquisição de opção de compra na aquisição da Escola Start Ltda., que é mencionada na nota 5.1.

Mensuração do valor justo - Nível 3: a. Técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos: A tabela a seguir apresenta as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo de nível 3, assim como os dados não observáveis significativos:

Entidade	Técnica de avaliação	Dados não observáveis significativos	Relação entre os principais dados não observáveis e a mensuração do valor justo
Phidelis	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera que sejam gerados pela operação (receita líquida).	1. O cumprimento das metas financeiras está vinculado à receita líquida do ano de 2024. 2. Receita: consideramos para a projeção da receita a continuidade de contratos antigos e novos contratos com crescimento médio anual da receita de 21,1%.	O valor justo estimado aumentaria (diminuiria) se: - Qualquer produto não seja mais monetizado (baixo risco); - As taxas de desconto ajustadas ao risco foram menores (risco alto)
SEL	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera que sejam gerados pela operação (receita líquida).	1. Renovação, por escrito, para o ano de 2024, do Contrato do Programa de Ensino Estruturado; ou 2. Celebrar um novo contrato, por escrito, com o SESI, com vigência para o ano de 2024, com ou sem necessidade de licitação, para que o Comprador continue a prestar no ano de 2024 serviços ao SESI, conforme escopo específico a ser definido pelo SESI ("Programa Renovação do Ensino Estruturado 2024").	O valor justo estimado aumentaria (diminuiria) se: - Não ocorrer renovação de contrato (risco baixo)
Flex Flix Limited	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera que sejam gerados pela operação (receita líquida).	1. Crescimento de Receita Líquida e EBITDA em 2,4% 2. Taxa de desconto: 39,6%	Não aplicável
Escola Start Ltda.	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera que sejam gerados pela operação (receita líquida).	Não aplicável	Não aplicável

b. Reconciliação dos impactos ao resultado: O quadro a seguir demonstra as movimentações ocorridas nos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de nível 3:

Contas a pagar de aquisições - nível 3	31/12/2022	Adições (i)	Atualização	Pagamentos	Transferências para nível 2	31/12/2023
Sociedade Educacional da Lagoa	25.876	–	6.858	(14.814)	–	17.920
Phidelis	7.251	–	1.032	–	–	8.283
Redação nota 1000	2.650	–	666	–	(3.316)	–
Mind Makers	6.600	32.968	1.625	(41.193)	–	–
Educbank	13.540	–	602	(14.142)	–	–
Escola Start	–	4.400	–	(4.400)	–	–
	55.917	**37.368**	**10.783**	**(74.549)**	**(3.316)**	**26.203**

(i) Substancialmente relacionado a provisão de R$ 32.968 no preço de aquisição da Mind Makers, em função do desempenho do negócio, conforme aditivo contratual que definiu as metas para pagamento de Earnout. Maior detalhamento está apresentado na nota explicativa 17. **6.2 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, além de seus objetivos, políticas de medição e processos de gestão de risco e capital: **a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui nenhuma transação com derivativos. **b) Risco de mercado - risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captadas no mercado, contas a pagar de arrendamento e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger do risco de volatilidade dessas taxas. Além disso, os ativos financeiros também indexados ao CDI (média diária do empréstimo interbancário de um dia) e ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) mitigam parcialmente quaisquer exposições a taxas de juros. As taxas de juros contratadas são demonstradas a seguir:

			Consolidado
Risco de mercado	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**Taxa de Juros**
Debêntures	791.763	842.996	CDI + 2,30% a 2,40% a.a.
Arrendamento por direito de uso	96.657	140.563	IPCA
Contas a pagar por aquisições	614.120	625.277	100% CDI
	1.502.540	**1.608.836**	

c) Risco de crédito: É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia. Para mitigar os riscos associados às contas a receber de clientes, a Companhia adota a política de vendas e análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes. A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que a Companhia está disposta a aceitar no curso normal de seus negócios. A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, bem como o acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas e limites individuais de posições são procedimentos adotados para minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber. Dessa forma, a Companhia não possui exposição significativa ao risco de crédito com nenhuma contraparte ou grupo de contrapartes com características semelhantes. Além disso, a Companhia revisa o valor recuperável de suas contas a receber no final de cada período de relatório para garantir que as perdas de crédito adequadas sejam registradas. A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros, depósitos bancários e investimentos financeiros, fazendo seus investimentos em instituições financeiras para as quais o risco de crédito é monitorado, de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia. Quando necessário, as provisões adequadas são reconhecidas para cobrir este risco. **d) Risco de liquidez:** A fim de cobrir possíveis deficiências de liquidez ou descasamentos entre caixa e equivalentes de caixa e dívidas de curto prazo e obrigações financeiras, a Companhia continua a operar no mercado financeiro com transações como risco sacado, desde que esta linha de crédito seja oferecida por bancos e aceita por fornecedores da empresa. É o risco de a Companhia não possuir recursos e/ou limites de crédito bancário suficientes para honrar seus compromissos financeiros de curto prazo, devido ao descasamento de prazos de recebimentos e pagamentos esperados. O Grupo também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. A administração também monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias. O excesso de caixa gerado pela Companhia é movimentado em depósitos de curto prazo, sendo aqueles investimentos compostos por liquidez suficiente que proporcionem à Companhia o adequado empreendimento com pressuposto de continuidade operacional. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Passivos financeiros por faixa de vencimento:

				Consolidado
Em 31 de Dezembro de 2023	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Debêntures	541.763	250.000	–	791.763
Arrendamento por direito de uso	17.078	16.631	62.948	96.657
Fornecedores	219.616	–	–	219.616
Fornecedores risco sacado	263.948	–	–	263.948
Partes relacionadas - outros	15.060	–	–	15.060
Contas a pagar por aquisições	216.728	196.406	200.986	614.120
	1.274.193	**463.037**	**263.934**	**2.001.164**

Passivos financeiros por faixa de vencimento - Projetado (i):

				Consolidado
Em 31 de Dezembro de 2023	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Debêntures	612.717	282.742	–	895.459
Arrendamento por direito de uso	17.867	17.400	65.857	101.124
Fornecedores	248.379	–	–	248.379
Fornecedores risco sacado	298.517	–	–	298.517
Partes relacionadas - outros	17.032	–	–	17.032
Contas a pagar por aquisições	245.113	222.129	227.309	694.551
	1.439.625	**522.271**	**293.166**	**2.255.062**

(i) Considera o cenário base mais provável no horizonte de 12 meses. Taxa projetada fonte Bacen: CDI - 13,10% a.a. e IPCA 4,62 a.a. **6.3 Gestão de capital:** Os objetivos principais da gestão de capital da Companhia são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode propor aos acionistas quando sua aprovação for necessária, ajustes no valor dos dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, a dívida. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa em percentual da capitalização total. A dívida líquida compreende passivos financeiros menos caixa e equivalentes de caixa. A capitalização total é calculada pelo patrimônio líquido conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado mais a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresenta estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

		Consolidado
	31/12/2023	**31/12/2022**
Passivos Financeiros (nota explicativa 6.1)	2.001.164	2.015.006
Caixa e equivalentes de caixa	(93.553)	(41.971)
Títulos e valores mobiliários	(245.942)	(380.514)
Dívida Líquida	**1.661.669**	**1.592.521**
Patrimônio líquido	4.589.471	4.654.168
Capitalização total (i)	**2.927.802**	**3.061.647**
Índice de alavancagem financeira (ii)	**57%**	**52%**

(i) Refere-se a diferença entre patrimônio líquido e dívida líquida; (ii) O índice de alavancagem financeira é calculado baseado na dívida líquida/pela capitalização total. **6.4 Análise de sensibilidade:** A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses, as taxas projetadas: CDI - 13,10% a.a., e IPCA - 4,62% a.a. Adicionalmente, demonstramos cenários com 15% e 30% de melhoria na variável de risco considerada, respectivamente.

					Consolidado
	Risco	**Exposição**	**Cenário provável**	**Cenário possível -15%**	**Cenário Remoto -30%**
Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários	Alta CDI	339.495	44.463	37.794	31.124
Contas a pagar por aquisições	Alta CDI	(614.120)	(80.431)	(68.366)	(56.301)
Arrendamento por direito de uso	Alta IPCA	(96.657)	(4.467)	(3.797)	(3.127)
Debêntures	Alta CDI	(791.763)	(103.696)	(88.142)	(72.587)
		(1.163.045)	**(144.130)**	**(122.511)**	**(100.891)**
Taxa de Juros CDI - % a.a.			13,10%	11,13%	9,17%
Taxa de Juros IPCA - % a.a.			4,62%	3,93%	3,23%

7. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa	–	–	2	2
Conta corrente	1.001	2.001	1.096	2.756
Aplicações financeiras (i)	92.418	34.844	92.455	39.213
	93.419	**36.845**	**93.553**	**41.971**

(i) A Companhia investe em fundos de investimento de renda fixa de curto prazo com liquidez diária e sem risco relevante de mudança de valor. As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta no exercício findo em 2023 de 104% do CDI (103% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

continua ★

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

→★ continuação

SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A. - CNPJ nº 49.323.314/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Títulos e valores mobiliários:

	Risco de Crédito	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fundo de investimento privado	AAA	229.789	16.420	245.941	31.824
Fundo de investimento privado	AA	–	348.690	–	348.690
		229.789	**365.110**	**245.941**	**380.514**

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta no exercício findo em 2023 de 102% do CDI (104% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

9. Contas a receber: a) Composição:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contas a receber	786.086	698.398	771.392	711.439
Partes relacionadas *(nota explicativa 21)*	18.137	15.147	18.137	7.177
(–) Provisão para perda esperada	(90.014)	(65.839)	(92.017)	(69.481)
	714.209	**647.706**	**697.512**	**649.135**

b) Análise dos vencimentos das contas a receber (*aging list*): O valor contábil bruto das contas a receber de clientes é baixado quando a Companhia não tem expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte dele. Os esforços de cobrança continuam a ser feitos, mesmo para os recebíveis que foram baixados, e os valores recuperáveis são reconhecidos diretamente ao resultado no momento da cobrança.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Valores a vencer	**560.159**	**554.590**	**541.656**	**563.005**
Vencidos				
Até 30 dias	33.430	18.828	33.749	19.435
De 31 a 60 dias	22.719	21.932	22.933	22.637
De 61 a 90 dias	24.621	11.813	25.584	12.193
De 91 a 180 dias	52.105	40.855	52.404	42.169
De 181 a 360 dias	61.107	30.380	61.782	31.357
Acima de 360 dias	31.945	20.000	33.284	20.643
Total vencido	**225.927**	**143.808**	**229.736**	**148.434**
Partes relacionadas *(nota explicativa 21)*	18.137	15.147	18.137	7.177
(–) Provisão para perda esperada	(90.014)	(65.839)	(92.017)	(69.481)
	714.209	**647.706**	**697.512**	**649.135**

c) Provisão para perda esperada (PCLD) e baixas: A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês, e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "*performance*" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre o histórico de inadimplência de cada produto. A Companhia também reconhece perdas por redução ao valor recuperável nas contas a receber de clientes em 100% sobre os clientes que entraram com pedido de recuperação judicial, com base na experiência histórica, que indicou que essas contas a receber geralmente não são recuperáveis. O risco de crédito e as perdas de crédito esperadas associadas aos valores devidos por partes relacionadas não são significativas.

Consolidado	31/12/2023 Taxa de perda de crédito esperada (%)	31/12/2023 Perda esperada (R$)	31/12/2022 Taxa de perda de crédito esperada (%)	31/12/2022 Perda esperada (R$)
Valores a vencer	**3,78%**	**17.834**	**1,52%**	**8.970**
Vencidos				
Até 30 dias	11,29%	2.562	9,53%	2.072
De 31 a 60 dias	17,69%	3.645	14,09%	2.728
De 61 a 90 dias	24,23%	3.502	19,87%	2.335
De 91 a 180 dias	40,18%	12.232	29,66%	10.096
De 181 a 360 dias	67,68%	22.454	48,35%	12.465
Acima de 360 dias	87,60%	19.467	76,40%	15.434
		63.862		**45.130**
Clientes em liquidação judicial	100%	10.321	100%	15.381
(–) Provisão para perda esperada		**92.017**		**69.481**

Movimentação das perdas esperadas: As movimentações das provisões para perdas esperadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo inicial	**(65.839)**	**(39.510)**	**(69.481)**	**(46.500)**
Adições	(62.333)	(44.635)	(62.390)	(46.192)
Reversões	6.619	288	6.619	288
Baixas em contas a receber	31.539	18.018	33.235	22.923
Saldo Final	**(90.014)**	**(65.839)**	**(92.017)**	**(69.481)**

10. Estoques:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Produtos acabados (i)	218.600	160.519
Produtos em elaboração	59.659	73.993
Matérias-primas	16.664	30.775
Importação em andamento	–	347
Direito de devolução	5.586	816
	300.509	**266.450**

(i) Valores já líquidos da perda de estoques obsoletos, no montante de R$ 22.006 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 40.924 em 31 de dezembro de 2022), como resultado do valor líquido realizável. As baixas e reversões são reconhecidas no custo de produtos vendidos e serviços prestados, nas Demonstrações de Resultados do Exercício.

11. Investimentos: (a) Composição do valor contábil dos investimentos:

Controladas e Coligadas	% de participação	Investimento	Mais valia	Ágio	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Livraria Livro Fácil Ltda. ("Livro Fácil")	100%	–	–	–	–	32.746
A & R Comercio e Serviços de Informática Ltda. ("Pluri")	100%	(3.299)	2.548	11.221	10.470	16.408
Sociedade Educacional da Lagoa Ltda. ("SEL")	100%	15.262	12.372	49.084	76.718	77.334
EMME - Produções de Materiais em Multimídia Ltda. ("EMME").	100%	37	2.544	11.495	14.076	16.009
Phidelis Tecnologia Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("Phidelis")	100%	1.866	3.402	1.387	6.655	3.161
MVP Consultoria e Sistemas Ltda. ("MVP")	100%	4.370	(285)	15.586	19.671	18.578
Escola Start Ltda. ("Start")	51%	597	4.170	–	4.767	–
Educbank Gestão de Pagamentos Educacionais S.A.	45%	24.026	6.672	33.786	64.484	83.139
		42.859	**31.423**	**122.559**	**196.841**	**247.375**

Coligada	% de participação	Investimento	Mais valia	Ágio	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Educbank Gestão de Pagamentos Educacionais S.A.	45%	24.026	6.672	33.786	64.484	83.139
		24.026	**6.672**	**33.786**	**64.484**	**83.139**

(b) Informações sobre as controladas diretas:

Controladas e Coligadas (31/12/2023)	Participação no patrimônio líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Livraria Livro Fácil Ltda. ("Livro Fácil")	0%	–	–	–	–	2.034
A & R Comercio e Serviços de Informática Ltda. ("Pluri")	100%	8.891.650	26.913	21.283	5.630	(7.648)
Colégio Anglo São Paulo	100%	1.000	–	–	–	–
Sociedade Educacional da Lagoa Ltda. ("SEL")	100%	6.080.000	18.089	2.827	15.262	2.465
EMME - Produções de Materiais em Multimídia Ltda. ("EMME").	100%	21.149	592	554	38	(5.733)
Phidelis Tecnologia Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("Phidelis")	100%	40.000	2.295	429	1.866	863
MVP Consultoria e Sistemas Ltda. ("MVP")	100%	3.000	4.995	625	4.370	1.774
Escola Start Ltda. ("Start")	51%	500.000	6.545	5.375	1.170	1.747
			59.429	**31.093**	**28.336**	**(4.497)**

Controladas e Coligadas (31/12/2022)	Participação no patrimônio líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Livraria Livro Fácil Ltda. ("Livro Fácil")	100%	103.768.018	75.875	35.169	40.706	(21.580)
A & R Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Pluri")	100%	7.991.650	37.006	24.629	12.377	4.892
Colégio Anglo São Paulo	100%	1.000	0	1	(1)	–
Sociedade Educacional da Lagoa Ltda. ("SEL")	100%	6.080.000	14.630	1.852	12.778	6.080
EMME - Produções de Materiais em Multimídia Ltda. ("EMME").	0%	21.149	–	–	–	(2.719)
Phidelis Tecnologia Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("Phidelis")	100%	40.000	1.131	878	253	86
MVP Consultoria e Sistemas Ltda. ("MVP")	100%	3.000	2.591	1.545	1.046	694
Mind Makers Editora Educacional Ltda.	0%	–	–	–	–	8.107
Merrit Informação Educacional Ltda.	0%	–	–	–	–	(267)
Nota 1000 Serviços Educacionais Ltda.	0%	–	–	–	–	(16)
Editora De Gouges S.A.	0%	–	–	–	–	9.820
			131.233	**64.074**	**67.159**	**5.097**

(c) Movimentação dos investimentos:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo inicial	**247.375**	**812.768**	83.139	–
Adição por combinação de negócios	3.974	109.492	–	87.651
Aumento de capital	7.020	4.130	–	–
Equivalência patrimonial	(8.024)	(15.934)	(18.655)	(4.512)
Distribuição de dividendos	–	(1.770)	–	–
Incorporação (i)	(53.504)	(660.715)	–	–
Outros	–	(596)	–	–
Saldo final	**196.841**	**247.375**	**64.484**	**83.139**

(i) Relativo ao saldo decorrente da incorporação da controlada Livraria Livro Fácil Ltda., realizada em 01 de outubro de 2023. Os saldos decorrentes dessa incorporação estão apresentados com maior detalhamento na nota explicativa 5.2.

12. Imobilizado - Consolidado:

	Taxa de depreciação	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação acumulada	31/12/2023 Valor contábil líquido	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Depreciação acumulada	31/12/2022 Valor contábil líquido
Equipamentos de informática	10% - 33%	83.460	(61.849)	21.611	80.262	(43.294)	36.968
Móveis e utensílios	10% - 33%	54.987	(32.739)	22.248	60.872	(36.818)	24.054
Edificações e benfeitorias	5%-20%	54.372	(43.555)	10.817	53.027	(40.381)	12.646
Em andamento	–	16.765	–	16.765	4.543	–	4.543
Direito de uso	12%	178.940	(98.932)	80.008	257.034	(137.948)	119.086
Terrenos	–	43	–	43	391	–	391
Total		**388.567**	**(237.075)**	**151.492**	**456.129**	**(258.441)**	**197.688**

Movimentação do ativo imobilizado:

Consolidado	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Edificações e benfeitorias	Em andamento	Direito de uso	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro 2021	**16.613**	**8.391**	**17.872**	**678**	**141.737**	**391**	**185.682**
Adição	35.086	21.523	657	3.877	12.002	–	73.145
Adição por combinação de negócios (nota 5)	54	12	–	6	–	–	72
Baixas/cancelamento de contratos	–	(6)	–	(18)	(3.796)	–	(3.820)
Depreciação	(15.727)	(5.379)	(5.428)	–	(30.857)	–	(57.391)
Transferência	942	(487)	(455)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro 2022	**36.968**	**24.054**	**12.646**	**4.543**	**119.086**	**391**	**197.688**
Adição	2.673	2.298	–	16.565	23.871	–	45.407
Adição por combinação de negócios (nota 5)	–	613	183	–	–	–	796
Baixas/cancelamento de contratos	(2)	(1.029)	(586)	–	(32.348)	(348)	(34.313)
Depreciação	(18.028)	(3.737)	(5.720)	–	(30.601)	–	(58.086)
Transferência	–	49	4.294	(4.343)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro 2023	**21.611**	**22.248**	**10.817**	**16.765**	**80.008**	**43**	**151.492**

A Companhia avalia, anualmente, se existe uma indicação de que um ativo imobilizado possa estar acima de seu valor de mercado. Se houver alguma indicação, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Não houve indícios de perda do valor recuperável do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **13. Intangível - Consolidado:** O custo, taxa média de amortização e amortização acumulada dos ativos intangíveis e ágio compreendem os seguintes valores:

	Taxa de amortização	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor contábil líquido	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização acumulada	31/12/2022 Valor contábil líquido
Softwares	15%	336.688	(221.986)	114.702	263.433	(182.711)	80.722
Carteira de clientes	8%	1.198.455	(475.803)	722.652	1.201.074	(377.891)	823.183
Marcas	5%	633.154	(140.025)	493.129	631.582	(112.967)	518.615
Acordo comercial	8%	243.114	(49.049)	194.065	247.622	(28.795)	218.827
Produção de conteúdo	33%	178.033	(121.932)	56.101	123.251	(74.881)	48.370
Outros intangíveis	33%	11.235	(5.029)	6.206	39.422	(32.142)	7.280
Em andamento		6.845	–	6.845	18.958	–	18.958
Ágios		3.713.863	–	3.713.863	3.711.721	–	3.711.721
Total		**6.321.387**	**(1.013.824)**	**5.307.563**	**6.237.063**	**(809.387)**	**5.427.676**

Movimentação dos ativos intangíveis e do ágio:

Consolidado	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Acordo comercial	Produção de conteúdo	Outros intangíveis	Em andamento	Ágio	Total
Saldos em 31 de dezembro 2021	**96.045**	**922.105**	**546.358**	**243.495**	**24.294**	**7.281**	**3.991**	**3.694.798**	**5.538.367**
Adição	12.882	–	–	–	62.722	17	14.967	–	90.588
Adição por combinação de negócios	3.225	3.833	–	–	–	–	–	16.923	23.981
Baixas/cancelamento de contratos	–	(140)	(434)	–	(13.348)	(15)	–	–	(13.937)
Amortização do período	(31.430)	(102.615)	(27.309)	(24.668)	(25.298)	(3)	–	–	(211.323)
Transferência	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro 2022	**80.722**	**823.183**	**518.615**	**218.827**	**48.370**	**7.280**	**18.958**	**3.711.721**	**5.427.676**
Adição	18.873	–	–	–	48.599	–	37.821	–	105.293
Adição por combinação de negócios	–	1.844	1.823	–	–	–	–	2.142	5.809
Baixas/cancelamento de contratos	(452)	–	–	–	–	(1.071)	–	–	(1.523)
Amortização do período	(34.375)	(102.375)	(27.309)	(24.762)	(40.868)	(3)	–	–	(229.692)
Transferência	49.934	–	–	–	–	–	(49.934)	–	–
Saldos em 31 de dezembro 2023	**114.702**	**722.652**	**493.129**	**194.065**	**56.101**	**6.206**	**6.845**	**3.713.863**	**5.307.563**

Testes do ágio para verificação de *"impairment"* por modalidade: A Companhia avalia no mínimo anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou os eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, e realizou uma análise de sensibilidade no modelo de longo prazo e fluxos de caixa, incluindo quaisquer impactos e riscos que pudessem ser estimados com base na melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros. A conclusão dos testes realizados mostrou não haver necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável dos seus ativos. Para efeito do teste de recuperabilidade a Companhia considerou duas UGCs, para as quais o valor recuperável foi determinado com base em cálculos do valor em uso. O montante relativo à expectativa de rentabilidade futura (*"goodwill"*) que foi alocado em cada UGC da Companhia, está demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Content & Edtech	3.676.176	3.674.034
Digital Services	37.687	37.687
	3.713.863	**3.711.721**

O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social com base no orçamento financeiro aprovado pela administração para um período de oito anos, pois a Companhia entende que esse é o tempo de maturação de uma unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa além desse período são extrapolados usando taxas de crescimento. A taxa de crescimento não excede a taxa média de crescimento de longo prazo para os negócios que a UGC opera. As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

	31/12/2023 Content & Digital	31/12/2023 Digital Services	31/12/2022 Content & Digital	31/12/2022 Digital Services
taxa de crescimento - %	17,0%	5,4%	13,7%	12,5%
taxa de desconto - %	13,2%	13,2%	12,1%	12,1%
taxa de crescimento (%) na perpetuidade	5,2%	5,2%	4,7%	4,7%
anos projetados	8	8	8	8

A taxa de crescimento é baseada em premissas definidas pela administração da Companhia, sustentadas pelo desempenho da operação em comparação com outros concorrentes e com base em medidas internas (novas iniciativas e serviços prestados), que são levadas em consideração. A taxa de desconto é determinada pelo WACC (capital de giro médio ponderado) individual, líquido de imposto de renda. As premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de redução ao valor recuperável foram avaliadas e aprovadas pela Administração do Negócio, bem como as taxas utilizadas. **Teste de recuperabilidade dos demais intangíveis**: Não houve indícios de redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Adicionalmente, os ativos intangíveis classificados como "em andamento" foram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável comparando seu valor contábil com seu valor recuperável e nenhum ajuste foi considerado necessário.

14. Empréstimos e debêntures:

Consolidado	31/12/2022	Pagamento de juros (i)	Pagamento de principal (i)	Juros provisionados	Custo de transação	Transferências	31/12/2023
Debêntures com partes relacionadas	63.325	(40.984)	(50.885)	42.242	–	206	13.904
Debêntures	30.454	(77.917)	–	75.253	1.058	499.011	527.859
Passivo circulante	**93.779**	**(118.901)**	**(50.885)**	**117.495**	**1.058**	**499.217**	**541.763**
Debêntures com partes relacionadas	250.206	–	–	–	–	(206)	250.000
Debêntures	499.011	–	–	–	–	(499.011)	–
Passivo não circulante	**749.217**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(499.217)**	**250.000**
Total	**842.996**	**(118.901)**	**(50.885)**	**117.495**	**1.058**	**–**	**791.763**

(i) A seguir apresentamos a composição dos pagamentos de juros e principal considerando as emissões realizadas:

Emissão	Pagamentos	Juros	Principal
SSED21 - 6a SOMOS - 2a Série	15/02/2023 e 14/08/2023	(7.258)	(50.885)
SEDU21 - 9a SOMOS 2a Série	14/02/2023 e 07/08/2023	(33.726)	–
GAGL11 - Somos Sistemas	07/02/2023 e 05/08/2023	(77.917)	–
	Total	**(118.901)**	**(50.885)**

Consolidado	31/12/2021	Adição Principal (i)	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Provisão de juros	Custo de emissão	Transferências	31/12/2022
Debêntures com partes relacionadas	264.673	–	(33.921)	(254.885)	36.573	–	50.885	63.325
Debêntures	16.581	–	(58.425)	–	72.298	1.018	(1.018)	30.454
Financiamentos	237	–	(154)	(759)	25	–	651	–
Passivo circulante	**281.491**	**–**	**(92.500)**	**(255.644)**	**108.896**	**1.018**	**50.518**	**93.779**
Debêntures com partes relacionadas	51.091	250.000	–	–	–	–	(50.885)	250.206
Debêntures	497.993	–	–	–	–	–	1.018	499.011
Financiamentos	651	–	–	–	–	–	(651)	–
Passivo não circulante	**549.735**	**250.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(50.518)**	**749.217**
Total	**831.226**	**250.000**	**(92.500)**	**(255.644)**	**108.896**	**1.018**	**–**	**842.996**

(i) Em 28 de setembro de 2022, a Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações, sujeitas a juros remuneratórios de 100% do CDI, mais spread de 2,40% ao ano, no valor total de R$ 250.000. As debêntures visam fortalecer a estrutura de capital da Companhia e alongar o perfil de vencimento da dívida, cujo prazo médio seria de 36 meses.

a) Características dos títulos vigentes:

Consolidado		
Tipo	**Partes relacionadas**	**Debêntures**
Emissão	9ª	1ª
Série	Série 2	Única
Data de emissão	28/09/2022	08/06/2021
Data de vencimento	28/09/2025	08/05/2024
Primeiro pagamento	36 Meses	35 Meses
Pagamento do principal	Semestral	Semestral
Encargos financeiros	CDI + 2,40% a.a.	CDI + 2,30% a.a.
Valor emissão	**R$ 250.000**	**R$ 500.000**

b) Cronograma de amortização:

Consolidado	Vencimento	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Passivo circulante	Em até um ano	541.763	68,4	93.780	11,1
	Um a dois anos	250.000	31,6	499.216	59,2
	Dois a três anos	–	–	250.000	29,7
Passivo Não circulante		**250.000**	**31,6**	**749.216**	**88,9**
		791.763	**100,0**	**842.996**	**100,0**

c) Cláusulas contratuais: A manutenção do vencimento contratual das debêntures em seus vencimentos originais está sujeita a cláusulas financeiras restritivas, que vêm sendo regularmente cumpridas. As principais cláusulas financeiras restritivas são as seguintes: **Títulos com partes relacionadas:** Não há cláusulas restritivas nas emissões de títulos com partes relacionadas. **Obrigações com terceiros**: As debêntures emitidas pela controladora Somos Sistemas requerem a manutenção de índices financeiros "*covenants*", os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada ano, e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a: (i) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes no 1º (primeiro) ano; (ii) 4,00 (quatro) vezes no 2º (segundo) ano; (iii) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes no 3º (terceiro) ano, e; (iv) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes no 4º (quarto) ano. Esse índice não pode ser descumprido por 2 períodos consecutivos ou por 3 períodos alternados durante a vigência da Emissão. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,43, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado desse cálculo foi 2,74, resultando em cumprimento das cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

15. Fornecedores e fornecedores risco sacado:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fornecedores locais	190.652	196.042	187.017	215.593
Partes relacionadas (nota explicativa 21)	11.247	13.781	11.247	13.781
Direitos autorais	21.217	21.274	21.352	21.273
	223.116	**231.097**	**219.616**	**250.647**
Risco Sacado (i)	**263.948**	**155.469**	**263.948**	**155.469**
	487.064	**386.566**	**483.564**	**406.116**

(i) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R$ 263.948 (R$ 155.469 em 31 de dezembro de 2022), sendo que as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,05% a.m. (em 31 de dezembro de 2022, a média ponderada foi de 1,27% a.m.) e prazo máximo de pagamento de 360 dias. O saldo é reconhecido, inicialmente, líquido do ajuste a valor presente, o qual é subsequentemente reconhecido como despesa financeira.

16. Arrendamento por direito de uso: (a) Movimentação:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo inicial	**140.563**	**160.542**
Adições (i)	21.103	1.771
Renegociações	2.768	10.231
Cancelamentos (ii)	(38.386)	(3.180)
Provisão de juros	12.717	13.143
Pagamento de juros	(11.637)	(14.941)
Pagamento de principal	(30.471)	(27.003)
Saldo final	**96.657**	**140.563**
Circulante	17.078	23.151
Não circulante	79.579	117.412
	96.657	**140.563**

(i) Relativo ao contrato de aluguel de espaço para oferta dos cursos Anglo, em nova localização no estado de São Paulo. (ii) Relativo ao cancelamento de contrato de imóvel locado na avenida Tamandaré, antiga localização do Curso Anglo. A Companhia reconheceu despesas com aluguéis de arrendamentos de curto prazo e de baixo valor no montante de R$ 23.943 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 19.048 em 31 de dezembro de 2022).

17. Contas a pagar - aquisições:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Pluri	–	3.653
Mind Makers	–	7.915
Livro Fácil	–	10.516
Meritt	300	300
SEL	17.920	30.267
Redação Nota 1000	4.610	6.030
EMME	8.500	10.827
Editora De Gouges	570.027	514.299
Phidelis	12.763	16.976
Educbank	–	24.494
Total	**614.120**	**625.277**
Circulante	216.728	73.007
Não circulante	397.392	552.270
	614.120	**625.277**

A seguir apresentamos as movimentações ocorridas na rubrica de contas a pagar em aquisições:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo inicial	625.277	532.313
Adição (i)	28.044	120.344
Pagamentos à vista	(4.100)	(80.939)
Pagamentos parcelados	(92.152)	(11.379)
Pagamento de juros	(8.096)	(603)
Atualização de juros	65.207	65.725
Outros	(60)	(184)
Saldo final	**614.120**	**625.277**

(i) Em 31 de dezembro de 2023 inclui o preço de aquisição da Escola Start, no valor de R$ 4.481 (conforme nota explicativa 5), e o ajuste de preço na aquisição de empresas, no valor de R$ 23.562, conforme segue: (i) aumento de R$ 32.968 no preço de aquisição de Mind Makers, em função do desempenho do negócio, considerando a quantidade de alunos que utilizaram os produtos disponibilizados por esta entidade em abril de 2023, conforme 4º contrato alteração, que definiu as metas para pagamento de earn out, e (ii) redução de R$ 9.406 no preço da empresa Editora de Gouges ("Eleva"), em decorrência da revisão da dívida líquida prevista no acordo de acionistas. Abaixo apresentamos o cronograma de amortização das contas a pagar por aquisições:

Vencimento	31/12/2023 Valor	31/12/2023 %	31/12/2022 Valor	31/12/2022 %
até um ano	216.728	35,3	73.007	11,7
um a dois anos	196.406	32,0	389.186	62,2
dois a três anos	200.986	32,7	163.084	26,1
	397.392	**64,7**	**552.270**	**88,3**
	614.120	**100,0**	**625.277**	**100,0**

18. Adiantamento de clientes:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Direitos de devoluções (i)	32.613	51.533
Contratos de exclusividade - folha de pagamento	202	587
Receita diferida em contratos de arrendamento	–	13.357
Outras obrigações	–	1.657
Total passivo circulante	**32.815**	**67.134**

(i) Referente ao direito de devolução de mercadorias para os clientes, considerando o ciclo de negócio da Companhia, que vai de outubro a setembro de cada ano.

19. Obrigações trabalhistas:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Salários a pagar	27.149	27.338	28.108	28.351
Contribuições sociais a pagar (i)	24.504	24.891	25.327	25.205
Provisão de férias	21.210	19.377	22.379	21.454
Provisão de participação dos lucros (ii)	28.000	25.047	28.592	25.047
	100.863	**96.653**	**104.406**	**100.057**

(i) Inclui o efeito da contribuição social sobre os planos de remuneração de cotas de ações restritas emitidas em 31 de julho e em 10 de novembro de 2020. A Companhia contabiliza os impostos sobre as ações mensalmente de acordo com o preço das ações da Companhia. (ii) A provisão para participação nos resultados é baseada em métricas qualitativas e quantitativas determinadas pela Diretoria Executiva.

20. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e conta escrow: 20.1. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis: A Companhia classifica a probabilidade de perda nos processos judiciais/administrativos em que é ré. As provisões são constituídas para as contingências classificadas como prováveis e em montante que a Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, acredita ser suficiente para cobrir perdas prováveis ou quando relacionadas a contingências decorrentes de combinação de negócios.

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Processos com probabilidade de perda provável		
Processos de natureza tributária (i)	676.255	623.189
Processos de natureza trabalhista (ii)	21.615	27.567
Processos de natureza cível	120	496
Total Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	**697.990**	**651.252**

(i) Refere-se principalmente a processos tributários relacionados à dedutibilidade fiscal de ágio por reestruturação societária realizada pela Companhia no exercício de 2010. A Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, avaliou o risco de perda como provável, reconhecendo o passivo, incluindo juros e multas, nas Demonstrações Financeiras. (ii) A Companhia possui demandas trabalhistas, que se referem, em sua maioria, a férias proporcionais, diferenciais salariais, adicional noturno, horas extras, encargos sociais, entre outros. Não há demandas trabalhistas individuais com valores materiais que exijam divulgação específica. No quadro abaixo demonstramos a movimentação de contingências para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Consolidado	31/12/2022	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2023
Processos tributários	623.189	–	(1.286)	54.352	–	676.255
Processos trabalhistas	27.567	5.054	(13.589)	3.977	(1.394)	21.615
Processos cíveis	496	189	(509)	39	(95)	120
Total	**651.252**	**5.243**	**(15.384)**	**58.368**	**(1.489)**	**697.990**
Despesas financeiras		–	–	(58.265)		
Despesas gerais e administrativas		(5.223)	14.833	–		
Imposto de renda e contribuição social		–	27	–		
Impacto ao resultado		**(5.223)**	**14.861**	**(58.265)**		
Ativo de indenização - Ex acionistas		(20)	523	(103)		
Impacto total		**(5.243)**	**15.384**	**(58.368)**		

Consolidado	31/12/2021	Adições em Combinação de Negócios	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2022
Processos tributários	607.084	–	3.653	(27.790)	41.261	(1.019)	623.189
Processos trabalhistas	38.159	2.504	2.627	(16.045)	776	(454)	27.567
Processos cíveis	1.607	–	368	(1.615)	26	110	496
Total	**646.850**	**2.504**	**6.648**	**(45.450)**	**42.063**	**(1.363)**	**651.252**
Despesas financeiras			–	–	(42.063)		
Despesas gerais e administrativas			(6.648)	21.747	–		
Imposto de renda e contribuição social			–	23.703	–		
Impacto ao resultado			**(6.648)**	**45.450**	**(42.063)**		

20.2. Processos com expectativa de perdas possíveis: O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia, incluindo os valores de novas contingências dessa classificação que foram geradas no período posterior à combinação de negócios:

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022	Quantidade em 31/12/2023	Quantidade em 31/12/2022
Tributárias	5.413	3.514	10	14
Cíveis (i)	24.988	12.045	17	39
Trabalhistas	10.614	4.473	27	14
Total	**41.015**	**20.032**	**54**	**67**

(i) A ação mais relevante envolve reclamação trabalhista relativa ao pagamento de benefícios rescisórios e outros encargos trabalhistas no valor de R$ 18.661. A Companhia foi indevidamente incluída no processo judicial pela Justiça, sob a alegação de fazer parte de um Grupo Econômico. Nunca houve qualquer relação societária, jurídica ou hierárquica entre a Companhia e o réu. **20.3. Depósitos judiciais e conta Escrow:**

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Processos de natureza tributária	1.900	2.126
Ativo de indenização - Ex acionistas	1.346	1.801
Ativo de indenização - Partes relacionadas (nota 21) (i)	203.942	180.417
Conta Escrow	–	10.515
	207.188	**194.859**

(i) Refere-se a um ativo de indenização pelo Grupo Cogna (Controladora indireta) à Companhia, a fim de indenizar a Companhia por todo e qualquer prejuízo que venha a ocorrer em relação a todas as contingências ou processos judiciais, substancialmente processos tributários, até o montante máximo de R$ 203.942 (R$ 180.417 em 31 de dezembro de 2022). Esse ativo está indexado ao CDI. **21. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: a. Imposto de renda e contribuição social no resultado:** O imposto de renda e a contribuição social provisionados no exercício diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro das entidades consolidadas. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do período	(117.921)	(107.201)	(114.011)	(99.328)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	**40.093**	**36.448**	**38.764**	**33.772**
Equivalência patrimonial	(2.728)	(5.417)	(6.343)	(1.534)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido	2.451	4.253	3.064	(8.293)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	–	–	1.215	(151)
Baixa de prejuízo fiscal de controlada	–	–	–	3.617
Contingências tributárias de IRPJ e CSLL	27	23.703	27	23.703
Total IRPJ e CSLL	**39.843**	**58.987**	**36.727**	**51.114**
IRPJ e CSLL correntes no resultado	3.190	23.703	331	10.668
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	36.653	35.284	36.396	40.446
	39.843	**58.987**	**36.727**	**51.114**

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Consolidado	31/12/2022	Efeitos no patrimônio	Efeitos no resultado	31/12/2023
Imposto de renda/Contribuição Social:				
Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL	422.240	–	172.121	594.361
Diferenças temporárias:				
Provisão para perda esperada	20.472	–	7.540	28.012
Provisão para estoques obsoletos	3.346	–	(247)	3.099
Juros imputados a fornecedores	(5.548)	–	4.342	(1.206)
Provisão para perdas fiscais, cíveis e trabalhistas	20.445	–	(31.382)	(10.937)
Reembolso de direito a produtos devolvidos	15.818	–	(7.397)	8.421
Ativo por direito de uso	50.531	–	(19.230)	31.301
Arrendamento por direito de uso	(42.595)	–	16.911	(25.684)
Ágio sobre combinação de negócios	(358.454)	(1.794)	(110.094)	(470.342)
Outras diferenças temporárias	44.596	–	3.832	48.428
Total Ativo diferido	**170.851**	**(1.794)**	**36.396**	**205.453**

Consolidado	31/12/2021	Efeitos no resultado	31/12/2022
Imposto de renda/Contribuição Social:			
Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL	307.319	114.921	422.240
Diferenças temporárias:			
Provisão para perda esperada	13.010	7.462	20.472
Provisão para estoques obsoletos	(1.262)	4.608	3.346
Juros imputados a fornecedores	(2.157)	(3.391)	(5.548)
Provisão para perdas fiscais, cíveis e trabalhistas	20.025	420	20.445
Reembolso de direito a produtos devolvidos	9.470	6.348	15.818
Arrendamento mercantil	6.660	1.276	7.936
Ágio sobre combinação de negócios	(248.628)	(109.826)	(358.454)
Outras diferenças temporárias	25.968	18.628	44.596
Total Ativo diferido	**130.405**	**40.446**	**170.851**

22. Partes relacionadas: Conforme apresentado na nota explicativa 1, a Companhia faz parte do Grupo Cogna e algumas das transações e acordos da Companhia envolvem entidades que pertencem ao Grupo Cogna. O efeito dessas transações é refletido nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas, com essas partes relacionadas segregadas pela natureza da transação medida em uma base de isenção de interesses e determinada por acordos entre empresas e aprovada pela Administração da Somos. Além disso, os títulos gerados são liquidados em dinheiro, exceto alguns intangíveis descritos no item "d". Os saldos e transações entre a Controladora e suas controladas foram eliminados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Os saldos e transações entre as partes relacionadas são apresentados a seguir:

Consolidado – Em 31 de dezembro de 2023	Partes relacionadas Ativo	Contas a receber (nota 10)	Ativo de indenização (nota 22.a)	Partes relacionadas Passivo	Fornecedores (nota 15)	Debêntures (nota 14)
Cogna Educação S.A.	–	–	203.942	829	–	263.904
Vasta Platform Ltd. (i)	73.669	–	–	1.221	–	–
Editora Atica S.A.	1.383	6.536	–	12.979	6.286	–
Editora e Distribuidora Educacional S.A.	1.256	477	–	–	–	–
Editora Scipione S.A.	87	2.112	–	–	40	–
Maxiprint Editora Ltda.	1	4.659	–	–	–	–
Saber Serviços Educacionais S.A.	–	175	–	–	1	–
Saraiva Educação S.A.	1.099	3.495	–	19	4.262	–
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	–	–	–	–	658	–
Somos Idiomas S.A.	146	2	–	–	–	–
Anhanguera Educacional Participações S.A.	9	424	–	12	–	–
Others	135	257	–	–	–	–
	77.785	**18.137**	**203.942**	**15.060**	**11.247**	**263.904**

(i) Relacionado aos empréstimos realizados pela Somos Sistemas a sua controladora direta Vasta Platform

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

→★ continuação

SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A. - CNPJ nº 49.323.314/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ltd., para pagamento de despesas e movimentação do capital de giro. No ano de 2023, em decorrência do plano de recompra de ações aprovado pela Administração da Vasta, foram realizados empréstimos da Somos Sistemas para a Vasta no montante total de R$ 40.000, sendo: (i) R$10.000 em 15 de setembro de 2023, (ii) R$10.000 em 02 de outubro de 2023, e (iii) R$ 20.000 em 09 de novembro de 2023. Todos esses empréstimos são remunerados a 100% da CDI e possuem vencimento para 02 anos após a emissão.

Em 31 de dezembro de 2022	Partes relacionadas Ativo	Contas a receber (nota 10)	Ativo de indenização (nota 22.a)	Partes relacionadas Passivo	Fornecedores (nota 15)	Debêntures (nota 14)
						Consolidado
Cogna Educação S.A.	–	–	180.417	–	–	313.531
Vasta Platform Ltd.	28.284	–	–	–	3.828	–
Editora Ática S.A.	–	5.754	–	–	9.778	–
Editora e Distribuidora Educacional S.A.	1.722	18	–	–	–	–
Educação Inovação e Tecnologia S.A.	–	389	–	–	175	–
Nice Participações Ltda.	–	37	–	–	–	–
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	–	749	–	–	–	–
Others	37	230	–	53	–	–
	30.043	**7.177**	**180.417**	**53**	**13.781**	**313.531**

	Receitas 31/12/2023	Despesa Financeira (i) 31/12/2023	Custos Compartilhados 31/12/2023	Subarrendamento 31/12/2023	Receitas 31/12/2022	Despesa Financeira (i) 31/12/2022	Custos Compartilhados 31/12/2022	Subarrendamento 31/12/2022
Cogna Educação S.A.	–	42.242	–	–	–	36.573	–	–
Editora Ática S.A.	12.833	–	43.452	9.700	16.286	–	35.232	8.551
Editora e Distribuidora Educacional	622	–	–	–	–	–	–	–
Editora Scipione S.A.	3.781	–	–	–	3.096	–	–	–
Maxiprint Editora Ltda.	9.884	–	–	–	6.665	–	–	–
Saber Serviços Educacionais S.A.	–	–	–	–	41	–	–	–
Saraiva Educação S.A.	5.613	–	–	2.775	4.090	–	–	1.905
Somos Idiomas Ltda.	–	–	–	596	641	–	–	2.591
SSE Serviços Educacionais Ltda.	1.830	–	–	–	863	–	–	–
	34.563	**42.242**	**43.452**	**13.071**	**31.682**	**36.573**	**35.232**	**13.047**

(i) Refere-se aos juros das debêntures com partes relacionadas, apresentado na nota explicativa 14. **a. Garantias relacionadas com contingências adquiridas através da combinação de negócios passados:** Em dezembro de 2019, a Companhia e o Grupo Cogna assinaram o acordo para vincular legalmente a indenização do vendedor em relação à aquisição da Somos pelo Grupo Cogna, a fim de indenizar a Companhia por todas e quaisquer perdas que possam ser incorridas relacionadas as contingências ou processos judiciais dos antigos proprietários. Em 31 de dezembro de 2023, o montante máximo era de R$ 203.942 (R$ 180.417 em 2022). Maior detalhamento está apresentado na nota explicativa 19.2. **b. Acordos de partilha de custos com partes relacionadas:** A Companhia e as partes relacionadas gastaram determinados montantes com base numa repartição do Grupo Cogna de serviços partilhados, incluindo o centro de serviços compartilhados, despesas de informáticas, sistemas informáticos adequados e atividades legais e de contabilidade, e armazéns partilhados e outras atividades logísticas baseadas em acordos. Estas despesas, que totalizam R$ 43.452 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 35.232 em 31 de dezembro de 2022). **c. Acordos de partilha de marcas e direitos autorais com partes relacionadas:** Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia e as suas partes relacionadas celebraram acordos de partilha de marcas e direitos autorais com partes relacionadas, como se segue: (i) Em 6 de Novembro de 2019, a Companhia celebrou um acordo de licença de marca registada (conforme emendado em 2020) com a EDE, pelo qual foi concedida a Companhia, sem custos, direitos de utilização relacionados com a marca "Pitágoras". Este acordo é válido por um período de 20 anos, automática e sucessivamente renovável pelo mesmo período. (ii) Em 6 de Dezembro de 2019, a Companhia também celebrou dois acordos de licença de marca (com as alterações introduzidas em 2020), nos quais os direitos de utilização relacionados com determinadas marcas, tais como "Somos Educação", "Editora Ática", "Editora Scipione", "Atual Editora", "Par Plataforma Educacional", "Sistema Maxi de Ensino", "Bilingual Experience", "English Stars" e "Rede Cristã de Educação", foram concedidos sem custos a determinadas partes relacionadas. Este acordo é válido por um período de 20 anos, renovável automática e sucessivamente pelo mesmo período. **d. Contratos de arrendamento e subarrendamento com partes relacionadas:** A Companhia e as partes relacionadas também partilharam a infraestrutura de armazéns arrendados e outras propriedades, que são despesas diretas do Grupo Cogna. As despesas relacionadas com estes pagamentos de arrendamento foram reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pressupostos definidos pela Administração com base na utilização destes imóveis pela Companhia. No entanto, como parte da sua reestruturação empresarial, a Companhia celebrou contratos de arrendamento e subarrendamento com as suas partes relacionadas em 5 de dezembro de 2019, para continuar a partilhar estes armazéns arrendados e outros imóveis, como se segue: **i. Contratos de arrendamento mercantil:**

Entidade Arrendatária	Contrapartida (Locador)	Pagamentos mensais	Maturidade	Taxa	Estado do imóvel
Somos Sistemas de Ensino S.A.	Editora Scipione S.A.	R$44	60 meses a partir da data do acordo	Índice de inflação	Pernambuco (Recife)

ii. Contratos de subarrendamento mercantil:

Entidade (Locatário)	Contraparte (Locador)	Pagamentos mensais	Maturidade	Taxa	Estado do imóvel
Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE")	Somos Sistemas de Ensino S.A.	R$430	30 de setembro de 2025	Índice de inflação	São Paulo (São Paulo)
Somos Sistemas de Ensino S.A.	Editora Ática	R$827	30 de setembro de 2025	Índice de inflação	São Paulo (São José dos Campos)
Somos Sistemas de Ensino S.A.	Somos Idiomas S.A.	R$53	30 de setembro de 2025	Índice de inflação	São Paulo (São José dos Campos)
Somos Sistemas de Ensino S.A.	Saraiva Educação S.A.	R$207	30 de setembro de 2025	Índice de inflação	São Paulo (São José dos Campos)

e. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os membros da Diretoria da Companhia, do CEO e dos vice-presidentes, para os quais a natureza das tarefas desempenhadas estava relacionada com as atividades da Companhia. Apresentamos a seguir a remuneração do pessoal-chave da administração por natureza, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Benefícios de curto prazo para funcionários	10.482	10.786
Plano de remuneração baseado em ações	7.532	9.640
	18.014	**20.426**

23. Patrimônio líquido: 23.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R$5.441.121, correspondente a 5.441.121.711 ações ordinárias nominativas. **23.2. Resultado por ação:**

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da companhia	(78.078)	(48.214)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	5.441.121	5.441.121
	(0,01)	**(0,01)**

23.3. Reserva de capital e opções outorgadas: O saldo da reserva de capital no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 totaliza um saldo de R$ 97.123 (R$ 83.742 em 31 de dezembro de 2022). **Remuneração com base em ações:** *Planos de remuneração baseada em ações até julho de 2020:* Em 3 de setembro de 2018, os acionistas da controladora indireta Cogna aprovaram um plano de remuneração baseado em ações restritas, no qual poderiam ser concedidos direitos de recebimento de um número máximo de ações restritas não superior a 19.416.233 ações, correspondendo a 1,18% do capital social total do Grupo Cogna na data de aprovação do plano, excluindo ações em tesouraria nesta data. Este programa seria totalmente liquidado com a entrega das ações. A obrigação do Grupo Cogna de transferir as ações restritas nos termos do plano, em até 10 dias a partir do final do período de aquisição, estava condicionada à continuidade da relação de emprego do funcionário ou diretor, conforme o caso, por um período de três anos a partir da data em que o respectivo acordo fosse assinado. *Planos de remuneração baseada em ações a partir de julho de 2020:* Em 23 de julho de 2020, a controladora direta Vasta aprovou um novo plano de opção de compra de ações denominado ("RSU" ou "Unidades de Ações Restritas"). O objetivo do plano de RSU era de aumentar o envolvimento de pessoas elegíveis na criação de valor e lucratividade da Companhia, proporcionando a essas pessoas elegíveis a oportunidade de obter ações restritas e, assim, incentivar as pessoas elegíveis em contribuir para o desempenho e crescimento de longo prazo do negócio. Adicionalmente, em virtude da conclusão do processo de IPO em julho de 2020 da controladora direta Vasta, foram concedidos ações adicionais aos executivos da Companhia considerados como bônus do IPO. Em Agosto de 2023 a Administração da Companhia aprovou um novo plano de incentivo de longo prazo (ILP), baseado no atingimento de certas metas definidas pela Companhia ("Performance Shares Unit" ou "PSU"), com outorga em 2023 e *vesting* em 2026, 2027 e 2028. Considerando os planos anteriormente citados, a Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas do Plano de Ações Restritas no montante de R$ 13.381 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$19.041 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido.

24. Receita líquida de vendas e serviços:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Sistemas de Ensino				
Receita bruta	1.169.117	884.911	1.220.171	992.037
Descontos	(3.266)	(14.791)	(3.402)	(13.157)
Devoluções	(146.109)	(118.291)	(146.430)	(84.001)
Impostos	(1.297)	(3)	(2.915)	(2.255)
Receita líquida	**1.018.445**	**751.826**	**1.067.424**	**892.624**
Editoras				
Receita bruta	227.638	228.057	227.638	228.094
Descontos	(188)	(1.120)	(188)	(1.120)
Devoluções	(44.386)	(31.401)	(44.386)	(31.401)
Impostos	(202)	(213)	(202)	(214)
Receita líquida	**182.862**	**195.323**	**182.862**	**195.359**
Soluções complementares				
Receita bruta	228.973	141.583	228.973	159.207
Descontos	(226)	(1.415)	(226)	(1.415)
Devoluções	(37.750)	(14.447)	(37.750)	(15.755)
Impostos	(1.024)	(136)	(1.024)	(193)
Receita líquida	**189.973**	**125.585**	**189.973**	**141.844**
Outros serviços				
Receita bruta	39.992	43.740	51.313	41.753
Impostos	(4.764)	(7.045)	(5.299)	(7.300)
Receita líquida	**35.228**	**36.695**	**46.014**	**34.453**
Total				
Receita bruta	1.665.720	1.298.291	1.728.095	1.421.091
Descontos	(3.680)	(17.326)	(3.816)	(15.692)
Devoluções	(228.245)	(164.139)	(228.566)	(131.157)
Impostos	(7.287)	(7.398)	(9.440)	(9.962)
Receita líquida	**1.426.508**	**1.109.428**	**1.486.273**	**1.264.280**
Vendas	1.391.280	1.072.734	1.440.259	1.229.827
Serviços	35.228	36.695	46.014	34.453
Receita líquida	**1.426.508**	**1.109.429**	**1.486.273**	**1.264.280**

25. Custos e despesas por natureza:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Matérias-primas e custos de produção	(355.344)	(196.757)	(342.046)	(201.700)
Salários e encargos	(291.162)	(255.246)	(307.948)	(281.894)
Depreciação e amortização	(281.430)	(229.836)	(287.778)	(264.135)
Direitos autorais	(96.584)	(72.348)	(96.596)	(72.348)
Publicidade e propaganda	(57.875)	(78.586)	(68.194)	(99.834)
Provisão para perdas esperadas	(55.714)	(44.347)	(55.771)	(45.904)
Custos editoriais	(40.412)	(47.793)	(40.412)	(49.329)
Serviços terceirizados	(35.005)	(20.427)	(37.002)	(47.667)
Viagens	(27.822)	(21.932)	(28.516)	(23.577)
Serviços de consultoria e assessoria	(23.321)	(21.880)	(27.589)	(31.911)
Aluguel e taxas de condomínio	(10.587)	(10.190)	(23.943)	(18.312)
Ajuste de preço - outras despesas operacionais	(23.562)	–	(23.562)	–
Provisão para estoques obsoletos (nota 10)	(22.006)	(27.547)	(22.006)	(40.924)
Utilidades, limpeza e segurança	(14.883)	(18.397)	(15.760)	(24.666)
Outras despesas operacionais	(2.759)	(808)	(4.522)	(808)
Impostos e contribuições	(3.476)	(1.762)	(4.015)	(1.777)
Material	(2.848)	(4.821)	(3.024)	(6.263)
Despesas gerais e administrativas - outras despesas gerais	(390)	(357)	(379)	(358)
Receita de contratos de arrendamento e subarrendamento com partes relacionadas	13.071	13.047	13.071	13.047
Provisão para perdas fiscais, cíveis e trabalhistas	9.090	15.159	9.611	15.099
Outras receitas operacionais	13.699	3.068	13.699	1.828
	(1.309.320)	**(1.021.760)**	**(1.352.682)**	**(1.181.433)**
Custos das vendas e serviços	(582.507)	(429.635)	(573.935)	(473.135)
Despesas com vendas	(230.194)	(171.445)	(246.096)	(194.043)
Despesas gerais e administrativas	(428.283)	(378.593)	(462.495)	(469.371)
Provisão para perda esperada	(55.714)	(44.347)	(55.771)	(45.904)
Outras receitas operacionais	13.699	3.068	13.699	1.828
Outras despesas operacionais	(26.321)	(808)	(28.084)	(808)
	(1.309.320)	**(1.021.760)**	**(1.352.682)**	**(1.181.433)**

26. Resultado financeiro:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	35.603	50.509	40.155	54.954
Receita financeira de contingências	23.723	31.077	23.723	31.077
Atualização monetária em empréstimos a partes relacionadas	5.372	–	5.372	–
Outras receitas financeiras	7.771	5.888	6.711	2.160
	72.469	**87.474**	**75.961**	**88.191**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(117.495)	(108.595)	(117.495)	(108.896)
Juros de aquisições	(65.207)	(65.606)	(65.207)	(65.725)
Juros de fornecedores e risco sacado	(38.068)	(18.970)	(38.228)	(18.970)
Taxas bancárias e de cobrança	(1.361)	(1.118)	(5.695)	(3.869)
Juros sobre provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(57.923)	(52.888)	(58.284)	(52.891)
Juros sobre arrendamento	(12.330)	(14.205)	(12.717)	(13.143)
Outras despesas financeiras	(7.170)	(5.028)	(7.282)	(2.360)
	(299.554)	**(266.410)**	**(304.908)**	**(265.854)**
Resultado financeiro	**(227.085)**	**(178.936)**	**(228.947)**	**(177.663)**

27. Transações sem efeito em caixa: As principais transações sem efeito caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir: (i) Adições de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no valor de R$ 21.004 (nota explicativa 16). (ii) Baixas de contratos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento mercantil no montante de R$38.386 (nota explicativa 16). (iii) Contas a pagar assumidas na aquisição da Escola Start, no valor de R$ 1.698 (nota explicativa 5.1). (iv) Patrimônio líquido incorporado da controlada Livro Fácil, no montante de R$ 53.504 (nota explicativa 5.2). Impacto na controladora.

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Guilherme Alves Melega - Diretor Presidente

César Augusto Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Vieira Werneck - Contador - CRC: RJ - 091570/0-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Somos Sistemas de Ensino S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Somos Sistemas de Ensino S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Somos Sistemas de Ensino S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura:

Veja Notas Explicativas nº 2.1 (d), 3.2 (d), 4.3.8 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas valores significativos de ágios por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de combinações de negócios que devem ser testados no mínimo anualmente para a identificação da necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável, conforme norma contábil em vigor. A determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa (UGC) é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que envolvem premissas significativas, tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização); (ii) crescimento médio da receita líquida; (iii) taxa de crescimento na perpetuidade; e (iv) taxa de desconto. Devido às incertezas e julgamentos relacionados com as principais premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixas futuros das unidades geradoras de caixa que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como suas divulgações relacionadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas significativas utilizadas pela Companhia para a projeção dos fluxos de caixa futuros, e comparação das premissas de taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto com informações de mercado disponíveis, e comparação das premissas de margem LAJIDA e crescimento médio da receita líquida com o desempenho histórico e previsões anteriores. - Recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, do valor presente dos fluxos de caixa projetados pela Companhia para as unidades geradoras de caixa; - Comparação do valor contábil líquido com o valor em uso por unidades geradoras de caixa; - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor recuperável das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração da provisão para perdas em estoques:

Veja Notas Explicativas nº 4.3.4 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria: - Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas saldo significativo de estoques de produtos acabados, os quais estão sujeitos à avaliação de reconhecimento de perda por redução ao valor realizável líquido. A mensuração da provisão para perdas em estoques sobre os produtos acabados requer julgamento da Companhia na determinação da principal premissa relacionada com a determinação do percentual de perda com base no índice de produção histórico para determinar a referida provisão. Devido ao julgamento envolvido na determinação da premissa para mensuração da provisão para perdas em estoques de produtos acabados, bem como o impacto que eventuais mudanças na premissa usada poderia ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto: - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, sobre os dados históricos que suportam a principal premissa utilizada na mensuração da provisão para perdas em estoques; - Recálculo da provisão para perdas nos estoques e comparação com os valores reconhecidos pela Companhia; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas em estoques, bem como as divulgações relacionadas, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves - Contador - CRC 1SP 290557/O-2

---

sequoia

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

(Companhia Aberta) CNPJ/MF nº 01.599.101/0001-93 - NIRE nº 35.300.501.497

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Informamos os senhores acionistas da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital") para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AGOE"):

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes e do relatório do comitê de auditoria, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;
2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e
3. Fixar o valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

4. Deliberar sobre a eleição de 2 (dois) novos membros para o Conselho de Administração da Companhia, com a consequente alteração do número de membros que compõem o Conselho de Administração no mandato em curso de 5 (cinco) para 7 (sete);
5. Deliberar sobre o enquadramento do Sr. Andre Loureiro Pereira como candidato a membro independente do Conselho de Administração de acordo com os critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022;
6. Deliberar sobre o grupamento da totalidade das 389.648.916 (trezentas e oitenta e nove milhões, seiscentas e quarenta e oito mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias de emissão da Companhia, na razão de 20 (vinte) ações ordinárias para formar 1 (uma) nova ação, sem alteração no valor do capital social da Companhia;
7. Deliberar sobre a mudança do Estatuto Social da Companhia mediante a alteração do artigo 5º, *caput*, e 6º, *caput*, para refletir a alteração (i) do valor do capital social da Companhia, em razão dos aumentos de capital aprovados dentro do limite do capital autorizado até a data da Assembleia, e (ii) do número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em razão do grupamento, se aprovado; e
8. Consolidar o Estatuto Social da Companhia.

Procedimentos para participação:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Assembleia divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração").

Dessa forma, a participação do acionista somente poderá se dar:

(a) pelo envio do boletim de voto a distância ("Boletim"), nos termos da RCVM 81/22, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim que pode ser acessado nos websites indicados no fim deste edital; ou

(b) via Plataforma Digital, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e, caso queira, vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas pela mesa, nos termos do art. 48, §5º, da RCVM 81/22.

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), o acionista pode participar ou ser representado na Assembleia: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos, (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e, em qualquer caso, de acordo com as regras da legislação aplicável.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na Assembleia, deverão acessar o site da Companhia, no link: https://assembleia.ten.com.br/118335078/auth, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 27 de abril de 2024. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro.

Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Vila Bonfim, CEP 06806-400 e nos *websites* da Companhia (https://ri.sequoialog.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das S.A. e da RCVM 81/22.

Embu das Artes-SP, 29 de março de 2024
Sequoia Logística e Transportes S.A.

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 00.242.184/0001-04 - NIRE 35.300.551.362 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma das disposições legais e do artigo 6º do Estatuto Social, são convocados os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da **Armac Locação, Logística e Serviços S.A.** ("Armac" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2024, às 09:00, de modo exclusivamente digital, via plataforma Microsoft Teams, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(A)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(B)** deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(C)** sem prejuízo do disposto no artigo 141, §7º, da Lei nº 6.404/1976 ("LSA"), deliberar sobre a fixação do número total de membros do Conselho de Administração em 8 (oito); **(D)** eleger o Conselho de Administração para o mandato de 2 (dois) anos contados desta Assembleia Geral; **(E)** deliberar sobre o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(F)** deliberar sobre a alteração do artigo 3º do Estatuto Social para incluir a atividade de "prestação de serviços de transporte de recursos hídricos e abastecimento para consumo humano em caminhões-pipa" no objeto social da Companhia; **(G)** consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações propostas no item (F) da Ordem do Dia, bem como autorizar a Diretoria a praticar os atos necessários para efetivação das deliberações tomadas. Em atendimento ao artigo 5º, I, da Resolução CVM 81/2022 e ao artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Destacamos que os pedidos de voto múltiplo devem ser feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos acionistas, observado o prazo limite de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da LSA. A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação de Acionistas divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração"). Os acionistas também poderão participar da Assembleia Geral por meio de boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as orientações constantes do próprio boletim de voto à distância e da Proposta da Administração, que estão disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da própria Companhia (ri.armac.com.br). Observados os procedimentos descritos na Proposta da Administração, os acionistas que optarem por participar da Assembleia Geral por meio da plataforma digital deverão enviar previamente à Companhia, até 09:00 de 24/04/2024: (i) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central; e (ii) cópias digitalizadas dos seguintes documentos: **a)** Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista; **b)** Pessoas Jurídicas: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. **c)** Fundos de Investimentos: (i) último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Na hipótese de participação virtual na Assembleia Geral por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda cópia digitalizada da procuração (observando os requisitos do art. 126, §1º da LSA) e dos documentos que comprovem a identidade do procurador, no mesmo prazo indicado no parágrafo acima. Por fim, a Companhia informa que todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, incluindo a Proposta da Administração, se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da Companhia (ri.armac.com.br), bem como em sua sede social. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) do telefone +55 11 4628-1681 e (ii) do e-mail: ri@armac.com.br. Barueri, 26 de março de 2024. Conselho de Administração.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A presidente do Sindicato dos Psicanalistas do Estado de São Paulo - SINPESP, no uso de suas atribuições legais, convoca os(as) Srs.(as) Diretores(as) e filiados(as), para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 15/04/2024, na Rua Humberto I, nº 501 – Vila Mariana, São Paulo / SP, sendo a primeira chamada das 16:30h e a segunda chamada as 17:00h, quando terá início a reunião, com qualquer número de presentes. A mesma será para apreciar as seguintes pautas: - Apreciação e votação do relatório anual de 2023. - Prestação de contas. - Balanço e balancete do ano de 2023. São Paulo, 02 de abril de 2024. Araceli Albino – Presidente

---

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1

Aviso aos Acionistas

A **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** ("Grupo Ambipar" ou "Companhia") (B3: AMBP3), em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 30 de abril de 2024, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Avenida Pacaembu nº 1.088, Pacaembu, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01234-000, e no endereço eletrônico da Companhia (https://ri.ambipar.com/), tendo sido enviados também à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros.

São Paulo, 28 de março de 2024
Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.
Thiago da Costa Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

---

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar, em primeira convocação, no dia 22.4.2024, às 9:30 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A da Lei das S/A e artigo 5º, inciso III e §2º, inciso I e Art. 28, § 2º, inciso II, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29.03.2022, por meio de plataforma eletrônica cujos acessos serão oportunamente disponibilizados, para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: "***(i)** deliberar acerca do relatório da administração, proposta de orçamento de capital e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício social findo em 31.12.2023; e **(iii)** deliberar acerca da remuneração anual global máxima dos administradores para o exercício social de 2024*". **Henrique Souza e Silva Peretto** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirassununga, 28.03.2024. (29/03, 02 e 03/04)

Alpha Memorial S.A.

CNPJ/MF nº 04.256.769/0001-26 - NIRE 35.300.183.681

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 08 de abril de 2024

A diretoria da **Alpha Memorial S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.256.769/0001-26 ("Companhia"), por seu Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Rhormens Alves Natel, convoca os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 08 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Magalhães de Castro, 4800, Cidade Jardim Corporate Center, Torre 1, Conjunto 152, Cidade Jardim, São Paulo, SP, CEP 05676-120, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Instalação e funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros, nos termos do art. 161 e seguintes, da Lei nº 6.404/76. A Assembleia será realizada no primeiro dia útil subsequente ao prazo previsto no artigo 124, § 1º, Inciso I, da Lei nº 6.404/76, assegurando os interesses dos acionistas, notadamente no que diz respeito à participação dos mesmos na deliberação indicada na Ordem do Dia. A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto da Companhia, nos termos do art. 125, da Lei nº 6.404/76. **Informações gerais:** Serão admitidos na Assembleia os acionistas cujas ações estejam regularmente registradas nos livros próprios da Companhia até 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia. Aos acionistas que optarem se fazer representar na Assembleia por terceiros, será necessário o envio de procuração com fim específico para a referida Assembleia, outorgada há menos de 1 (um) ano, podendo ser por instrumento público ou particular, desde que com firma reconhecida, nos termos do parágrafo único do Artigo 16º do Estatuto Social da Companhia. Solicita-se o comparecimento dos acionistas com uma hora de antecedência para prévia identificação. São Paulo, 28 de março de 2023. **Rodrigo Rhormens Alves Natel** - Diretor Presidente.

Witzler

WTZ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME 37.354.720/0001-65

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31/12/2023 (EM MILHARES DE REAIS)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/2022 (Reclassificado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	2	27.763	26.268
Clientes	5	–	–	21.714	13.775
Impostos a recuperar		3	–	2.032	945
Outros créditos		–	345	2.046	2.654
Instrumentos financeiros	16	–	–	162.971	103.812
Total circulante		**15**	**347**	**216.526**	**147.454**
Não circulante					
Instrumentos financeiros	16	–	–	587.895	244.093
Investimentos	11	134.074	59.139	7.255	7.228
Imobilizado		–	–	2.222	1.489
Total não circulante		**134.074**	**59.139**	**597.372**	**252.810**
Total do ativo		**134.089**	**59.486**	**813.898**	**400.264**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/2022 (Reclassificado)
Circulante					
Fornecedores	6	–	–	20.377	11.838
Empréstimos e financiamentos	9	–	–	268	715
Instrumentos financeiros	16	–	–	139.258	85.558
Obrigações tributárias	7	2	–	6.421	4.782
Salários e encargos		2	1	942	447
Outras contas a pagar		2.100	1.668	37	300
Total circulante		**2.104**	**1.669**	**167.303**	**103.640**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	–	–	211	220
Garantias Contratuais		–	–	2.338	2.026
Instrumentos financeiros	16	–	–	459.895	216.444
Passivo fiscal diferido		–	–	52.166	15.988
		–	**–**	**514.610**	**234.678**
Patrimônio líquido	12				
Capital social		28.003	5.000	28.003	5.000
Reserva Legal		5.485	1.000	5.485	1.000
Reserva de lucros		98.497	51.817	98.497	51.817
Total do patrimônio líquido		**131.985**	**57.817**	**131.985**	**57.817**
Participação dos Acionistas não controladores		–	–	–	**4.129**
Total do passivo e patrimônio líquido		**134.089**	**59.486**	**813.898**	**400.264**

Demonstrações do resultado

	Nota	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22 (Reclassificado)
Receita operacional líquida	13	–	–	200.915	153.097
Custo de energia comprada	14	–	–	(162.840)	(127.386)
Custo de serviço prestado		–	–	(1.989)	(2.358)
Custo de produto vendido		–	–	(372)	–
Resultado do valor justo de contratos de energia	16	–	–	105.811	36.067
Lucro bruto		**–**	**–**	**141.525**	**59.420**
Despesas/(receitas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(40)	(40)	(16.567)	(6.550)
Outras receitas/(despesas) operacionais		1.148	(864)	411	999
Resultado de equivalência patrimonial	11	88.571	37.116	–	–
		89.679	**36.212**	**(16.156)**	**(5.551)**
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		**89.679**	**36.212**	**125.369**	**53.869**
Resultado financeiro líquido	15	35	–	4.669	2.332
Resultado antes do IR e CS		**89.714**	**36.212**	**130.038**	**56.201**
IR e CS corrente	8	(10)	–	(3.747)	(4.035)
IR e CS diferido	8	–	–	(36.178)	(12.644)
Lucro líquido do exercício		**89.704**	**36.212**	**90.113**	**39.522**
Acionistas da Companhia				90.113	36.725
Participação dos acionistas não controladores				–	2.797
				90.113	**39.522**

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Lucro líquido do exercício	89.704	36.212	90.113	39.522
Total do resultado abrangente do exercício	**89.704**	**36.212**	**90.113**	**39.522**
Acionistas da Companhia			90.113	36.725
Participação dos acionaistas não controladores			–	2.797
			90.113	**39.522**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucro	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**5.000**	**–**	**24.375**	**29.375**	**[illegible]**	**31.254**
Lucro líquido do exercício	–	–	36.725	36.725	2.797	39.522
Ajustes materiais de exercícios anteriores	–	–	181	181	4	185
Perda por dividendo recebido de forma desproporcional	–	–	(747)	(747)	747	–
Outras movimentações	–	–	55	55	500	555
Constituição reserva legal	–	1.000	(1.000)	–	–	–
Dividendos obrigatórios a distribuir	–	–	(7.772)	(7.772)	(1.798)	(9.570)
Saldos em 31/12/2022	**5.000**	**1.000**	**51.817**	**57.817**	**4.129**	**61.946**
Lucro líquido do exercício	–	–	90.113	90.113	–	90.113
Constituição reserva legal	–	4.485	(4.485)	–	–	–
Dividendos proposto pagos - AGOE de 20/04/2023	–	–	(7.953)	(7.953)	(1.537)	(9.490)
Dividendos obrigatórios	–	–	(10.586)	(10.586)	–	(10.586)
Aquisição de cotas dos não controladores	–	–	(409)	(409)	(2.592)	(3.001)
Aumento de Capital - AGOE de 20/04/2023	20.000	–	(20.000)	–	–	–
Aumento de Capital - Integralização	3.003	–	–	3.003	–	3.003
Saldos em 31/12/2023	**28.003**	**5.485**	**98.497**	**131.985**	**–**	**131.985**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/2022 (Reclassificado)	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/2022 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**89.704**	**36.212**	**90.113**	**39.522**
Ajustado por: Resultado do valor justo de contratos de energia	–	–	(105.811)	(36.067)
Imposto de Renda e CSLL diferido	–	–	36.178	12.644
Depreciação e amortização	–	–	488	281
Ajustes materiais de exercícios anteriores	–	–	–	181
Cessão de equivalência	(440)	–	–	–
Equivalência patrimonial	(88.571)	(37.116)	–	–
Ágio em aquisição societária	(1.151)	–	359	–
Pagamentos de juros empréstimos e financiamentos	–	–	(95)	(186)
Provisões PECLD	–	–	219	116
Provisão p/ encargos trabalhistas	–	–	522	–
Provisão de crédito a liquidar CCEE	–	–	(541)	–
Lucro líquido ajustado	**(458)**	**(904)**	**21.432**	**16.491**
Variação de ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	–	–	(7.939)	5.105
Investimentos	–	–	–	16
Imposto a recuperar	4	–	(1.087)	–
Outros créditos	339	(101)	608	(854)
Fornecedores	–	–	8.539	(4.844)
Impostos a recolher	2	–	1.639	1.479
Salários e encargos	1	–	495	337
Outras contas a pagar	432	300	(263)	287
Impostos pagos	(7)	–	(458)	(1.650)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**313**	**(705)**	**22.966**	**16.367**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado	–	–	(1.221)	(942)
Aquisição/Baixa de novas participações	7.219	1.180	–	–
Adiantamento p/ aumento de capital nas investidas	(2.319)	(723)	–	–
Aquisição de cotas minoritário	3.001	–	–	–
Aumento de capital	(20.000)	(7.650)	–	–
Dividendos recebidos	27.326	15.662	–	–
Investimentos	–	–	(27)	(947)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**15.227**	**8.469**	**(1.248)**	**(1.889)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento do capital social	3.003	–	–	–
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	296	693
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	–	(755)	(1.133)
Garantias contratuais	–	–	312	637
Distribuição de lucro	(18.539)	(7.772)	(20.076)	(9.570)
Caixa líquido consumido das atividades de financiamentos	**(15.536)**	**(7.772)**	**(20.223)**	**(9.373)**
Acréscimo líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	**4**	**(8)**	**1.495**	**5.105**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	10	26.268	21.163
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	2	27.763	26.268
Acréscimo líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	**4**	**(8)**	**1.495**	**5.105**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A WTZ Participações S/A ("Companhia") foi fundada em 08/06/2020, sediada na Rua Antônio Alves, 35-48, Sala WTZ, Vila Aeroporto, CEP 17.012-431, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, tendo como objeto social a participação em empresas e/ou empreendimentos na condição de sócia quotista ou acionista, atuando como controlada e/ou controladora e atuar como holding. Em 14/03/2022 a Companhia realizou uma reestruturação societária, sendo transformada em S/A a fim de possibilitar novos investimentos. Em 31/12/2023, apresenta os seguintes investidas: **a) Exponencia Energia Ltda. tem como objeto social: (i)** Comércio atacadista de energia elétrica; **(ii)** Comércio varejista de energia elétrica; **(iii)** Intermediação de compra e venda de energia elétrica a terceiros; e **(iv)** Prestação de serviços de gestão de contratos de energia a terceiros. **b) Witzler Comercializadora de Energia Ltda. tem como objeto social: (i)** Comércio atacadista de energia elétrica; **(ii)** Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; **c) Witzler Energia e Corretagem de Seguros Ltda. tem como objeto social: (i)** Prestação de serviços técnicos, Assistência e Consultoria em engenharia; **(ii)** Medição de consumo de energia elétrica, gás e água; **(iii)** Comércio varejista de materiais elétricos; **(iv)** Suporte técnico. **d) Witzler Soluções em Energia Ltda. tem como objeto social: (i)** Prestação de serviços técnicos, Assistência e Consultoria em engenharia; **(ii)** Medição de consumo de energia elétrica, gás e água; **(iii)** Comércio varejista de materiais elétricos; e **(iv)** Suporte técnico.

Demonstrações contábeis consolidadas — Empresa	Participação societária (%) 2023	2022
Exponencial Energia Ltda.	100%	90%
Witzler Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%
Witzler Energia e Corretagem de Seguros Ltda.	100%	96,86%
Witzler Soluções em Energia Ltda.	100%	100%

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações contábeis incluem: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 22/03/2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 5** - Provisão de estimativa para credores de liquidação duvidosa para consumidores, concessionárias e permissionárias; • **Nota Explicativa nº 17** - Instrumentos financeiros. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais da controladora e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de 31/12/2023. **a) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações que ainda não em vigor:** Não há conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 01/01/2023 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. **b) Base de consolidação: i. Controlada:** As demonstrações contábeis das Controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras da Controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **ii. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as entidades consolidadas; • Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre a Companhia e suas controladas; • Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas. **iii. Participação dos acionistas não controladores:** De acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a participação dos acionistas não controladores é apresentada nos balanços patrimoniais como parte do patrimônio líquido, segregada da participação dos acionistas da controladora. Na demonstração do resultado, a participação dos acionistas não controladores não é deduzida na avaliação do lucro líquido ou prejuízo do exercício, sendo apenas destacada da participação dos acionistas da controladora. **c) Moeda estrangeira: i. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio na data da apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **d) Ativo financeiro: a) Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia e suas controladas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c) Valor recuperável *(impairment)* de ativos financeiros - Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **d) Contas a receber de clientes:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **f) Fornecedores de energia:** Incluem a compra de energia elétrica faturada para a sua controlada Exponencial Energia Ltda. e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros. **g) Instrumentos financeiros (contratos futuros):** A sua controla Exponencia Energia Ltda. tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições forward, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A sua controlada tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 8 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da sua controlada Exponencial Energia Ltda. pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. **f) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **g) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **i) Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido):** Para as empresas que adotaram a sistemática pelo Lucro Presumido, a alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre a presunção trimestral que exceder R$ 60, sendo as alíquotas de presunção conforme legislação vigente é de 8% para comércio e serviços de empreitada e 32% para demais serviços. A Contribuição Social é calculada sobre a presunção de lucro conforme legislação vigente, à alíquota de 9%, sendo a presunção de 12% para serviços de empreitada e 32% para demais serviços. Já para Empresas que adotaram a sistemática pelo Lucro Real, para as empresas controladas e que adotam a sistemática pelo lucro presumido, a alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre a presunção trimestral que exceder R$ 60, sendo as alíquotas de presunção conforme legislação vigente é de 8% para comércio e 32% para demais serviços. A Contribuição Social é calculada sobre a presunção de lucro conforme legislação vigente, à alíquota de 9%, sendo a presunção de 12% para comércio e 32% para demais serviços. E para as empresas controladas que adotam a sistemática pelo Lucro Real o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre Lucro Líquido. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **n) Reconhecimento de receita e custo de energia:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional das controladas da Companhia. A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixas e saldos bancários	–	2	31	264
Aplicações financeiras	6	–	27.732	26.004
	6	**2**	**27.763**	**26.268**

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas está composto por saldo de depósitos bancários à vista e são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras correspondem em 88% a Certificados de Depósito Bancários (CDB), com liquidez imediata; e 12% correspondem a títulos do Tesouro Direto (NTN-B), com liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos brutos auferidos até a data do balanço, com taxa média de 103,3% de variação do CDI.

5. Clientes:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reclassificado)
Faturadas	1.569	892
Não faturadas	20.145	12.883
	21.714	**13.775**

O saldo de "Não Faturados" é composto pelas vendas de energia de contrato de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo de energia ocorreu até o final do período e o faturamento ocorreu no mês subsequente. A metodologia se dá por meio do artigo 14 da Portaria SRE 14/2022, o qual determina que o faturamento da energia elétrica no mercado livre deve ocorrer até o último dia do mês subsequente ao fato gerador.

6. Fornecedores:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reclassificado)
Faturados	1.744	2.137
Não faturados	18.633	9.701
	20.377	**11.838**

O saldo de "Não Faturados" são itens de provisão em 31/12/2023 são compostos por provisões de compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreram até 31/12/2023 e com recebimento da fatura de pagamento no mês subsequente.

7. Obrigações tributárias

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reclassificado)
IRPJ a Recolher	531	759
CSLL a Recolher	179	260
PIS a Recolher	329	205
COFINS a Recolher	1.519	949
ICMS a Recolher	3.409	2.474
ICMS-ST a Recolher	296	–
Outros impostos a Recolher	158	135
	6.421	**4.782**

ICMS a recolher: Com a aprovação do Decreto nº 66.373 de 22/12/2021 e disciplinada por meio da Portaria SRE 14 de 11/03/2022, o ICMS passou a ser cobrado do alienante de energia elétrica quando a mesma for consumida pelo estabelecimento adquirente, sendo o destaque devido no mês subsequente ao fato gerador. **8. Imposto de Renda e Contribuição Social: a. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente:** Para empresas que adotaram a sistemática de lucro real, a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social em 31/12/2023 foi constituída com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável trimestral que exceder R$ 60. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%:

	Regime de Tributação
Exponencial Energia Ltda.	Lucro Real
Witzler Energia e Corretagem de Seguros Ltda.	Lucro Presumido
Witzler Comercializadora de Energia Ltda.	Lucro Presumido
Witzler Soluções em Energia Ltda.	Lucro Presumido
WTZ Participações S/A	Lucro Presumido

Controladas optantes pelo Lucro Real	**2023**	**2022**
Resultado antes do IRPJ e CSLL	105.026	39.489
Alíquota do IRPJ e CSLL	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	35.709	13.426
Efeito das (adições) exclusões sobre valor justo de instrumentos financeiros	(36.160)	(12.228)
Outras (adições) exclusões permanentes	(25)	(18)
Prejuízos fiscais	910	435
Doação de IRPJ	–	(16)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**434**	**1.599**

A subsidiaria Exponencial Energia Ltda. é optante do Lucro Real.

Controladas optantes pelo Lucro Presumido	**2023**	**2022 (Reclassificado)**
Faturamento não contemplado na apuração do IR/CS*	–	14
Venda de energia elétrica	10.383	2.701
Faturamento contemplado - Serviços	27.074	21.651
Faturamento contemplado - Comércio	480	–
Devoluções de vendas - Comércio	(22)	–
Base de cálculo - Tributável	**37.915**	**24.352**
Presunção IR - Energia Elétrica / Comércio	8%	8%
Presunção CS - Energia Elétrica / Comércio	12%	12%
Presunção - Serviços	32%	32%
Base de cálculo presumida IR/CS - Serviços	8.664	6.928
Base de cálculo presumida IR - Comércio	867	216
Base de cálculo presumida CS - Comércio	1.301	324
Outras receitas	281	125
Base de cálculo final - IR	**9.812**	**7.269**
Base de cálculo final - CS	**10.246**	**7.377**
Imposto de renda (15%)	1.472	1.090
Adicional imposto de renda (10%)	919	682
Contribuição Social (9%)	922	664
Imposto de renda e contribuição social no exercício	**3.313**	**2.436**

Imposto de Renda e Contribuição Social consolidados da Companhia:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Controladas - Regime Lucro Real	434	1.599
Controladas - Regime Lucro Presumido	3.313	2.436
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**3.747**	**4.035**

b. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado de instrumentos financeiros (contratos futuros)	105.811	36.067
Outros resultados diferidos	541	1.091
Base tributável	**106.352**	**37.158**
Imposto de Renda - 15%	15.953	5.578
Adicional do Imposto de Renda - 10%	10.653	3.719
Contribuição Social - 9%	9.572	3.347
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	**36.178**	**12.644**

9. Empréstimos e financiamentos:

	Controladora e Consolidado — Juros (ao ano)	2023	2022
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos - Leasing	17,32%	209	181
Financiamento CDC	15,66%	59	–
Cédula de crédito bancário	–	–	534
		268	**715**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos - Leasing	17,32%	99	220
Financiamento CDC	15,66%	112	–
Cédula de crédito bancário	–	–	–
		211	**220**

Compromissos (covenants): Os contratos de financiamentos mantidos pelas controladas da Companhia, junto às instituições financeiras, não contêm cláusulas de compromissos (covenants), relacionados aos aspectos financeiros, em 31/12/2023. O demonstrativo de conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento encontra-se a seguir:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldos em 1º de janeiro	**935**	**1.561**
Variações dos fluxos de caixa e financiamentos:		
Pagamentos de empréstimos	(755)	(1.133)
Captação de empréstimos	297	693
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**477**	**1.121**
Outras variações:		
Provisão de juros	95	35
Pagamento de juros	(93)	(221)
Total de outras variações	**2**	**(186)**
Saldos em 31 de dezembro	**479**	**935**

10. Contingências: A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31/12/2023 e 31/12/2022, a Companhia e suas controladas não possuíam processos contingentes que necessitem ser provisionados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

11. Investimentos:

	% Inicial	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aumento de capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Aquisições / Baixas	Dividendos	% Final	Saldo em 31/12/2023
Exponencial Energia	92%	56.665	67.367	–	2.319	4.149	(7.990)	100%	122.510
Witzler Energia e Corretagem de Seguros	97%	734	7.425	–	–	3	(6.535)	100%	1.627
Witzler Comercializadora de Energia	95%	1.566	6.091	–	–	–	(5.316)	100%	2.341
Witzler Soluções em Energia	–	167	7.688	–	–	–	(7.485)	100%	370
	–	**59.132**	**88.571**	**–**	**2.319**	**4.152**	**(27.326)**		**126.848**
Investimentos a custo									
Almeida Cordeiro Usina Elétrica	32%	6	–	–	–	(6)	–	–	–
Águas do Brasil S/A*	–	–	–	–	–	3.104	–	6%	3.104
Barra da Europa Participações S/A*	–	–	–	–	–	1.824	–	8%	1.824
Companhia Energética Aparecida S/A*	–	–	–	–	–	1.380	–	5%	1.380
Aparecida Participações S/A*	–	–	–	–	–	916	–	6%	916
Uniprime Cooperativa de Crédito	–	1	–	–	–	1	–		2
	–	–	–	–	–	**7.219**	–		**7.226**
		59.139							**134.074**

(*) Em 2023, a Companhia centralizou seus investimentos no setor ao adquirir as ações da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) de sua controlada. Em AGE datada de 19/06/2023, a Companhia adquiriu as cotas dos sócios minoritários da Exponencial Energia Ltda. e Witzler Energia e Corretagem de Seguros Ltda, passando a deter 100% do capital social. **12. Patrimônio líquido:** Em 2022, a Companhia optou por ser uma sociedade anônima, sendo obrigatório a constituição de reservas conforme definidas em estatuto social. **12.1 Capital Social:** Representa o capital da Companhia, subscrito e integralizado pelos sócios no início das atividades da Companhia, acrescido dos aumentos realizados no decorrer das atividades. Em 31/12/2023 o valor representa 100 ações ordinárias totalizando o valor de R$ 5.000. Em 20/04/2023 através AGOE (Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária) a Companhia aprovou o aumento de capital a partir da integralização de R$ 20.000 da reserva de lucro passando a totalizar R$ 25.000, a quantidade de ações permaneceu sem alteração. Em 19/06/2023 a Companhia emitiu 7 ações preferenciais com o preço de emissão destinado ao capital social, no montante de R$ 3.003 passando a totalizar R$ 28.003 com 107 ações emitidas. **12.2 Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **12.3 Reserva de Lucros:** Corresponde a todo resultado líquido da Companhia de todos os anos, deduzido dos valores pagos a caráter de dividendos e distribuição de lucros e, também, das integralizações para o Capital Social e transferências para reservas legais. De acordo com o Artigo 199 da Lei 11.638/76 o saldo da conta de Reserva de Lucros não poderá exceder ao valor do capital social, desta forma, a Assembleia dos Acionistas deliberará a destinação desta reserva para aumento de capital ou distribuição de dividendos complementares. **13. Receita operacional líquida:** A composição da receita operacional líquida está apresentada a seguir:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reclassificado)
Receita de revenda de energia elétrica	210.343	155.726
Receita de serviços	27.074	21.665
Receita de revenda de mercadoria	480	–
Devoluções de revenda	(22)	–
Impostos incidentes sobre receitas	(36.960)	(24.294)
	200.915	**153.097**

Os impostos incidentes sobre a receita são PIS, COFINS e ICMS[1].

[1] Incidência a partir do fato gerador de abril de 2022, conforme artigo nº 14º Inciso I da Portaria SRE 14/2022. **14. Custo de energia comprada, despesas administrativas e outras receitas (despesas) operacionais:**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reclassificado)
Custo de energia comprada	–	–	(162.840)	(127.386)
Custo de serviços prestados	–	–	(1.989)	(2.358)
Custo de produto vendido	–	–	(372)	–
Despesa com pessoal	(19)	(18)	(3.837)	(1.170)
Serviços de terceiros	–	–	(3.546)	(1.139)
Viagens e estadias	–	–	(632)	(399)
Depreciação e amortização	–	–	(488)	(179)
Aluguéis	–	–	(457)	(337)
Projetos energéticos	–	–	–	(265)
Despesas Comerciais	–	–	(1.725)	(820)
Despesas Tecnologia	–	–	(559)	(204)
Despesas Marketing	–	–	(1.353)	(568)
Resultado alienação de quota	(2)	(271)	(2)	(271)
Outras receitas/despesas	1.129	(615)	(3.557)	(199)
	1.108	**(904)**	**(181.357)**	**(135.295)**
Custo de energia comprada	–	–	(162.840)	(127.386)
Custo de serviços prestados	–	–	(1.989)	(2.358)
Custo de produto vendido	–	–	(372)	–
Despesas gerais e administrativas	(40)	(40)	(16.567)	(6.550)
Outras receitas/despesas operacionais	1.148	(864)	411	999
	1.108	**(904)**	**(181.357)**	**(135.295)**

Em 2023 as subsidiarias tiveram um aumento significativo nas contratações, resultado direto do nosso investimento estratégico de expansão. Esse investimento foi direcionado para fortalecer a capacidade de captar novos contratos, aproveitando as oportunidades geradas pela abertura de mercado.

15. Resultado financeiro líquido:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(2)	(1)	(46)	(34)
Multa e juros de mora	–	–	(34)	(51)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e leasings	–	–	(98)	(222)
Outras despesas financeiras	–	–	(105)	(93)
IOF	(5)	–	(16)	(6)
	(7)	**(1)**	**(299)**	**(406)**
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	41	1	4.406	2.481
Outros rendimentos financeiros	–	–	562	257
	41	**1**	**4.968**	**2.738**
	35	**–**	**4.669**	**2.332**

16. Instrumentos financeiros: 16.1. Gerenciamento de riscos: A Companhia e suas controladas Empresa mantêm operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia e suas controladas mantêm níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. **Risco de mercado:** Considerando também que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face ao formato dos negócios da Companhia e suas controladas, seu modelo comercial e às peculiaridades setoriais, este risco se encontra substancialmente mitigado. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas restringem suas exposições a riscos de crédito pela análise criteriosa das capacidades financeiras, técnicas e comerciais de cada uma de suas contrapartes considerando, entre outros fatores, a situação financeira, experiência e reputação dos sócios e diretores e alavancagem operacional. A exposição a riscos de crédito é acompanhada de maneira recorrente pela Diretoria da Companhia. **16.2 Instrumentos financeiros (contratos futuros de comercialização de energia). a. Realização do Valor Justo:** Como descrito na Nota Explicativa nº 3. (e), a sua controlada Exponencial Energia Ltda. opera no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a sua controlada Exponencial Energia Ltda., que foi reconhecido pelo seu valor justo:

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ganho temporário - circulante	179.582	114.393
PIS e COFINS ganho temporário - Circulante	(16.611)	(10.581)
Ganho temporário líquido - Circulante	**162.971**	**103.812**
Ganho temporário - Não circulante	647.818	268.973
PIS e COFINS ganho temporário - Não circulante	(59.923)	(24.880)
Ganho temporário líquido - Não circulante	**587.895**	**244.093**
Perda temporária - circulante	153.452	94.279
PIS e COFINS perda temporária - Circulante	(14.194)	(8.721)
Perda temporária líquida - Circulante	**139.258**	**85.558**
Perda temporária - Não circulante	506.771	238.506
PIS e COFINS perda temporária - Não circulante	(46.876)	(22.062)
Perda temporária líquida - Não circulante	**459.895**	**216.444**
Resultado líquido da operação	**151.713**	**45.903**

A variação positiva dos instrumentos financeiros se deve a pactuação de novos contratos de compra e venda no ano de 2023 devido ao forte investimento estratégico na captação frente a abertura de mercado.

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Volume de energia (Venda) MWh	5.379.226,32	1.875.180,84
Volume de energia (Compra) MWh	5.843.046,73	1.919.268,30
Exposição líquida: Short/(long) MWh	**(463.820,41)**	**(44.087,75)**

A alteração na divulgação da exposição líquida de MWm para MWh é uma mudança significativa que visa melhorar a compreensão dos dados. MWm geralmente se refere a megawatts médios, enquanto MWh se refere a megawatt-hora, uma unidade de medida de energia ao longo do tempo. A mudança para MWh pode tornar os dados mais intuitivos e fáceis de interpretar, pois se relaciona diretamente com a quantidade de energia consumida em um determinado período de tempo. Essa decisão da administração pode ajudar a evitar confusões e melhorar a transparência na comunicação dos dados relacionados à exposição líquida, o que é fundamental em contextos como o gerenciamento de energia e outras áreas onde essas unidades são relevantes. O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base de 31/12/2023. A sua controlada Exponencial Energia Ltda. tem contratos futuros de energia com vencimento até o 31/12/2031. **b. Reconhecimento no Exercício:** As variações dos contratos futuros são calculadas ao valor justo e lançadas na Rubrica "Instrumentos Financeiros" e reconhecido no resultado, conforme segue:

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ganho temporário	444.034	206.392
PIS e COFINS ganho temporário	(41.073)	(35.461)
Ganho temporário líquido	**402.961**	**170.931**
Perda temporária	(327.438)	(165.647)
PIS e COFINS perda temporária	30.288	30.783
Perda temporária líquido	**(297.150)**	**(134.864)**
Resultado líquido da operação	**105.811**	**36.067**

c. Instrumentos financeiros por categoria valor de mercado e contábil: O CPC 40 determina que a Companhia e suas controladas devem divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reclassificado)
Ativo		
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros (contratos futuros) - Nível 2	750.866	347.905
	750.866	**347.905**
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	27.763	25.355
Contas a receber	21.714	13.414
	49.477	**38.769**
Passivo		
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros (contratos futuros) - Nível 2	599.153	302.002
	599.153	**302.002**
Custo amortizado		
Fornecedores	20.377	11.660
	20.377	**11.660**

Mensuração do valor justo: O CPC 48 define o valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. O CPC 40 determina uma hierarquia de três níveis para o valor justo descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3 - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado *(inputs* não observáveis). **17. Eventos subsequentes:** A Administração da Companhia e suas controladas não identificou eventos subsequentes relevantes até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Lucas Torres Witzler

Diretor

CONTADOR

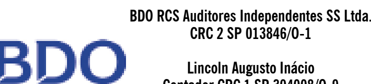
Rodolfo Ruiz Nani

Contador - CRC 1SP331249/O-0

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **WTZ Participações S.A.** Bauru - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **WTZ Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **WTZ Participações** S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 22 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Lincoln Augusto Inácio
Contador CRC 1 SP 304008/O-9

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - CNPJ(ME) 62.285.390/0001-40

Demonstrações Financeiras - Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores em milhares de reais)*

AVISO: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ https://www.singulare.com.br/demonstracoes-financeiras/

Relatório da Administração

Visão Geral

A Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Singulare" ou "Companhia") teve um ano de 2023 bastante positivo, demonstrando que a sua estratégia de investir em conhecimento técnico e tecnologia fez com que ela mantivesse a sua posição de destaque no mercado nacional de administração fiduciária e custódia. No decorrer do ano de 2023, a Singulare se manteve fiel ao seu plano de reestruturação interna (pessoas, processos e tecnologia), cujo propósito é deixar a sua plataforma perfeitamente adequada ao seu modelo de negócio e preparada para avançar em outras frentes de negócio no decorrer do ano de 2023. Em janeiro de 2023, a Singulare iniciou uma nova frente de negócio, a escrituração de notas comerciais. Como estratégia inicial, este novo serviço foi inicialmente oferecido somente à sua base de clientes, tendo a sua oferta ampliada para o mercado em geral a partir do 2º semestre de 2023. Adicionalmente, a Companhia manteve-se entre os principais players de administração fiduciária, atingindo, em 31 de dezembro de 2023, um volume sob administração de R$ 104,9 Bi, ou seja, um crescimento anual superior à 30% se comparado ao encerramento do ano de 2022. Especificamente em relação a Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), a Singulare segue absoluta a mais de 11 anos na liderança nacional de quantidade de FIDCs sob administração e custódia, segundo os dados da Uqbar. Em 31 de dezembro de 2023, temos mais de 630 FIDCs sob administração e custódia, ou seja, um crescimento anual de 28% se comparado ao encerramento do ano de 2022. Por fim, informamos que, em novembro de 2023, a Singulare e a sua holding foram integralmente vendidas para o Grupo QI Tech, conforme noticiado nas principais mídias nacionais. Ressaltamos que a concretização desta venda está condicionada ao cumprimento de algumas condições precedentes, dentre elas, a aprovação por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"). Até lá, ambas as empresas funcionarão de maneira independente.

Desempenho Financeiro

O ano de 2023 foi um marcado por 2 (dois) períodos distintos, tendo no 1º semestre um período de restrições e dificuldades no cenário econômico, e o 2º semestre com o mercado recebendo melhor as ações implementadas pelo atual Governo Federal, além de termos um cenário de queda na taxa de juros ("Selic"). Adicionalmente, não podemos desconsiderar alguns destaques sob a ótica regulatória, ou seja, o amadurecimento do mercado acerca das alterações promovidas pela Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada (novo marco regulatório dos fundos de investimento), além da publicação da Lei 14.754, de 12 de dezembro de 2023, conforme alterada, que dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior. Mesmo diante do cenário volátil que se apresentou no ano de 2023 para o mercado de capitais, a Singulare seguiu com o seu plano de reestruturação interna. Esta estratégia se refletiu positivamente na evolução de seus indicadores financeiros, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Em R$ mil	1º Sem/23	2º Sem/23	Δ%	12M 22	12M 23	Δ%
Receita Bruta	**139.005**	**151.838**	**9,2%**	**260.788**	**290.844**	**11,50%**
Impostos e Contribuições s/ Receita	- 10.808	- 11.762	8,8%	- 20.403	- 22.570	10,6%
Receita Líquida	**128.197**	**140.077**	**9,3%**	**240.386**	**268.274**	**11,6%**
Despesas Operacionais	- 78.153	- 80.728	3,3%	- 171.815	- 158.881	-7,5%
EBITDA	**50.044**	**59.349**	**18,6%**	**68.571**	**109.394**	**59,5%**
Margem EBITDA	*39,0%*	*42,4%*		*28,5%*	*40,78%*	
Depreciações e Amortizações	- 1.386	- 1.784	28,7%	- 2.778	- 3.170	14,1%
EBIT	**48.659**	**57.565**	**18,3%**	**65.793**	**106.224**	**61,5%**
Outras Receitas e Despesas não Operacionais	**- 312**	**- 7.036**	**2154,8%**	**- 1.267**	**- 7.348**	**479,8%**
Lucro Operacional	**48.347**	**50.529**	**4,5%**	**64.526**	**98.876**	**53,2%**
IRPJ/CSLL	- 20.508	- 18.627	-9,2%	- 25.909	- 39.134	51,0%
Lucro Líquido	**27.839**	**31.902**	**14,6%**	**38.617**	**59.741**	**54,7%**

A Receita Líquida totalizou R$ 268,3 milhões no ano de 2023, representando um incremento de 11,6% em relação ao encerramento do ano de 2022, tendo os serviços de administração fiduciária e custódia se destacado majoritariamente. As Despesas, já considerando investimentos em pessoas e tecnologia, alcançaram no ano de 2023 o montante de R$ 158,9 milhões, ou seja, 7,5% inferior ao ano anterior. Neste tópico, cabe destacar que, mesmo tendo um aumento em seu quadro de colaboradores no decorrer do ano de 2023, a Singulare, a partir do redesenho de processos e investimento em tecnologia, está se tornando uma plataforma mais eficiente. Com isso, o EBITDA atingiu o valor de R$ 109,4 milhões no ano de 2023, evolução de 59% sobre o ano de 2022, enquanto o Lucro Líquido atingiu o momento de R$ 59,7 milhões, 55% superior ao ano de 2022.

Pessoas

A Singulare acredita que seus colaboradores são a base para o crescimento sustentável (quantitativo e qualitativo) de uma empresa. Diante disso, entendemos que proporcionar um ambiente saudável, cuidando do seu bem-estar de todos, é fundamental.

A Companhia preza em sua política de recursos humanos princípios como respeito, igualdade, dignidade e honestidade. Somos comprometidos com a diversidade e a inclusão isentas de preconceitos e com a responsabilidade social e ambiental nos locais em que atuamos. Diante disso, ao longo do ano de 2023, as campanhas e ações foram permeadas por esses valores, cujas principais podem ser citadas abaixo:

- ✔ Café da manhã para os Colaboradores Aniversariantes do mês;
- ✔ Campanha Janeiro Branco e Roxo de Concientização dos Cuidados com a Saúde Mental e Emocional;
- ✔ Campanha de Concientização do Autismo e Combate ao Cancer;
- ✔ Celebração Especial para o Dia da Mulher;
- ✔ Incentivo a qualidade de vida de seus Colaboradores através do Patrocínio de Esportes;
- ✔ Incentivo ao Desenvolvimento Técnico através da Realização de Treinamentos/Cursos;
- ✔ Campanha Outubro Rosa para conscientização sobre a importancia da prevenção e do diagnóstico precoce do cancer de mama;
- ✔ Campanha Novembro Azul para conscientização sobre a importancia da prevenção e do diagnóstico precoce do cancer de prostata;
- ✔ Ação de Páscoa para os Colaboradores;
- ✔ Workshop com lideres; e
- ✔ *Happy hours*, festa de confraternização Anual, entre outros.

A Singulare terminou o ano de 2023 com 304 (trezentos e quatro) colaboradores, o que representou aumento de quase 6% em nosso time se comparado com o fechamento do ano de 2022. No início de 2023, a Singulare conquistou o direito de participar da seleta lista de empresas que possuem o certificado *Great Place to Work*.

Social

No campo social, a Singulare tem trabalhado para cada vez mais investir em projetos sociais, de educação, saúde e esporte. O valor direcionado a esses projetos/campanhas foi superior R$ 740 mil no ano de 2023. Destacamos abaixo alguns destes projetos:

- ✔ Projeto *Dream Art* de Jiu-Jitsu;
- ✔ Instituto Justiça; e
- ✔ Campanha Solidária às Vítimas da Tragédia de São Sebastião, entre outros.

Governança Corporativa

A Singulare conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na especialização funcional das áreas e na segregação de funções. Acreditamos que este modelo agrega valor a uma empresa e contribui para a sua perpetuidade. Em sua estrutura de gerenciamento de riscos, ela garante o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controle de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e da revisão periódica das estratégias de negócios e das políticas, processos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de refletir mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. No que tange a estrutura de Compliance, responsável por atuar como regulador interno junto aos demais componentes da estrutura, ela objetiva assegurar o cumprimento das diretrizes internas e externas estabelecidas, sendo uma unidade organizacional independente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros comerciais pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que fazem com que a Singulare seja a mais de 50 anos uma das Corretoras de Valores mais respeitadas no Brasil.

Balanço Patrimonial

ATIVO	NE	31/12/23	31/12/22
Circulante		**1.078.016**	**928.870**
Disponibilidades	**4**	**25.298**	**5.610**
Instrumentos financeiros		**1.045.676**	**917.372**
Aplicação interfinanceira de Liquidez	4 e 5	1.004.997	735.082
Títulos e valores mobiliários	6	18.322	161.314
Rendas a receber	8	22.357	20.937
Negociação e intermediação de valores		-	39
Outros ativos		**8.836**	**7.670**
Outros créditos - Diversos	9.1	4.717	1.744
Despesas antecipadas	9.2	4.119	5.926
Provisão perdas esperadas associadas a:	**10**	**(1.794)**	**(1.782)**
Risco de rendas a receber e outros créditos		(1.794)	(1.782)
Não circulante		**53.636**	**60.070**
Instrumentos financeiros	**6**	**7.357**	**22.442**
Títulos e valores mobiliários		7.357	22.442
Créditos tributários	**26.a**	**3.865**	**1.139**
Outros ativos		**32.104**	**25.617**
Outros créditos - Diversos	9.1 e 14.b	30.885	25.617
Despesas antecipadas	9.2	1.219	-
Investimentos		**35**	**35**
Outros investimentos		794	330
(Provisão para perdas)		(759)	(295)
Imobilizado de uso	**11.1**	**7.246**	**9.359**
Outras imobilizações de uso		16.182	16.106
(Depreciações acumuladas)		(8.936)	(6.747)
Intangível	**11.2**	**3.029**	**1.478**
Ativos Intangíveis		9.768	7.945
(Amortização acumulada)		(6.739)	(6.467)
Total do ativo		**1.131.652**	**988.940**

PASSIVO	NE	31/12/23	31/12/22
Circulante		**1.046.559**	**909.220**
Instrumentos financeiros		**986.010**	**870.167**
Depósitos	12	255.319	138.388
Captações no mercado aberto	13	730.087	731.211
Negociação e intermediação de valores		604	568
Obrigações fiscais diferidas	**26.a**	**3.682**	**-**
Outros passivos		**56.867**	**39.053**
Sociais e estatutárias	14.a	10.503	8.950
Fiscais e previdenciárias	14.b	28.333	15.514
Diversas	14.c	18.031	14.589
Não circulante		**13.286**	**12.417**
Provisões		**13.286**	**12.417**
Passivos contingentes	15.b	13.286	12.417
Patrimônio líquido		**71.807**	**67.303**
Capital:	**16.a**	**52.217**	**52.217**
De Domiciliados no país		52.217	52.217
Reservas de lucros	16.b e 16.c	20.354	16.455
Ajustes de avaliação patrimonial		(764)	(1.369)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.131.652**	**988.940**

Demonstração do Resultado

	NE	2º Sem/23	2023	2022
Receitas de intermediação financeira		**58.850**	**119.989**	**113.666**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	58.850	119.989	113.684
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	-	-	(18)
Despesas da intermediação financeira		**(38.562)**	**(82.264)**	**(78.443)**
Operações de captação no mercado	17	(38.562)	(82.264)	(78.443)
Resultado bruto da intermediação financeira		**20.288**	**37.725**	**35.223**
Outras receitas/ despesas operacionais		**38.019**	**72.884**	**40.290**
Receitas de prestação de serviços	18	131.550	253.118	225.566
Despesas de pessoal	19	(33.240)	(67.907)	(76.425)
Outras despesas administrativas	20	(48.476)	(86.573)	(81.401)
Despesas tributárias	21	(12.741)	(26.171)	(23.679)
Despesas com provisões	10	510	(22)	(240)
Provisão (Reversão) de provisões operacionais	22	(443)	(869)	3.124
Outras receitas operacionais	23	5.734	8.234	2.926
Outras despesas operacionais	24	(4.875)	(6.926)	(9.581)
Resultado operacional		**58.307**	**110.609**	**75.513**
Resultado não operacional		**(464)**	**(464)**	**(207)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**57.843**	**110.145**	**75.306**
Imposto de renda e contribuição social	**25**	**(18.626)**	**(39.134)**	**(25.909)**
Provisão para imposto de renda		(10.791)	(23.558)	(14.431)
Provisão para contribuição Social		(7.342)	(15.024)	(9.476)
IRPJ - Ativo fiscal diferido		(308)	(345)	(1.251)
CSLL - Ativo fiscal diferido		(185)	(207)	(751)
Participações estatutárias no lucro	**14.a**	**(7.315)**	**(11.270)**	**(10.780)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**31.902**	**59.741**	**38.617**
Nº de ações	**16.a**	**2.685**	**2.685**	**2.685**
Lucro por ação - R$		**11.881,62**	**22.250,00**	**14.382,42**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2º Sem/23	2023	2022
Resultado líquido do semestre	**31.902**	**59.741**	**38.617**
Resultado abrangente	**110**	**605**	**(307)**
Ajustes que serão transferidos para resultados:	110	605	(307)
Ajuste TVM	183	1.008	(511)
IR de ajuste TVM	(46)	(252)	128
CS de ajuste TVM	(27)	(151)	76
Resultado abrangente total	**32.012**	**60.346**	**38.310**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Método Indireto)

	NE	2º Sem/23	31/12/23	31/12/22
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício		31.902	59.741	38.617
Depreciações/amortizações/ perdas valor recuperável	20	1.075	2.461	2.778
Recuperação de despesas - Projeto boletador	23	(2.224)	(2.224)	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(510)	22	239
Provisão de perda associada ao risco crédito		(511)	12	336
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes		443	869	(3.124)
Provisão (reversão) de PLR	14.a	6.548	10.503	8.950
Provisão de impostos no resultado	25	18.133	38.582	23.907
Provisão (reversão) de impostos diferidos	25	493	552	2.002
		55.349	**110.518**	**73.705**
Variação de Ativos e Obrigações		**151.760**	**236.245**	**(136.589)**
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos		(1.899)	157.301	4.916
(Aumento) redução em créditos tributários		(3.115)	(2.726)	1.797
(Aumento) redução de outros ativos		(4.615)	(7.675)	(8.439)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos		162.866	115.843	(100.833)
Aumento (redução) em obrigações fiscais diferidas		3.189	3.130	(2.002)
Aumento (redução) em outros passivos		4.111	(4.106)	(935)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.777)	(25.522)	(31.093)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**207.109**	**346.763**	**(62.884)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Alienações de:				
Imobilizado de uso		-	-	1.321
Inversões em:				
Imobilizado de uso		(1.681)	(1.719)	274
Inversões líquidas no intangível		401	401	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(1.280)**	**(1.318)**	**1.595**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de juros de capital próprio		(3.000)	(3.000)	(3.053)
Dividendos/Lucros pagos	16.d	(28.708)	(52.842)	(49.405)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(31.708)**	**(55.842)**	**(52.458)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**174.121**	**289.603**	**(113.747)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		856.174	740.692	854.439
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício		1.030.295	1.030.295	740.692

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre de 01/07/23 a 31/12/23

	NE	Capital realizado	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do semestre em 01/07/23		**52.217**	**4.018**	**7.675**	**(874)**	**8.467**	**71.503**
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos		-	-	-	110	-	110
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	31.902	31.902
Destinações:		-	2.987	5.674	-	(40.369)	(31.708)
Juros capital próprio	16.d	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Dividendos propostos	16.d	-	-	-	-	(28.708)	(28.708)
Reserva Legal/Estatutária		-	2.987	-	-	(2.987)	-
Reserva especial de lucros		-	-	5.674	-	(5.674)	-
Saldos no fim do semestre em 31/12/23		**52.217**	**7.005**	**13.349**	**(764)**	**-**	**71.807**
Mutações do semestre:		**-**	**2.987**	**5.674**	**110**	**(8.467)**	**304**

Exercício de 01/01/23 a 31/12/23

	NE	Capital realizado	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/23		**52.217**	**4.018**	**12.437**	**(1.369)**	**-**	**67.303**
Dividendos do período anterior pago no atual	16.d	-	-	(12.437)	-	-	(12.437)
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos		-	-	-	605	-	605
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	59.741	59.741
Destinações:		-	2.987	13.348	-	(59.741)	(43.406)
Juros capital próprio	16.d	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Dividendos propostos	16.d	-	-	-	-	(40.406)	(40.406)
Reserva Legal/Estatutária		-	2.987	-	-	(2.987)	-
Reserva especial de lucros		-	-	13.348	-	(13.348)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/23		**52.217**	**7.005**	**13.348**	**(764)**	**-**	**71.806**
Mutações do exercício:		**-**	**2.987**	**911**	**605**	**-**	**4.503**

Exercício de 01/01/22 a 31/12/22

	Capital realizado	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/22	**52.217**	**2.087**	**24.453**	**(1.062)**	**-**	**77.695**
Dividendos do período anterior pago no atual	-	-	(20.447)	-	-	(20.447)
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	-	(307)	-	(307)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.617	38.617
Destinações:	-	1.931	8.431	-	(38.617)	(28.255)
Juros capital próprio	-	-	-	-	(3.053)	(3.053)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(25.202)	(25.202)
Reserva Legal/Estatutária	-	1.931	-	-	(1.931)	-
Reserva especial de lucros	-	-	8.431	-	(8.431)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/22	**52.217**	**4.018**	**12.437**	**(1.369)**	**-**	**67.303**
Mutações do exercício:	**-**	**1.931**	**(12.016)**	**(307)**	**-**	**(10.392)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional

A Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Singulare") é organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a distribuição de títulos e valores mobiliários e a administração e custódia de clubes e fundos de investimentos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). **b)** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. **c)** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. **d)** A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2024. **Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros: Instrumentos Financeiros:** Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. Visando atender o artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, a Corretora elaborou um plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução, cujas etapas estão evidenciadas a seguir: • Diagnóstico e Planejamento: A fase de diagnóstico e planejamento é de extrema importância, pois impacta na adequação de diversas áreas da organização e requer a participação de equipes multidisciplinares, adequação de sistemas tecnológicos, reestruturação de modelo de negócio, análise de impactos tributários, bem como avaliação das assimetrias contábeis; e • Implementação e Testes: Nesta fase, a Administração avaliará os impactos do reprocessamento das carteiras na data-base de 31 de dezembro de 2024. O plano de implementação foi detalhado e aprovado pela Diretoria em 30 de junho de 2022, e de acordo com Resolução CMN nº 5.019/22, permanece à disposição do BACEN. Cabe ressaltar que a implementação do plano aprovado está condicionada às novas regulamentações a serem emitidas pelo BACEN e pela Receita Federal do Brasil, e quaisquer alterações serão submetidas novamente às devidas aprovações. Esta norma não produziu alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos.

3. Sumário das principais políticas contábeis

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência). As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações interfinanceiras de liquidez e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. **c) Instrumentos Financeiros: i. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. **ii. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em 3 (três) categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado; • Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes, são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização; • Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. A classificação dos títulos e valores mobiliários da Singulare estão apresentados na nota explicativa nº 6. **iii. Negociação e intermediação de valores:** Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. A operação de Negociação e intermediação de valores foi descontinuada a partir do exercício de 2023. **iv. Depósitos e captações no mercado aberto:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. **d) Imobilizado de uso e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Corretora ou adquirido com essa finalidade. O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **e) Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e diferido:** As provisões para o Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL"), quando devidas, são calculadas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre). Em virtude da Emenda Constitucional 103/19, a partir de 31 de março de 2020 a alíquota da CSLL foi majorada de 15% para 20%. Adicionalmente, em decorrência da Lei nº 14.183/2021, conversão em Lei da Medida Provisória nº 1.034/2021, a partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota voltou a ser de 15%. Por meio da Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022, a alíquota foi majorada novamente para 16% pelo período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. A partir de 1º de janeiro de 2023, a alíquota retornou para 15%. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre adições e exclusões temporárias nas mesmas bases de sua provisão. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. **f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. **g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; • Obrigações legais: fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **h) Redução do valor recuperável de ativos:** O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade das entidades de efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. A Administração procede com as avaliações de maneira periódica do imobilizado e intangível e realiza as provisões com base em suas conclusões. **i) Resultado recorrente e não recorrente:** As políticas internas da Corretora consideram como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social previsto em seu estatuto social, ou seja, a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados a corretora de valores, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira. Os resultados não recorrentes são aqueles definidos na Resolução BCB nº 2/2020, ou seja, os que não tem relação com a atividade da Corretora, ou ainda não estejam previstos sua incorrência frequente, os quais estão apresentados na nota explicativa nº 3 **j) Lucro ou prejuízo por ação:** O lucro líquido por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

DANIEL DOLL LEMOS
Diretor Responsável

REINALDO DANTAS
Contador CT-CRC 1SP 110330/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Srs. Administradores da **Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** São Paulo - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: *Auditoria do exercício anterior:* As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria sem modificações em 22 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

EY **ERNST & YOUNG**
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Eduardo Wellichen
Contador
CRC-1SP184050/O

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 09.191.336/0001-53

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

ATIVO	Notas	31/12/23	31/12/22
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	174.150	97.094
Contas a receber	5	31.928	27.112
Despesas antecipadas	-	3.793	3.268
Impostos a recuperar	-	5.534	4.415
Adiantamento a fornecedores	7	1.683	1.727
Outras contas a receber	-	424	424
Total do ativo circulante		217.512	134.040
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	17.784	15.409
Ativos fiscais diferidos	8	371.481	340.673
Total		389.265	356.082
Imobilizado	9	5.810	6.926
Intangível	10	2.929.041	3.054.230
Total		2.934.851	3.061.156
Total do ativo não circulante		3.324.116	3.417.238
Total do ativo		3.541.628	3.551.278

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/23	31/12/22
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	350.268	787.766
Fornecedores e outras contas a pagar	12	38.177	32.145
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	-	14.623	12.871
Obrigações fiscais	13	11.359	9.413
Provisão para manutenção	14	82.551	74.385
Total do passivo circulante		496.978	916.580
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	4.176.048	3.462.661
Provisão para manutenção	14	198.839	136.906
Provisão para contingência	15	43.066	32.593
Obrigações fiscais	13	18.133	23.194
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	71.288	71.288
Total do passivo não circulante		4.507.374	3.726.642
Patrimônio líquido	16		
Capital social		1.439.261	1.439.261
Prejuízos acumulados		(2.901.985)	(2.531.205)
Total		(1.462.724)	(1.091.944)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.541.628	3.551.278

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

	Notas	31/12/23	31/12/22
Receitas	17	420.915	344.948
Custos dos serviços prestados	18	(310.863)	(375.417)
Resultado bruto		110.052	(30.469)
Despesas gerais e administrativas	18	(49.561)	(49.218)
Outras despesas	19	472	2.274
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		60.963	(77.413)
Resultado financeiro	20	(453.988)	(468.910)
Resultado antes dos impostos		(393.025)	(546.323)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(11.341)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	33.586	44.136
Prejuízo do exercício		(370.780)	(502.187)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/23	31/12/22
Prejuízo do exercício	(370.780)	(502.187)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(370.780)	(502.187)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Subscrito	Capital A integralizar	Social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(2.029.018)	(589.757)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(502.187)	(502.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(2.531.205)	(1.091.944)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(370.780)	(370.780)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(2.901.985)	(1.462.724)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	31/12/23	31/12/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(370.780)	(502.187)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	134.353	133.667
Provisão para manutenção	4.005	47.722
Provisão para contingência	10.473	17.775
Juros sobre empréstimos e financiamentos	407.674	509.574
Ajuste a valor presente	66.094	(32.824)
Impostos diferidos	(30.808)	(44.136)
Total	221.011	129.591
Contas a receber	(4.816)	(4.456)
Impostos a recuperar	(1.119)	(1.520)
Despesas antecipadas	(525)	(177)
Adiantamento a fornecedores	44	11.691
Depósitos judiciais	(2.375)	(3.677)
Fornecedores e outras contas a pagar	6.032	3.539
Obrigações trabalhistas e sociais	1.752	2.850
Obrigações fiscais	(3.115)	(8.827)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	216.889	129.014
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(726)	(1.017)
Intangível	(7.322)	(28.978)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(8.048)	(29.995)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Pagamento de juros e principal empréstimos	(131.785)	(72.357)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	(131.785)	(72.357)
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	77.056	26.662
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	97.094	70.432
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	174.150	97.094
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	77.056	26.662

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2007, com a razão social Defis - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Em 19 de novembro de 2010, a Defis - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., por meio da ata da Assembleia Geral de Transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20 de janeiro de 2011, por meio da ata da Assembleia Geral Extraordinária alterou o seu objeto social, bem como a razão social para Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial, possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do Trecho Leste do Rodoanel. A Concessionária SPMAR é uma Companhia do Grupo Heber que tem como objeto social a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel "Mário Covas". A Companhia é responsável pela administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel - "Mário Covas" foi concedido por meio de assinatura do Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011. Em 10 de março de 2011, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do Contrato de Concessão, após liquidar o preço da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (concessão onerosa), de R$ 389.308, em 02 de março de 2011. A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação de pedágio, sendo facultada à contratante, DER-SP, desautorizar essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de ser remunerada por fontes acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes no edital. **Trechos da concessão - Rodoanel - Trecho Sul:** São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Av. Papa João XXIII, em Mauá - SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt - no entroncamento com o Trecho Oeste - interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII. **Rodoanel - Trecho Leste:** O Trecho Leste possui cerca de 43,5 km e se destina a interligar o Trecho Sul, desde sua ligação com a Av. Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Arujá. **Bens reversíveis:** Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. A Companhia realizou a integralização de capital de R$ 1.445.031. **1.1. Pedido de Recuperação Judicial:** O Grupo Heber apresentou em 16 de agosto de 2017, pedido de Recuperação Judicial à Justiça do Estado de São Paulo envolvendo as empresas Heber Participações S.A., Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Cibe Investimentos e Participações S.A., Compacto Participações S.A., Comapi Agropecuária S.A., Doreta Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A., Concessionária SPMar S.A., Contern Construções e Comércio Ltda. e Águas de Itu Gestão Empresarial S.A. A homologação do pedido de Recuperação Judicial promulgado pelo juiz ocorreu em 24 de agosto de 2017. O plano de Recuperação Judicial foi protocolado aprovado em AGC no dia 18 de setembro de 2018 e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 1º de outubro de 2018. No dia 26 de maio de 2020, foi publicado acórdão proferido pela 2ª Câmara Reservada do Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual foi determinado, dentre outras providências, a apresentação de um novo plano de recuperação judicial pela SPMAR. Após apresentação do plano nos autos do processo de recuperação judicial, ele foi aprovado definitivamente em AGC realizada em 09 de outubro de 2020, e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 29 de janeiro de 2021. Assim, todos os créditos foram novados pelo PRJ e seus respectivos anexos, nos termos do artigo nº 59 da Lei nº 11.101/2005. Mediante a referida novação, e saldo se expressa de forma diversa no PRJ, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com o PRJ e anexos deixarão de ser aplicáveis. Para análise da capacidade e dos prazos de pagamento da dívida, os credores foram segregados em classes nos seguintes valores, atualizados conforme quadro abaixo, com base na listagem do Administrador Judicial disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico no dia 09 de outubro de 2020:

		Valores expresso em milhares de reais	
Classe	**Descrição**	**AGC**	**Valor Atualizado (a)**
Classe I	Credores trabalhistas	436	452
Classe III	Intercompany	14.476	31.223
Classe III	Credores quirografários	11.434	11.893
Classe IV	Credores ME/EPP	1.367	1.420
Total		**27.712**	**44.988**

(a) Valor atualizado até o fim do fluxo previsto de pagamentos da Recuperação Judicial. A administração da Companhia calculou o *Weighted Average Cost of Capital (WACC)* - custo médio ponderado de capital - em 9,30% a.a. Desta forma, o valor presente dos pagamentos em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 16.582. Esta iniciativa é o melhor caminho para que o Grupo Heber garanta a integridade de seus ativos e possa renegociar cerca de R$ 7 bilhões de dívidas. As dificuldades do Grupo Heber começaram em 2014 com o agravamento da crise econômica que vem assolando o País, em especial no setor de infraestrutura, com redução expressiva de novos projetos e custo mais elevado para rolagem de dívidas. Além disso, foram efetuados pesados investimentos para a construção do Trecho Leste do Rodoanel Mario Covas em São Paulo (houve várias interferências e sujeições imprevistas que não constavam no projeto licitado) e para a operação dos Trechos Sul e Leste deste importante anel rodoviário (com menos praças de pedágio do que as estabelecidas no contrato de concessão); os resultados são custos maiores e menos receitas. O Grupo Heber contará com a assessoria jurídica do escritório Thomaz Bastos, Waisberg e Kurzweil Advogados, e com assessoria financeira da Galeazzi & Associados.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As presentes demonstrações contábeis estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia, em 20 de março de 2024. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 9** - Imobilizado; **• Nota Explicativa nº 10** - Intangível; **• Nota Explicativa nº 8** - Ativos e passivos fiscais diferidos; **• Nota Explicativa nº 14** - Provisão para manutenção; e **• Nota Explicativa nº 15** - Provisão para contingências.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **Políticas contábeis materiais - a) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: **i)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: **i)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas especificas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido do pagamento do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 20). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia. **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25. **Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão de manutenção - Contratos de Concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. **b) Capital social - Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 16. **Ações preferenciais:** Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente a escolha da Companhia. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos Acionistas da Companhia. **c) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	Anos
Equipamentos de informática	05
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d) Intangível - Contratos de concessão:** A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Intangível em rodovia	35

Conforme previsto no ICPC 01(R1) - "Contratos de concessão" e no contrato de concessão, todo esse investimento realizado no período de exploração da concessão deverá retornar ao órgão concedente ao final do contrato, ou seja, a vida útil dos ativos (registrado como ativo intangível, conforme ICPC 01 (R1)), deverá ser amortizado ao longo do contrato. De acordo com a Orientação OCPC 05 - "Contratos de concessão", a Companhia optou por amortizar esse montante de forma linear, entendendo que a adoção pela estimativa da curva de demanda não ser a mais adequada às circunstâncias, visto que não reflete o real consumo do ativo ao longo do tempo. **e) Benefícios a empregados - Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **f) Receitas - Receita de pedágio:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. **Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 - "Contratos de concessão", as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde à receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. **Receita financeira e despesa financeira:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **g) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam aos impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **h) Aspectos ambientais**: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas aos assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **i) Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP):** Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são: • Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 5,54% a.a.; e • A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento. **Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo: **• Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos; **• Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo; **• Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um contrato de concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um contrato de concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido; e **• Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. **j) Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas informações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão. **k) Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023: • Alterações à IAS 1, CPC 26 (R1) Passivos como Circulante ou Não Circulante - Implementação 2024 • Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7 CPC 40 (R1) Acordos de Financiamento de Fornecedores - Implementação 2024; • Alterações IFRS 16, CPC 06 Passivo de Arrendamento Mercantil Sales and Leaseback - Implementação 2024; • Alterações IAS 21 CPC 02 (R3) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - Implementação em 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. • Emissão IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability e IFRS S2 - Climate-related Disclosures: Em junho de 2023, o International Sustainability Standard Board ("ISSB") emitiu as normas IFRS S1 - General Requirements for Disclosure of Sustainability - related Financial Information e IFRS S2 - Climate-related Disclosures, que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações especificas relacionadas ao clima. A CVM aprovou a resolução que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, para companhias abertas, fundos de investimentos e companhias securitizadoras, a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes dessas normas, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. **Reforma Tributária no Brasil**: Reforma tributária Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	1	2
Saldos bancários	3.936	2.533
Fundo de troco **(a)**	1.265	1.275
Aplicações financeiras **(b)**	168.948	93.284
Total	**174.150**	**97.094**

(a) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias; e **(b)** Aplicações financeiras junto à Caixa Econômica Federal remunerada a 100% da variação do CDI. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a receber	3.111	5.516
Cupons de pedágio a receber	256	282
Pedágio eletrônico a receber	28.561	21.314
Total	**31.928**	**27.112**

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel. Em 31 de dezembro de 2023, a administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexiste histórico de inadimplência. A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2023, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

6. PARTES RELACIONADAS

Parte controladora final: A controladora da Companhia é a Infra Bertin Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial e a controladora final é a Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial. **Remuneração de pessoal-chave da administração:** A Concessionária SPMAR S.A. - Em Recuperação Judicial remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários, ordenados e pró-labore	1.772	1.787
Vale-refeição	128	120
Total	**1.900**	**1.907**

Benefícios a empregados: A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição e vale-transporte. Os montantes referentes aos benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Vale-refeição	3.503	3.386
Assistência médica	4.411	3.484
Vale-transporte	501	554
Outros	336	265
Total	**8.751**	**7.689**

Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

	Ativo		Passivo		Resultado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Adiantamentos para futuro aumento de capital					
Infra Bertin Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial	-	-	71.288	71.288	-
Clientes					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial **(a)**	37	37	-	-	-
Adiantamento a fornecedores					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial **(a)**	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial **(a)**	-	-	3.487	3.487	-

(a) Os saldos são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras do Trecho Leste do Rodoanel, o qual será compensado com as notas fiscais de prestação de serviços.

7. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de viagem	55	73
Adiantamento a empregados	182	197
Adiantamento a fornecedores nacionais	1.446	1.457
Total	**1.683**	**1.727**

8. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício antes dos impostos	**(393.025)**	**(546.323)**
Alíquota nominal (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(133.629)	(185.750)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Diferenças temporárias	(14.236)	21.481
Diferenças permanentes	(8.780)	(21.278)
Prejuízo fiscal e base negativa	**(156.645)**	**(185.547)**
Imposto corrente	(11.341)	-
Imposto diferido	33.586	44.136
Alíquota efetiva de impostos (%)	**-5,66%**	**8,08%**

Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões diversas	15.265	11.482	-	-	3.783	6.376
Provisão para manutenção **(a)**	165.959	146.864	-	-	19.095	38.185
Amortização - ICPC01 **(b)**	318.139	276.241	-	-	41.898	41.665
AVP Provisão de manutenção **(c)**	-	-	36.866	14.394	22.472	11.161
Depreciações - ICPC01 **(d)**	-	-	(337.474)	(283.812)	(53.662)	(53.251)
Prejuízo fiscal e base negativa (**e**)	172.726	175.504	-	-	2.778	-
Pagamento de impostos **(f)**	-	-	-	-	(2.778)	-
Total de impostos diferidos	**672.089**	**610.091**	**(300.608)**	**(269.418)**	**33.586**	**44.136**

(a) As provisões para manutenção são constituídas para honrar compromissos operacionais de manter o nível de serviço adequado. Considera-se para esta provisão a atividade de recapeamento para toda a manta asfáltica que será progressivamente substituída ou melhorada; **(b)** Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real; **(c)** O ajuste a valor presente sobre a provisão para manutenção gera receitas financeiras tributáveis por diferenças temporárias; **(d)** Depreciação por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real; **(e)** De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela administração, a Companhia reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a administração não elaborou o estudo de projeções de lucros tributáveis que resguardasse o registro do ativo fiscal diferido, conforme determina o CPC 32 e o CPC 01; e **(f)** Diante das regras determinadas pela Receita Federal do Brasil nas modalidades do programa de parcelamento de impostos, a SPMAR, nos termos da Lei 13.496/17, utilizou o valor R$ 2.778 de impostos diferidos para o pagamento de impostos.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2023	Líquido 31/12/2022
Imobilizado da administração	10% a 20%	23.487	(17.677)	5.810	6.926
Total		**23.487**	**(17.677)**	**5.810**	**6.926**

Movimentação do custo

	31/12/2021	Adições (baixas)	31/12/2022	Adições (baixas)	31/12/2023
Imobilizado da administração	21.744	1.017	22.761	726	23.487
Total	**21.744**	**1.017**	**22.761**	**726**	**23.487**

Movimentação da depreciação acumulada

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Baixas	31/12/2023
Imobilizado da administração	(14.108)	(1.728)	1	6.926	(1.842)	(17.677)
Total	**(14.108)**	**(1.728)**	**1**	**6.926**	**(1.842)**	**(17.677)**

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2023	Líquido 31/12/2022
Intangível de construção	2,86%	3.590.073	(915.190)	**2.674.883**	**2.789.100**
Intangível de outorga	2,86%	389.308	(142.746)	**246.562**	**257.685**
Software	2,86%	11.006	(3.410)	**7.596**	**7.445**
Total		**3.990.387**	**(1.061.346)**	**2.929.041**	**3.054.230**

Movimentação do custo

	31/12/2021	Adições/baixas	31/12/2022	Adições/baixas	31/12/2023
Intangível de construção	3.555.169	28.074	3.583.243	6.830	3.590.073
Intangível de outorga	389.308	-	389.308	-	389.308
Software	9.610	904	10.514	492	11.006
Total	**3.954.087**	**28.978**	**3.983.065**	**7.322**	**3.990.387**

Movimentação da amortização acumulada

	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Intangível de construção	(673.637)	(120.506)	(794.143)	(121.047)	(915.190)
Intangível de outorga	(120.500)	(11.123)	(131.623)	(11.123)	(142.746)
Software	(2.758)	(311)	(3.069)	(341)	(3.410)
Total	**(796.895)**	**(131.940)**	**(928.835)**	**(132.511)**	**(1.061.346)**

A Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados à operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos. Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância e segurança e sistemas de controle de arrecadação. O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento total ao poder concedente referente ao valor fixo da outorga, em 02 de março de 2011.

continua...

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



...continuação

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ N° 09.191.336/0001-53

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2023	31/12/2022
Repasse BNDES TJLP + 2% a.a.	3.221.659	2.881.885
Capital de giro 120% do CDI	1.304.657	1.368.542
Total	**4.526.316**	**4.250.427**
Circulante	350.268	787.766
Não circulante	**4.176.048**	**3.462.661**

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Saldos iniciais	**4.250.427**	**3.813.210**
Variação do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(131.785)	(72.357)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		
Outras variações		
Despesas de juros	407.674	509.574
Saldos finais	**4.526.316**	**4.250.427**

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	129.858
2025	70.968	175.314
2026	95.504	206.910
2027	123.774	222.358
2028	155.567	212.946
2029 (+)	3.730.235	2.515.275
Total	**4.176.048**	**3.462.661**

A Companhia realizou a contratação de Financiamento mediante Repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que entre si celebraram a Caixa Econômica Federal e a Companhia Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial, realizada em 15 de março de 2013. Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditamento ao contrato de financiamento mediante repasse, que alterou os prazos contratuais, alongando o período de carência e amortização para as seguintes datas: **a) Carência:** o prazo de carência será conforme para todos os subcréditos até 15 de junho de 2020; **b) Amortização de juros:** exigíveis trimestralmente entre 15 de setembro de 2020 e 15 de junho de 2032; e **c) Amortização de principal:** o principal da dívida decorrente deste contrato referente a todos os subcréditos serão pagos trimestralmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor no período entre março de 2023 e junho de 2032. A Companhia também firmou contratos de financiamento (Finisa) os quais foram aditados em 21 de dezembro de 2018, alongando o prazo de carência e amortização da dívida para as seguintes datas: **a) Carência:** o prazo de carência até 15 de junho de 2032 aplicável para todos os subcréditos; **b) Amortização de juros:** exigíveis trimestralmente no período compreendido entre setembro de 2033 até dezembro de 2045; e **c) Amortização de juros:** o principal da dívida decorrente deste contrato será pago trimestralmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor no período entre setembro de 2033 e dezembro de 2045. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas neste Contrato, tais como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, serão constituídas as seguintes garantias:• **Garantias reais** - **(i)** alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da beneficiária, detidas pela Infra Bertin e Toniolo, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e **(ii)** cessão fiduciária, pela beneficiária, de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do contrato de concessão, respeitado o disposto no artigo 28, da Lei nº 8.987/95, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes da Concessão e Outras Avenças. • **Fiança** - as intervenientes anuentes - fiadoras, Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A **(i)** figuram como fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, responsabilizando-se, solidariamente, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela beneficiária, neste Contrato, até final liquidação deste contrato; e **(ii)** declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, da beneficiária oriundo deste contrato, e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil; • **Contrato suporte de acionistas** - as acionistas celebraram contrato de suporte para garantir a cobertura integral de eventuais sobrecustos ou atrasos, multas e penalidades impostas pelos órgãos reguladores ou, ainda, receitas inferiores à projetada; • **Seguros** - a beneficiária contratará seguros nas modalidades riscos operacionais, riscos de engenharia, responsabilidade civil, seguro garantia - funções de ampliação e seguro garantia - funções operacionais; e • ***Covenants* financeiros** - o Contrato prevê o cumprimento de *covenants* financeiros os quais serão exigíveis a partir do encerramento do exercício de 2024.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais diversos	22.527	18.007
Seguros a pagar	3.702	2.379
Ônus variável a pagar	590	485
Outras contas a pagar	11.358	11.274
Total	**38.177**	**32.145**

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Cofins	1.407	1.116
PIS	301	239
ISS	2.688	2.082
IRRF	168	143
CSSL	50	30
Parcelamento federal	16.632	18.816
Parcelamento municipal	8.246	10.181
Total	**29.492**	**32.607**
Circulante	11.359	9.413
Não circulante	**18.133**	**23.194**

14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo contrato de concessão. Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da via útil da conserva em infraestrutura. A administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica - OCPC 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária. Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma Físico Financeiro no 11 da Artesp. Os montantes são atualizados por índice de mercado IGP-M. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R$ 281.390 e está demonstrado a seguir:

	31/12/2021	Adições	Realizações	31/12/2022
Provisão para manutenção - circulante	55.940	85.400	(64.588)	76.752
AVP - provisão para manutenção	(9.953)	7.586	-	(2.367)
Total	**45.987**	**92.986**	**(64.588)**	**74.385**
Provisão para manutenção - não circulante	182.960	26.910	-	209.870
AVP - provisão para manutenção	(32.554)	(40.410)	-	(72.964)
Total	**150.406**	**(13.500)**	**-**	**136.906**
Total	**196.393**	**79.486**	**(64.588)**	**211.291**
	31/12/2022	**Adições**	**Realizações**	**31/12/2023**
Provisão para manutenção - circulante	76.752	58.440	(52.157)	83.035
AVP - provisão para manutenção	(2.367)	1.883	-	(484)
Total	**74.385**	**60.323**	**(52.157)**	**82.551**
Provisão para manutenção - não circulante	209.870	(2.278)	-	207.592
AVP - provisão para manutenção	(72.964)	64.211	-	(8.753)
Total	**136.906**	**61.933**	**-**	**198.839**
Total	**211.291**	**122.256**	**(52.157)**	**281.390**

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os Assessores Jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível, trabalhista e administrativa, cuja expectativa de perda foi considerada como provável, no valor de R$ 43.066 (R$ 32.593 em 31 de dezembro de 2022). Já para os processos identificados como de perdas possíveis, de natureza cível, trabalhista e tributária, no montante de R$ 462.928 (R$1.915.936 em 31 de dezembro de 2022), a administração da Companhia não considera necessária constituição de provisão. **Processos administrativos - Artesp:** No curso normal de suas operações, a Companhia mantém algumas discussões no âmbito da esfera administrativa junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, que, por entender que a Companhia descumpriu algumas cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/Artesp/2011 emitiu diversas notificações de infração contra a Companhia, as quais estão em fase de impugnação nos processos administrativos sancionatórios da Artesp. Assim, encontram-se em discussão na Artesp, notificações de infração que podem redundar na aplicação de multas pecuniárias que totalizavam, em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado de R$ 67.615 (R$ 73.964 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia e seus Assessores jurídicos classificaram a possibilidade de perdas da seguinte forma, R$ 12.363 (R$ 9.894 em 31 de dezembro de 2022) como provável, R$ 55.252 (R$ 64.070 em 31 de dezembro de 2022) como possível e R$ 0,00 (R$ 0,00 em 31 de dezembro de 2022) como remota.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e parcialmente integralizado de R$ 1.439.261 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2022) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2022), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes Acionistas:

	Participação %
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	96,84
Toniolo, Busnello S.A.	3,16
Total	**100**

Em 28 de junho de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Cibe Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial Em 28 de dezembro de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, subscreveram e integralizaram parcialmente 336.068.610 novas ações. Em 03 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, integralizou R$ 11.035. Em 06 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 523.313.561 novas ações. Em 10 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 9.122.000 novas ações. Em 09 de janeiro de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações subscreveram e integralizaram 30.000.000 novas ações. **Ações ordinárias:,** Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. **Ações preferenciais:** As ações preferenciais de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes assegurada prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos:** A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei das S.A.

17. RECEITAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio em numerário	77.382	58.019
Pedágio por equipamentos eletrônicos	350.351	271.741
Vale pedágio	10.736	8.953
Pedágio em cupons	3.320	3.872
Pedágio por cartão	6.612	-
Receita de construção (a)	6.830	28.074
Receitas acessórias (b)	5.100	4.487
Deduções de receita	(39.416)	(30.198)
Total	**420.915**	**344.948**

(a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção; **(b)** Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por Companhias autorizadas.

18. GASTOS POR NATUREZA

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(33.519)	(7.165)	(40.684)	(30.655)	(6.200)	(36.855)
Provisão para manutenção (b)	(56.162)	-	(56.162)	(112.310)	-	(112.310)
Custo de construção (a)	(6.830)	-	(6.830)	(28.074)	-	(28.074)
Serviços de terceiros	(52.989)	(13.654)	(66.643)	(47.259)	(11.631)	(58.890)
Materiais/ equipamentos/ veículos	(14.593)	(982)	(15.575)	(14.989)	(1.088)	(16.077)
Poder concedente (c)	(6.803)	-	(6.803)	(5.206)	-	(5.206)
Depreciação e amortização (d)	(133.526)	(827)	(134.353)	(131.118)	(2.550)	(133.667)
Provisão de contingência	-	(10.473)	(10.473)	-	(17.775)	(17.775)
Outros	(6.441)	(16.460)	(22.901)	(5.806)	(9.974)	(15.780)
Total	**(310.863)**	**(49.561)**	**(360.424)**	**(375.417)**	**(49.218)**	**(424.635)**

(a) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços e reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados; **(b)** Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos Engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da Artesp; **(c)** Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual; e **(d)** A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

19. OUTRAS DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
Custo imobilizado	(7)	-
Sinistros recebidos	479	2.266
Outros	-	8
Total	**472**	**2.274**

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	17.603	10.866
Juros ativos	7.443	50
AVP - provisão para manutenção	-	32.824
Total	**25.046**	**43.740**
Despesas financeiras		
IOF sobre operações financeiras	(85)	(129)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(407.674)	(509.574)
AVP - provisão para manutenção	(66.094)	-
Juros passivos	(2.277)	(905)
Despesa bancárias	(265)	(248)
Outras	(2.639)	(1.794)
Total	**(479.034)**	**(512.650)**
Resultado financeiro líquido	**(453.988)**	**(468.910)**

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir e estão em linha com as necessidades exigidas no Contrato de Concessão:

Descrição	Tipo de seguro	31/12/2023
Riscos operacionais	Riscos operacionais	1.250.598
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	112.724

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

22. COMPROMISSOS VINCULADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão: A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). **Compromissos relativos às concessões:** Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2023 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento dos riscos financeiros - Visão geral: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e o gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A administração tem a responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Além disso, a administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente à administração suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro deixe de cumprir suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis e de caixa e equivalentes de caixa. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis é como segue:

		Valor contábil	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	174.150	97.094
Contas a receber de clientes	6	31.928	27.112
Outros recebíveis	-	424	424
Total		**206.502**	**124.630**
Circulante		**206.502**	**124.630**

Contas a receber: O valor das contas a receber de clientes é originário do serviço de passagem da rodovia, bem como receitas acessórias.

A composição por vencimento de contas a receber de clientes e outros recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Duplicatas a vencer	**31.928**	**27.112**

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração considera a distribuição e as características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e, por serem pulverizados a Companhia utiliza o histórico de inadimplência coletiva para a decisão de constituição de provisão em contrapartida ao resultado, que corresponde a títulos vencidos a mais de 180 dias. Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que, conforme indicado acima, nenhuma provisão será necessária com relação aos saldos de contas a receber. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R$ 174.150 (R$ 97.094, em 31 de dezembro de 2022), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras considerados de primeira linha. **Garantias:** A Companhia tem como política não fornecer garantias financeiras a nenhuma entidade do grupo econômico. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia:

	31/12/2023					
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Até 12 meses	01 a 02 anos	02 a 03 anos	03 a 05 anos	Mais que 05 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	38.177	38.177	-	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	4.526.316	350.268	70.968	95.504	279.341	3.730.235
Total	**4.564.493**	**388.445**	**70.968**	**95.504**	**279.341**	**3.730.235**
	31/12/2022					
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Até 12 meses	01 a 02 anos	02 a 03 anos	03 a 05 anos	Mais que 05 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	32.145	32.145	-	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	4.250.427	787.766	129.858	175.314	429.268	2.728.221
Total	**4.282.572**	**819.911**	**129.858**	**175.314**	**429.268**	**2.728.221**

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros e câmbio, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária nos mercados interno e externo. As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósitos Interbancários (CDIs), não existindo operações com derivativos no intuito de proteção para essas taxas de juros. **Perfil:** Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia é como segue:

	Valor contábil	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	174.150	97.094
Passivos financeiros		
Empréstimos	(4.526.316)	(4.250.427)
Total	**(4.352.166)**	**(4.153.333)**

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:** Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes demonstrados a seguir. A análise é conduzida com a mesma base para 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição
Em 31 de dezembro de 2023		
Aplicações de taxa variável	4.401	(3.521)
Empréstimos de taxa variável	(101.919)	81.535
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(97.518)**	**78.014**
Em 31 de dezembro de 2022		
Aplicações de taxa variável	2.717	(2.173)
Empréstimos de taxa variável	(127.394)	101.915
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(124.677)**	**99.742**

	Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb Aumento	50 pb diminuição
31 de dezembro de 2023		
Aplicações de taxa variável	8.802	(5.868)
Empréstimos de taxa variável	(203.837)	135.891
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(195.036)**	**130.024**
Em 31 de dezembro de 2022		
Aplicações de taxa variável	5.433	(3.622)
Empréstimos de taxa variável	(254.787)	169.858
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	**(249.354)**	**166.236**

Gerenciamento do capital: A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total. A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Total do passivo	**5.004.352**	**4.643.222**
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(174.150)	(97.094)
Dívida líquida (A)	**4.830.202**	**4.546.128**
Total do patrimônio líquido (B)	**(1.462.724)**	**(1.091.944)**
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	**(3,30)**	**(4,16)**

Valor justo *versus* valor contábil: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **Caixa e equivalentes de caixa:** São definidos como ativos destinados a negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração. Os empréstimos estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas de mercado correspondentes ao risco de crédito da Companhia. **Hierarquia do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não realizou atividades de financiamento não envolvendo caixa, portanto, todas as operações estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

A Diretoria

Gustavo Bortolan Martins
Contador - CRC 1SP 220651/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial**
São Paulo - SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária SPMar S.A. - em recuperação judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMar S.A. - em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva - Realização dos impostos diferidos:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 (e), a Companhia possui registrado nas rubricas "Ativos fiscais diferidos", no ativo não circulante, o montante de R$ 172.726 mil (R$ 175.504 em 31 de dezembro de 2022), referente a Ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal. Entretanto, a Companhia não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos e não foi elaborado estudo formal de viabilidade de recuperabilidade e que demonstre a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os prejuízos acumulados e utilização dos referidos créditos tributários diferidos. Consequentemente, o ativo não circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no montante de R$ 172.726 mil (R$ 175.504 em 31 de dezembro de 2022). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, em 10 de outubro de 2018, as empresas do Grupo Heber (Heber Participações S.A., as controladas diretas Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Compacto Participações S.A., as controladas indiretas Dorela Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A., Concessionária SPMAR S.A. e as "irmãs" Compi Agropecuária S.A., Contern Construções e Comércio Ltda. e Águas de Itu Gestão Empresarial S.A.) tiveram o pedido de Recuperação Judicial homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Somado a Recuperação Judicial, a Companhia vem incorrendo em prejuízos de R$ 370.780 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 502.187 mil em 31 de dezembro de 2022), o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R$ 279.466 mil (R$ 782.540 mil em 31 de dezembro de 2022). A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos da Recuperação Judicial. Essas questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 20 de março de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-037.321/O-0 F SP

Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1138562-94.2022.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tatiana Federighi Saba, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Chaim Betzalel Blum, Miriam Blum, Cheila Feder Judkowitch e Condominio Edificio Marilia, por seu síndico, réus ausentes,incertos,desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Amenay Ernestina de Las Mercedes Varas Tapia Garcia Negrão e Celso Garcia Negrão ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Três Rios,nº291,Unidade autônoma nº 12, localizada no 1º pavimento do Edifício Marília, Bom Retiro, contendo a área total de 248,4150ms², sendo 221,2000ms² de área útil e 27,2150ms² de área comum, correspondendo-lhe no terreno uma área de 46,2649ms² ou seja 8,3068% do seu todo,São paulo/SP, CEP: 01123-001, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis,a fluir após o prazo de 20(vinte) dias da publicação deste edital.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |2,3|

EDITAL DE INTIMAÇÃO- PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº**0000438-23.2023.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível,do Foro Regional I-Santana,Estado de São Paulo,Dr(a).ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) THAYS ROCHA DE SOUZA,CPF 355.220.418-03,que Colégio Dominante Ltda ME requereu o cumprimento da sentença,objetivando o recebimento de R$24.022,72(dez/22).Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido,nos termos do artigo 513,§2º,IV do CPC,foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL,para que, no prazo de 15(quinze) dias úteis,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,pague a quantia supra,devidamente atualizada,sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10%(artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, restando ainda INTIMADA do bloqueio em contas no valor de R$ 1.699,62. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de Março de 2024. |02,03|

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0013729-61.2021.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) CELIO LUIZ HAIDUCK RECUPERADORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA., CNPJ 17.923.296/0001-15, que a ação de cobrança ajuizada por Arujá-Tintas Comércio de Tintas Ltda-EPP, nos autos principais fora julgada procedente, onde iniciou-se a fase de cumprimento ao julgado objetivando o recebimento de R$ 60.918,10 (set/21). Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de supra, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital,por extrato,afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 22 de Março de 2024. |2,3|

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/MF nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ficam os senhores acionistas da Casa de Saúde Santa Rita S.A., localizada na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia"), convocados para se reunirem, no dia 30 de abril de 2024, às 10h30, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da Companhia, para deliberar a respeito dos seguintes temas: **(i)** Assembleia Geral Ordinária: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e, quando aplicável, votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(b)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024; e **(d)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima; e **(ii)** Assembleia Geral Extraordinária: **(a)** a outorga de ações virtuais da Companhia *(Phantom Shares)* ao Diretor Presidente, nos limites previstos pelo *"Plano de Outorga de Ações Virtuais* (Phantom Shares) *da Companhia"* aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de julho de 2023. **Informações Gerais e Instruções aos Participantes:** Os documentos e informações pertinentes à matéria relacionada neste edital encontram-se à disposição para consulta na sede social da Companhia, nos termos do artigo 133 e artigo 135, parágrafo 3º, da Lei das S.A. Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, bem como, se for o caso, a documentação societária comprovando os poderes do respectivo representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 29 de março de 2024. **Wagner Cordeiro Marujo - Diretor Presidente.**

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0051346-41.2010.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabiana Tsuchiya, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CRISTIANE SANTOS SOARES, CPF 260.013.898-61, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Orgatel Contabilidade e Assuntos Fiscais Ltda, alegando em síntese: a exequente é credora da executada, do importe de R$9.208,83, representado pela nota promissória nº 1/1, data de vencimento 15/12/2007. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua 1) CITAÇÃO; por EDITAL, para que no prazo de 03 dias úteis, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado acrescido dos honorários advocatícios arbitrados em 10%, ocasião em que os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC), ou em 15 (quinze) dias apresente embargos à execução; e 2) INTIMAÇÃO da PENHORA realizada sobre o bem descrito no Termo de Penhora, disponibilizado na internet, de sua nomeação como depositário, bem como do prazo de 15(quinze) dias para, querendo, Impugnar. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2024. |02,03|

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0050736-13.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Hospital São Camilo – Ipiranga. Executado: Gian Carlo Roberto Arturo Busti. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0050736-13.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO STABEL DE CARVALHO HANNOUN, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GIAN CARLO ROBERTO ARTURO BUSTI, Brasileiro, CPF 029.205.598-69, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Hospital São Camilo – Ipiranga. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 11.331,22 (outubro de 2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de fevereiro de 2024. 29/03 e 02/04/2024

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1072991-82.2022.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Rui Porto Dias, na forma da Lei etc., FAZ SABER a Izadora Hilary da Silva Sousa, CPF 718.***-73, RG 52.***-4, que lhe foi proposta ação de Exoneração de Alimentos pelo Procedimento Comum Cível por parte de Cristiano Pereira de Sousa, na qual se alega, em síntese, Após o nascimento da Requerida, sobreveio a dissolução da união do autor e sua ex-companheira, genitora da ré, quando ficou avençado em processo judicial nº 002.03.070887-9, que o pai e ora Requerente, deveria pagar a filha e ora Requerida quantia a título de pensão alimentícia, equivalente a 20% dos rendimentos líquidos. Atualmente, constata-se mudança substantiva no substrato fático da relação alimentícia em questão, de sorte que se apurou que a ora requerida, agora maior de idade, não mais estuda e, afora isso, possui meios de prover seu próprio sustento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta, e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. O processo tramita eletronicamente. A íntegra dos autos (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e senha, que pode ser obtida em cartório. Petições, procurações, defesas etc devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. |2,3|

CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A

CNPJ nº 14.898.814/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam V.Sas. convocadas para a Assembleia Geral Ordinária do **Citrino Empreendimento e Participação S/A**, inscrita no CNPJ 14.898.814/0001-08 de acordo e nos termos do Artigo 8º, do Estatuto Social e parágrafo único do artigo 121 da Lei 6.404/76, a qual será realizada em **29/04/2024, segunda-feira, às 14:30h através de videoconferência** (link e dados para acesso abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Aprovação de contas exercício 2023; (II) Previsão de resultados 2024; (III) Melhorias operacionais; (IV) Plano estratégico; (V) Comercialização; e (VI) Outros assuntos de interesse. As demonstrações financeiras encontram-se desde já disponíveis na sede da Companhia. Informamos que V.Sas. poderão se fazer representar por Procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de Procuração com firma reconhecida. Neste aspecto, a Administradora se dispõe a representar V.Sas. mediante fornecimento de Procuração, bem como, voto por escrito de cada ordem do dia. Dados para acesso a videoconferência - Zoom: https://us02web.zoom.us/j/88507280042?pwd=RHlaMDRDOWh2d2dDTk1uTEFXMlBmQT09 - ID da reunião: 885 0728 0042 - Senha: 244519. A Administração.

Banco Bradesco BBI S.A.

CNPJ nº 06.271.464/0001-19 – NIRE 35.300.335.791

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18.1.2024

Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 124.321/24-0, em 20.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Banco Bradesco BBI S.A.

CNPJ nº 06.271.464/0001-19 – NIRE 35.300.335.791

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20.12.2023

Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 124.322/24-4, em 20.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ZANETTINI,BAROSSI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ Nº. 61.357.406/0001-10

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 23 DE ABRIL DE 2024

C O N V O C A Ç Ã O

Convidam-se os srs. Acionistas da Zanettini,Barossi S.A Indústria e Comércio, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social, na Av.Carioca nº.446, a realizar-se às 14,30 horas do dia 23 de abril de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Matéria pertinente Assembléia Geral Ordinária**:1) leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2023; 2) destinação do lucro do exercício social findo em 31.12.2023; 3) aprovação de pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio; 4) distribuição de dividendos; 5) fixação dos honorários dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2024. **Matéria pertinente Assembléia Geral Extraordinária**: 1) aumento do capital social de R$15.000.000,00 para R$50.000.000,00, mediante aproveitamento de parte do saldo da conta Retenção de Lucros, e 2) alteração do artigo 5º dos Estatutos Sociais. São Paulo, 28 de março de 2024. Wagner Pofo, Diretor-Superintendente; Antonio Carlos Barossi, Diretor-Administrativo. (29/03, 02 e 03/04/2024)

O Presidente da World Taekwondo Interstyles Federation no uso das atribuições que lhe confere, através do Estatuto desta entidade convoca seus filiados que estejam no gozo de seus direitos e deveres conforme regência estatutária para comparecer a Assembléia Geral a ser realizada no dia 30 de abril de 2024 as 16:00 horas em primeira chamada e às 16:30 horas em segunda chamada na Rua Joinville, 51 - auditório - Vila Mariana - São Paulo/SP - CEP 04008-010, para tratar conforme segue: 1. Alteração da nomenclatura da entidade. 2. Alteração e adequação estatutária. 3. Alteração da sede da entidade. 4. Antecipação do processo eleitoral. 5. eleição e posse dos membros do conselho de administração, membros do conselho fiscal, nomeações da diretoria, comissões, e STJD. 6. considerações finais. São Paulo, 27 de Março de 2024

Erik Barbosa Barbeiro – Presidente

REGIDA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

C.N.P.J/MF 11.067.457/0001-30

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - (Valores expressos em reais)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante			**Circulante**		
Disponibilidades	12.106.388,63	13.404.877,11	Obrigações tributárias	1.701.550,37	495.452,91
Outros Créditos	749.692,79	1.452.799,17	Outras contas a pagar	28.831.785,43	23.529.332,24
Tributos a recuperar	1.366.271,76	1.291.431,46	**Total do circulante**	30.533.335,80	24.024.785,15
Despesas Antecipadas	35.388,28	30.114,44	**Não Circulante**		
	14.257.741,46	16.179.222,18	Outras Obrigações	8.391.083,58	4.297.466,26
Não Circulante			**Patrimônio líquido**		
Empréstimos Coligadas	7.825.130,29	4.089.411,06	Capital Social	245.000.000,00	245.000.000,00
Dividendos a Receber	6.702.226,11	2.832.775,11	Reserva Legal	27.652.671,89	25.396.063,01
Investimentos	418.949.114,79	379.224.609,55	Reservas de Lucro	154.525.376,28	122.368.699,78
Imobilizado	18.362.286,90	18.755.028,29	**Total do Patrimônio líquido**	427.178.048,17	392.764.762,78
Intangível	5.968,00	5.968,00	**Total do passivo e patrimônio líquido**	466.102.467,55	421.087.014,19
Total do não circulante	451.844.726,09	404.907.792,01			
Total do Ativo	466.102.467,55	421.087.014,19			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social Nacional	Lucros Acumulados	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Total
Em 31 de Dezembro de 2021	245.000.000,00	-	108.067.252,41	24.392.452,67	377.459.705,07
Lucro líquido do exercício	-	20.072.206,82	-	-	20.072.206,82
Constituição de Reserva Legal	-	(1.003.610,34)	-	1.003.610,34	-
Dividendos	-	(4.767.149,12)	-	-	(4.767.149,12)
Constituição Reserva de Lucros	-	(14.301.447,36)	14.301.447,36	-	-
Em 31 de Dezembro de 2022	245.000.000,00	-	122.368.699,77	25.396.063,01	392.764.762,77
Lucro líquido do exercício	-	45.132.177,56	-	-	45.132.177,56
Constituição de Reserva Legal	-	(2.256.608,88)	-	2.256.608,88	-
Dividendos	-	(10.718.892,17)	-	-	(10.718.892,17)
Constituição Reserva de Lucros	-	(32.156.676,51)	32.156.676,51	-	-
Em 31 de Dezembro de 2023	245.000.000,00	-	154.525.376,28	27.652.671,89	427.178.048,17

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	12/31/2023	12/31/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	47.399.791,72	21.103.211,93
Equivalência Patrimonial	(42.333.114,03)	(18.684.511,64)
Depreciação	704.691,39	743.920,08
	5.771.369,08	3.162.620,37
Variações no capital circulante		
Outros Créditos	703.106,38	275.722,00
Créditos tributários	(74.840,30)	(125.022,45)
Despesas antecipadas	(5.273,84)	(8.574,40)
Empréstimos com coligadas	(3.735.719,23)	21.178,56
Fornecedores	-	438,48
Obrigações tributárias	788.462,09	486.064,75
Outras contas a pagar	(438,98)	(4.133,58)
Caixa gerado pelas operações	3.446.665,20	3.808.294,23
Dividendos recebidos	2.832.775,11	6.202.893,96
Imposto de renda	(1.849.978,79)	(1.250.473,37)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.429.461,52	8.760.714,82
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(311.950,00)	(652.700,90)
Aumento de Capital Social	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(311.950,00)	(652.700,90)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos	(5.416.000,00)	(3.500.000,00)
Juros sobre capital próprio	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.416.000,00)	(3.500.000,00)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.298.488,48)	4.608.013,92
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.404.877,11	8.796.863,19
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.106.388,63	13.404.877,11
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.298.488,48)	4.608.013,92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e Administrativas	(2.367.819,22)	(1.667.547,92)
Ocupação	(46.617,06)	(25.843,44)
Tributárias	(808.697,91)	(170.038,96)
Equivalência patrimonial	42.333.114,03	18.684.511,64
Lucro operacional antes do resultado financeiro	39.109.979,84	16.821.081,32
Resultado financeiro		
Receita financeira	8.293.200,88	4.285.392,11
Despesas financeiras	(3.389,00)	(3.261,50)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.399.791,72	21.103.211,93
Contribuição social	(606.603,75)	(279.263,49)
Imposto de renda	(1.661.010,41)	(751.741,62)
Lucro líquido do exercício	45.132.177,56	20.072.206,82
Lucro líquido por ação do capital social	2.507	1.115

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	45.132.177,56	20.072.206,82
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	45.132.177,56	20.072.206,82

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - Objeto: participação em outras sociedades, exploração, por conta própria ou através de terceiros, de empreendimentos imobiliários; compra, venda e locação de bens móveis e imóveis; administração de bens próprios; outras atividades afins ou correlatas. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em valores expressos em reais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei 11.941/09. **3 - Principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado** - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b. Ativo circulante e realizável a longo prazo** - São apresentados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **c. Investimentos** - O investimento em controladas e coligadas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **d. Imobilizado** - Está demonstrado ao custo de aquisição. **e. Passivo circulante e realizável a longo prazo** - São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos aplicáveis. **f. Demonstrações do fluxo de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a seção 7 do CPC PME e correspondente ao CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **4 - Capital Social** - Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é composto por 18.002.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 539.998 ações ordinárias nominativas e 360.003 ações preferenciais nominativas, sendo 360.000 ações preferenciais sem classe específica e classe "A", 2 ações preferenciais e classe "B" 1 ação preferencial.

Renato Spallicci - Diretor Presidente
Adriana Gherth - Contador - CRC: 1SP215165/O

Telar Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/MF Nº 62.570.320/0001-34
Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Valores expressos em Reais - R$

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo circulante		86.908.025	53.529.461	**Passivo circulante**		41.659.246	23.260.688
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.970.265	1.312.788	Empréstimos e financiamentos	12	28.026.037	17.081.734
Contas a receber	6	53.975.791	24.691.334	Fornecedores		3.375.025	1.585.599
Consórcios	7	13.692.945	17.936.451	Obrigações trabalhistas e tributárias	13	5.112.029	3.466.908
Impostos a recuperar	8	1.845.706	1.427.080	Credores diversos	14	5.146.155	1.126.447
Outros créditos	9	1.379.306	696.650	**Passivo não circulante**		35.578.583	16.155.265
Partes relacionadas a	15	12.044.012	7.465.158	Empréstimos e financiamentos - longo prazo	12	20.279.433	15.853.936
Não circulante		30.860.895	26.184.159	Partes relacionadas	15	15.299.150	301.329
Contas a receber - longo prazo	6	10.612.347	5.565.762	**Patrimônio líquido**		40.531.091	40.297.667
Adiantamento para futuros investimentos		155.402	155.402	Capital social	16	20.216.677	20.216.677
Investimentos	10	14.825.322	14.595.641	Adiantamento para futuro aumento de capital	17	11.973.478	11.973.478
Imobilizado	11	5.267.445	5.577.957	Reserva de capital		109.165	109.165
Intangível		379	289.397	Lucros acumulados		8.231.771	7.998.347
Total do ativo		117.768.920	79.713.620	**Total do passivo**		117.768.920	79.713.620

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Valores expressos em Reais-R$

		Capital social	Lucro Acumulados/ Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		20.216.677	4.795.083	9.973.478	34.985.237
Resultado do exercicio		-	-	-	3.312.430
Aporte para futuro aumento de capital	17	-	-	2.000.000	2.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022		20.216.677	4.795.083	11.973.478	40.297.663
Resultado do exercicio		-	233.428	-	233.428
Saldos em 31 de dezembro de 2023		20.216.677	5.028.511	11.973.478	40.531.091

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Valores expressos em Reais - R$

Resultado operacional	Nota	2023	2022
Receita bruta		178.928.930	96.048.519
Deduções da receita bruta		(10.601.507)	(6.818.547)
Receita líquida	18	168.327.423	89.229.972
Custo de obra	19	(135.760.286)	(58.659.639)
Resultado bruto		32.567.137	30.570.333
Despesas e receitas operacionais:			
Despesas administrativas e comerciais	20	(8.539.411)	(16.763.847)
Despesas trabalhistas	21	(14.423.239)	(9.083.238)
Despesas com Impostos e taxas		(105.314)	(99.674)
		(23.067.964)	**(25.946.758)**
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras		(9.703.499)	(4.852.256)
Receitas financeiras		554.644	388.706
	22	**(9.148.855)**	**(4.463.551)**
Despesas e receitas não operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial		(45.236)	3.990.894
Outras receitas e despesas		(21.424)	(807.735)
		(66.660)	**3.183.158**
Lucro antes do imposto de renda e C. S.		283.659	3.343.183
Provisão para imposto de renda e C.S.		(50.231)	(30.754)
Resultado do exercício		233.428	3.312.429

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Valores expressos em Reais - R$

	2023	2022
Lucros do exercício	233.428	3.312.429
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**233.428**	**3.312.429**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Valores expressos em Reais - R$

Atividades operacionais	2023	2022
Lucro antes dos impostos sobre a renda	283.659	3.312.430
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	45.236	(3.990.894)
Perdas com investimento	-	809.958
Juros sobre empréstimos	9.687.411	4.139.596
Baixa de ativos	-	-
	10.016.306	**4.271.090**
Variações nos ativos e passivos		
Estoques	-	3.525
Consórcios	4.243.506	(8.979.604)
Outros créditos	(682.657)	(24.569)
Contas a receber	(34.331.043)	(1.700.775)
Impostos a recuperar	(418.627)	2.180
Despesas antecipadas	-	11.899
Fornecedores	1.789.425	1.225.129
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.645.121	352.051
Credores	4.019.708	45.093
Partes relacionadas a receber	(4.578.854)	(1.591.117)
Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades operacionais	**(28.313.421)**	**(10.656.188)**
Imposto de renda e contribuição social	(50.231)	(15.946)
Fluxo de caixa liquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais	**(28.363.652)**	**(10.672.134)**
Variação das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	(274.917)	725.024
Aquisição de imobilizado	599.530	(1.067.342)
Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades de investimento	**324.613**	**(342.318)**
Variação das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	5.682.389	6.244.748
Partes relacionadas a pagar	14.997.821	(3.570.229)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.000.000
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento	**20.680.210**	**4.674.519**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**2.657.477**	**(2.068.843)**
No início do exercício	1.312.788	3.381.631
No final do exercício	3.970.265	1.312.788
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**2.657.477**	**(2.068.843)**

São Paulo-SP., 31 de dezembro de 2023.
Rodrigo Botter Rios Pinto
Diretor Administrativo
José Antonio dos Santos Reis
Contador - CRC: 1SP183187/0-7

"As Demonstrações Financeiras na íntegra, encontram-se disponíveis na sede da Companhia, no site (www.telar.com.br/demonstracoes-financeiras) e publicadas no Jornal O Dia SP versão digital em 02/04/2024"

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS,EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE Maria Amalia de Sá Chedid, REQUERIDO POR Rogério de Sá Chedid e outros-PROCESSO Nº**1004389-33.2023.8.26.0704**.O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões,do Foro Regional XV-Butantã, Estado de São Paulo,Dr(a).Renata Coelho Okida, na forma da Lei,etc.FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que,por sentença proferida em 08/01/2024, foi decretada a INTERDIÇÃO de MARIA AMALIA DE SÁ CHEDID, CPF 27932533830,declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A),em caráter DEFINITIVO,o(a) Sr(a). Guilherme de Sá Chedid,Valéria de Sá Chedid e Rogério de Sá Chedid.O presente edital será publicado por três vezes,com intervalo de dez dias,e afixado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de janeiro de 2024. **|02|**

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1146424-82.2023.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Eliane da Camara Leite Ferreira,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Procedimento Comum Cível movida por Marcos Prata Carneiro e Bruna Soares Mendonça, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento da comunhão parcial de bens para o de separação de bens. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2024. **|2,3|**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1018687-72.2018.8.26.0100**O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Antonio Salvado Amaral e Maria Leonor Alves Gomes Amaral, julio henriques e maria fernanda cardoso henriques, condominio edificio almeida garret, na pessoa do sindico, Júlio de Jesus Henriques, Fabio Higa Henriques, Fabiano Higa Henriques, MAYRA HENRIQUES ROSSINI, Antonio Jose Alves Gomes Amaral, Maria Leonor Alves Gomes Amaral e JULIETA CARDOSO HENRIQUES, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Brian Edward Karber e Cecilia Son Karber ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO,visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Glicério,nº731 e 733,apto. 63,no 6°andar, com a seguinte descrição:possui a área útil de 86,060m2, área comum de 15,728m2, área total construída de 101,788m2,correspondendo ao apartamento a fração ideal de 1,907% do terreno todo; contribuinte municipal 004.043.0168-1;e Vaga de estacionamento com a área construída de 23,225m2,correspondendo-lhe a fração ideal de 0,435% de seu todo,contribuinte municipal 004.043.0233-5,Liberdade,São Paulo/SP, CEP: 01514-001, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **|02,03|**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0023579-13.2010.8.26.0006** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo,Dr(a). Álvaro Luiz Valery Mirra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DANILO F. DA SILVA DECORAÇÕES ME, CNPJ 05.776.306/0001-58, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Artesana Divisórias e Forros Ltda, objetivando o recebimento da importância de R$ 11.725,55 (novembro/2010). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL da penhora realizada sobre a quantia bloqueada pelo sistema SISBAJUD (R$ 566,86), depositada às fls. 451, nos termos do artigo 841 do Código de Processo Civil. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de fevereiro de 2024. **|02,03|**

opec@jornalodiasp.com.br
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista
CEP: 01332-030

www.jornalodiasp.com.br

PORTO DE VITORIA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A

CNPJ nº 40.997.635/0001-20

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				**Passivo circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	201	Obrigações tributárias		1	2
Impostos a recuperar		3	-	Outras obrigações		-	206
Adiantamento a fornecedores		13	10	**Total do passivo circulante**		1	208
Total do ativo circulante		17	211	**Passivo não circulante**			
Ativo não circulante				Debêntures	5.3	127.619	106.563
Recebíveis	4	127.604	106.561	**Total do passivo não circulante**		127.619	106.563
Total do ativo não circulante		127.604	106.561	**Patrimônio líquido**			
				Capital social	6.1	1	1
				Total do patrimônio líquido		1	1
Total do ativo		127.621	106.772	**Total do passivo e patrimônio líquido**		127.621	106.772

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resutlado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacionais	9	21.043	6.562
Custo dos serviços prestados	10	(21.056)	(6.564)
Prejuízo bruto		(13)	(2)
Despesas operacionais			
Despesas Tributárias		-	(1)
		-	(1)
Resultado operacional		(13)	(3)
Receitas financeiras	11	13	3
Resultado financeiro		13	3
(=) Resultado antes das provisões tributárias		(13)	(2)
Resultado do exercício		-	-
Prejuízo básico por ação - Reais		0,00000	0,00000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações da mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Capital social	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 dezembro de 2021	1	1
Resultado líquido do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	1
Resultado líquido do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Juros sobre a carteira de créditos	(21.043)	(6.561)
Juros sobre as debêntures	21.043	6.561
Prêmio das debêntures	13	2
Aumento/(redução) no ativo:		
Direitos realizáveis	-	(100.000)
Adiantamento a fornecedores	(3)	(10)
Impostos a recuperar	(3)	-
Aumento/(redução) no passivo:		
Obrigações tributárias	(1)	2
Outras obrigações	(206)	206
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(200)**	**(99.800)**
Das atividades de financiamento		
Debêntures	-	100.000
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	**-**	**100.000**
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(200)**	**200**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	201	1
No final do exercício	1	201
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(200)**	**200**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	21.043	6.562
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(21.056)	(6.564)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-
Valor adicionado bruto	(13)	(2)
Valor adicionado líquido produzido	(13)	(2)
Receitas financeiras	13	3
Valor adicionado recebido em transferência	13	3
Valor adicionado total a distribuir	-	1
Impostos Taxas e Contribuições	-	1
Impostos e contribuições	-	1
Remuneração do capital próprio	-	-
Resultado do exercício	-	-
Valor total adicionado	-	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A **Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia")**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 21 de janeiro de 2021 para aquisição CCB número 0001734745/HCS da HOLDING CODESA S.A., inscrito no CNPJ/ME sob o nº 45.024.766/0001-44. O Fluxo da CCB honrará os pagamentos das despesas, juros e principal das debêntures. Os recursos líquidos captados pelo Emitente por meio da Cédula serão utilizados para o (i) pagamento do preço de aquisição das ações de emissão da Companhia Docas do Espírito Santo S.A. – CODESA ("CODESA"), no âmbito do Leilão nº 01/2022 – PPI/PND, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("Aquisição – Leilão CODESA"); (ii) um ou mais aportes de capital pelo Emitente na CODESA ou qualquer outra forma de transferência de recursos pelo Emitente para a CODESA (inclusive por meio de mútuo) para fins de (a) pagamento em recursos financeiros de bonificação da outorga para administração dos portos de Vitória/ES e Barra do Riacho/ES ("Pagamento de Bonificação de Outorga"); e/ou (b) aquisição de precatórios pela CODESA para fins de utilização no Pagamento da Bonificação de Outorga; (iii) pagamento de outros custos, honorários, comissões e despesas relacionados à Aquisição – Leilão CODESA; (iv) reembolso de despesas relacionadas à Aquisição – Leilão CODESA; e (v) uso no curso normal dos negócios do Emitente e/ou da CODESA. Foram emitidas 100.000 (cem mil) de debêntures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R$ 1 (um mil Reais), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 6,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Em 05 de setembro de 2022 a Companhia por meio da ATA da Assembleia Geral Extraordinária realizou a alteração da razão social para "Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A".

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais: 2.1. Autorização: Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 22 de março de 2024. **2.2. Base de apresentação:** As presentes demonstrações financeiras da companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos conta movimento	-	1
Aplicações financeiras **(i)**	1	200
Total	**1**	**201**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Recebíveis: A CCB número 0001734745/HCS possui prazo de duração determinado de 3 (três) anos, com saldo principal de R$ 100.000 (cem milhões de Reais). Insere-se no contexto de uma operação estruturada de securitização de créditos financeiros de responsabilidade do Emitente, que servirão de lastro à emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, **a) Composição da carteira**: Em 31 de dezembro de 2023 o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	106.561	-
Direito Creditórios - CCB's	-	100.000
(+) Atualização de juros	21.043	6.561
Total (i)	**127.604**	**106.561**

(i) As parcelas do ativo não circulante têm seus vencimentos em 2027.

5. Debêntures: 5.1. Condições da escritura: De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R$ 100.000 (cem milhões de Reais) com a integralização de 100.000 (cem mil) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo as Debêntures de série única. Até o final de 31 de dezembro de 2023 foram subscritas na totalidade às 100.000 (cem mil) Debêntures. **5.2. Características das debêntures: a) Remuneração:** As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 6,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **b) Garantia:** Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a Cessão Fiduciária de Cash Collateral da Conta Vinculada, Cessão Fiduciária de Bens e Direitos, Alienação Fiduciária de Ações da Codesa Porto (após aquisição do porto) e Fundo de Despesas. **c) Risco de crédito:** Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar a insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos diretos creditórios a serem adquiridos pela emissora. **d) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa:** Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização. **5.3. Composição das obrigações com debêntures:** Em 31 de dezembro de 2023 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Anterior	106.561	-
1ª Emissão de certificados – série única	-	100.000
Juros emissão – série única	21.043	6.561
Subtotal	**127.604**	**106.561**
Saldo anterior	2	-
Prêmios a pagar	13	2
Subtotal	**15**	**2**
Total das emissões (i)	**127.619**	**106.563**

(i) As parcelas do passivo não circulante têm seus vencimentos em 2027.

6. Patrimônio líquido: 6.1. Capital social: O capital social subscrito da Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R$ 1. **6.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **6.3. Dividendos propostos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

7. Provisão para contingências: A Companhia não tem conhecimento e nem registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

8. Instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez: **8.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2023 são descritos a seguir: **• Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3)**: O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

9. Receitas operacionais: As receitas operacionais estão demonstradas no quadro a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de juros sobre carteira de crédito	21.043	6.562
Total	**21.043**	**6.562**

10. Custos operacionais: Os custos operacionais estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios a pagar	(13)	(3)
Juros debêntures	(21.043)	(6.561)
Total	**(21.056)**	**(6.564)**

11. Receitas financeiras: As receitas financeiras estão demonstradas no quadro a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	13	3
Total	**13**	**3**

12. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

13. Relação com auditores: A Empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

14. Eventos subsequentes: O Conselho Monetário Nacional ("CMN") divulgou no Diário Oficial da União, em 2 de fevereiro de 2024, a Resolução 5.118 (alterada pela Resolução CMN nº 5.121/2024), que trata do lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs") e Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs") emitidos por companhias securitizadoras. De maneira ampla, houve uma diminuição nos tipos de lastro que podem ser utilizados para a emissão desses certificados de recebíveis. O que está determinado nas resoluções não terá efeito sobre as transações em que os títulos já tenham sido emitidos, nem sobre as ofertas públicas de distribuição cujo registro tenha sido requerido na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) antes da publicação das resoluções. Contudo, as novas normas serão válidas para as ofertas de CRI e CRA que tenham suas datas de vencimento adiadas Dentro do que é estabelecido, as resoluções determinam que os CRAs e CRIs não devem ter como lastro títulos de dívida emitidos por Companhias abertas ou partes relacionadas à Companhias abertas, a menos que o principal setor de atividade da Companhia aberta seja imobiliário ou do agronegócio, dependendo do caso, para os CRIs ou CRAs, respectivamente. Seguindo o que está estabelecido, o termo "segmento predominante" de uma Empresa será aquele que contribui com mais de dois terços do total de sua receita consolidada, conforme o registrado nas respectivas demonstrações financeiras do ano anterior. Desta forma, a partir de 02 de fevereiro de 2024, apenas companhias relacionadas diretamente com o agronegócio ou o mercado imobiliário têm permissão para emitir esses papéis de renda fixa. Fica proibida a emissão de CRIs e CRAs que tenham como garantia títulos de dívida emitidos por empresas de setores distintos, como o de saúde, varejo e locação de veículos, que, nos últimos anos, se beneficiaram da possibilidade de se encaixar com os recursos provenientes desses papéis para realizar a emissão de CRIs e CRAs. A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adota o conceito de "partes relacionadas" conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico 5 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual define como partes relacionadas àquelas em que: Uma controla a outra, de forma direta ou indireta; Existe controle comum; Uma demonstra interesse na outra e tem influência significativa; ou Pessoas chave da administração da entidade ou da controladora, bem como membros próximos da família de qualquer indivíduo que seja parte relacionada. As resoluções também determinam que os CRAs e CRIs não podem ter como lastro títulos de dívida de instituições financeiras ou entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou suas partes relacionadas. De acordo com o artigo 3º, inciso II dessas resoluções, os CRAs e CRIs também não podem ser: baseados em direitos creditórios resultantes de transações entre partes ligadas; ou Originados de operações financeiras cujos fundos sejam utilizados para reembolsar despesas. No que se refere ao último ponto, apesar da redação das resoluções levantar questões ao mencionar "operações financeiras" - um termo amplo e não definido nas resoluções, a interpretação do regulamento indica que a estruturação de emissões de CRIs e CRAs, cujos direitos de crédito tenham como lastro dívidas destinadas, em parte ou no todo, ao reembolso de despesas incorridas pelo devedor do lastro antes da emissão dos respectivos certificados de recebíveis (CRI/CRA de reembolso) está proibida. Por fim, é importante ressaltar que a administração da Companhia está atenta às mudanças regulatórias e de mercado, buscando sempre estar em conformidade com as novas normas e adaptar suas estratégias conforme necessário.

A DIRETORIA — **Contador: Paulo Donizeti Eudes da Silva** - CRC 1SP177836-O0

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**

Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A . ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"): Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Cédula de Crédito Bancário: A Companhia realiza a gestão do direito de crédito de atividade de securitização vinculado à emissão de uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) como um dos principais temas a serem abordados. A estruturação dessa operação, a gestão do ativo e o pagamento da CCB são aspectos cruciais da atuação dela. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois trata-se da principal atividade da Companhia e os valores de direitos de créditos de atividades de securitização e respectivas comissões representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a: (i) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, exatidão e adequada contabilização; • Verificação da cessão dos direitos creditórios; • Verificação da documentação que comprova o lastro das operações; • Recalculamos a Cédula de crédito; • Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios de atividades de securitização, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Porto de Vitoria Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2024.

bakertilly

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1
Fábio Rodrigo Muralo - Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSÃO CULTURAL - CNPJ: 08.745.680/0001-84

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2023 - R$

ATIVO	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2023
Circulante	**20.252.024**	**Circulante**	**18.067.215**
Banco conta Movimento	395	Fornecedores	13.013
Aplicação contas Movimento	1.665	Encargos Sociais	195.328
Banco conta Movimento - Projetos	5.119.626	Encargos Fiscais	16.157
Aplicação conta Movimento Projetos	2.428.996	Contas correntes projetos	369.750
Movimento Bloqueios - Projetos - Captados	144	Projetos Captados	7.721.527
Aplicações Bloqueios - Projetos - Captados	7.721.383	Projetos Execução	9.751.440
Clientes	1.443	**Não circulante**	**5.601.802**
Adiantamentos	2.775.554	ContaTransitória	1.748.615
Adiantamentos Projetos	2.202.819	Projetos / Patrocínios	3.853.187
Não circulante	-	**Patrimônio Social**	**(3.416.993)**
Imobilizado Líquido	-	Patrimonio Social	(3.416.993)
Total do Ativo	**20.252.024**	**Total do Passivo**	**20.252.024**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - R$

	Déficit Acumulado	Ajustes de Exercícios Anteriores	Superávit (Déficit) do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2022	**(3.416.993)**	-	-	**(3.416.993)**
Déficit do Exercício	-	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-			
Saldo em 31/12/2023	**(3.416.993)**	-	-	**(3.416.993)**

Demonstração do Resultado do Exercício - R$

Receitas	31/12/2023	Receitas Financeiras de Subvenções	31/12/2023
(+) Doações	55.133	(+) Federais	263.264
(+) Vendas	181.956	(+) Estaduais	95.142
(+) Doações Pessoas Jurídicas	235.327	(+) Municipais	54.691
(+) Doações - Apadrinhamento	7.760	**(=) Receitas Financeiras de Subvenções**	**413.097**
(+) Receita com projetos patrocinados	148.000	**Receita Operacional**	**26.101.053**
(+) Doações Nota Fiscal Paulista	465.477	**(+/-) Despesas Subvenções**	
(+) Receitas de Serviços	55.000	(-) Federais	16.727.066
(+) Inscrições VIII Inclusão a toda Prova	395.003	(-) Estaduais	3.852.567
(+) Inscrições IX Corrida pela Inclusão	481.582	(-) Municipais	2.004.820
(+) Inscrições IX Inclusão a toda Prova	666.646	**(=) Despesas Subvenções**	**22.584.452**
(+) Inscrições X Corrida pela Inclusão	320.000	**Despesas Financeiras Subvenções**	
(=) Receitas	**3.011.883**	(-) Federais	263.264
Receitas Subvenções		(-) Estaduais	95.142
(+) Federais	16.727.066	(-) Municipais	54.691
(+) Estaduais	3.852.567	**(=) Despesas Financeiras Subvenções**	**413.097**
(+) Municipais	2.004.820	**(+/-) Despesas Operacionais**	
(=) Receitas Subvenções	**22.584.452**	(-)Despesas Gerais e Administrativas	2.882.494
Deduções de Receita		(-)Despesas com Projetos	51.482
(-) Devoluções de Captação	-	(-)Despesas Tributárias	2.663
Receitas Total de Subvenções	**22.584.452**	(-)Despesas Financeiras	76.865
Receitas Institucionais	**90.000**	(-)Despesas Institucionais	90.000
Receitas Financeiras			**3.103.503**
(+) Rendimentos	1.621	**Despesa Operacional**	**26.101.053**
(=) Receitas Financeiras	**1.621**	**(=) Superávit (Déficit) do Exercício**	**-**

Demonstração do Fluxo de Caixa - R$ - 2023

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2023
Superávit / (Déficit) do Exercício	-
Ajustes	
Depreciações e Amortizações	-
Superávit (Déficit) Ajustado	-
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) Redução - Contas Bloqueio - Captação	(144)
(Aumento) Redução Aplicação Conta Bloqueio	(1.194.420)
(Aumento) Redução - Clientes	1.016
(Aumento) Redução - Adiantamentos	(2.567.687)
(Aumento) Redução - Adiantamentos Projetos	(2.202.819)
Aumento/(Redução) em Fornecedores	11.421
Aumento(Redução) em Encargos Sociais	50.375
Aumento(Redução) em Encargos Fiscais	(63.083)
Aumento(Redução) em Contas Correntes Projetos	369.750
Aumento(Redução) em Projetos Conta Bloqueio Captação	(11.492)
Aumento(Redução) em Projetos Conta Bloqueio Captação 2021	(1.608.533)
Aumento(Redução) em Projetos Conta Bloqueio Captação 2022	(3.964.688)
Aumento(Redução) em Projetos Conta Bloqueio Captação 2023	6.779.277
Aumento(Redução) em Projeto 2020	(17)
Aumento(Redução) em Projeto 2021	(26.942)
Aumento(Redução) em Projeto 2022	(7.099.559)
Aumento(Redução) em Projeto 2023	6.419.971
Aumento(Redução) em Projetos 2023 Longo Prazo	2.231.432
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(2.876.141)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de ativo imobilizado (Aumento) Redução	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimento conforme contrato de mútuo - Aumento (Redução)	(47.336)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(47.336)**
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(2.923.477)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	10.474.158
No fim do exercício	7.550.682
	(2.923.477)

Wolf Vel Kos Trambuch - Presidente - CPF: 298.783.227-34 **Adilson Secco** - Contador - CT/CRC 1 SP 161939/O-7

A Íntegra das Demonstrações Financeiras, contendo as Notas Explicativas, estão à Disposição dos Interessados na Sede do Instituto.

Luiz Rafael Lemuchi de Lima

Leiloeiro Oficial - Matrícula: 20/315L - Jucepar
www.domhaleiloes.com

204 Veículos — COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

41 3134-3450

ONLINE LEILÃO dia 02/04/2024 TERÇA-FEIRA
Leilão 13h30

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: ARGO 2017 2018 BIZ 125 2006 2 C 100: 2005 2004 2005 C3 2014 2015 C3 PICASSO 2012 2013 CAPTUR 2019 2020 CBR 600F 1998 CBR 650F 2015 CELTA 2007 2008 CERATO 2013 2014 CG 125 2001 2002 2 CG 160: 2020 2016 CHEVETTE 1991 CITY 2013 2 CIVIC: 2019 2020 2003 CLASSIC 2013 2014 CLIO 2015 2016 9 COROLLA: 2012 2015 2016 2014 2015 2018 2019 2014 2015 2012 2003 2011 2012 2018 3 CORSA: 1998 1999 1995 1996 1995 CRETA 2017 CRUZE 2012 3 CR-V: 2009 2010 2011 2011 DELIVERY 2014 2015 2 ECOSPORT: 2004 2017 ELANTRA 2012 2013 ELITE 2019 2 ESCORT: 1992 1999 2000 ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2 FIT: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 15 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2010 2011 1994 2004 1993 1996 2011 2012 1996 2018 2012 2013 2006 2004 2005 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2 HILUX CD 2011 2012 130 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2013 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 7 PALIO: 2016 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE 2017 2018 2 S10: 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2012 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX 2012 6 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 STRALIS 2012 2013 SUPER 2009 TORO 2019 2020

Nº dos Chassis: 1Z012858 Recortado 2P080609 Recortado 3J507780 Recortado 54066116 Normal 5a920799 Normal 68612018 Recortado 6G123403 Normal 6J495249 Normal 6R824856 Normal 6T063718 Normal 72520960 Normal 73238022 Normal 7P079799 Normal 80105254 Normal 84082925 Normal 86173230 Normal 88249231 Normal 8B000533 Normal 8G501482 Normal 8P045271 Normal 8T204856 Normal 95014052 Recortado 9B235240 Recortado 9B270909 Normal 9C429279 Normal 9G016676 Normal 9J273750 Normal 9R000366 Normal 9T019718 Recortado 9T136660 Normal 9Z101335 Normal AC944420 Normal AFS05641 Normal AG256378 Normal AU130465 Normal AZ116065 Normal B2528989 Normal B4136716 Normal B4338768 Normal B6491010 Recortado B8014695 Normal BA846778 Normal BB269767 Normal BB302543 Normal BL500350 Normal BL513871 Normal BR256657 Normal BT032731 Recortado BT042558 Normal BT278434 Normal C2215793 Normal C2217895 Normal CB157429 Normal CB327227 Normal CC196155 Normal CC628903 Normal CJ109712 Normal CJ871120 Normal CL237662 Normal CP034887 Normal CR500386 Normal CT104710 Normal D0011516 Normal D2124213 Normal D6880687 Normal D8005931 Normal DA002942 Normal DB005342 Normal DB557222 Normal DBB76127 Normal DBB76167 Normal DC453492 Normal DG000288 Normal DJ419280 Normal DJ597285 Normal DL399758 Normal DT154218 Normal DT258801 Normal E0519689 Normal E2193497 Recortado E7818819 Normal EA055256 Normal EB134952 Normal EB214080 Normal EB297873 Normal EB540791 Normal EG124009 Normal EG218455 Normal EJ215447 Normal EK393488 Normal EK408025 Normal EK410559 Normal EL790445 Normal EL843203 Normal EL916048 Normal EP120675 Normal EP208766 Normal ER113873 Normal ER324885 Normal ER500673 Normal ES671324 Normal ET308540 Normal EU155243 Normal F0000157 Normal F0007263 Normal F1130128 Normal F4017830 Normal FB073022 Normal FB102482 Normal FB107312 Normal FB526821 Normal FB754909 Normal FB761557 Normal FB762325 Normal FB810235 Normal FD009206 Normal FE153197 Normal FG247204 Normal FG345364 Normal FG410438 Normal FH544116 Normal FP454252 Normal FT585219 Normal FZ231904 Normal g3269296 Normal GJ409834 Normal HJ465388 Normal HJ514112 Recortado HJ658000 Normal HJ791861 Recortado HL466399 Recortado HL467496 Normal HP754005 Normal J0120663 Normal J4A75075 Normal J8101989 Normal JG262958 Normal JG365906 Normal JJ156326 Normal JJ915812 Normal JKH52426 Normal JP035722 Normal JY200954 Normal K4010123 Normal K4016060 Normal K4025669 Normal k8011647 Recortado K8239590 Recortado KB113521 Normal KB127621 Normal KG420702 Recortado KG501643 Normal KJA00673 Normal KP098502 Normal KR005056 Normal KS002076 Normal KT135633 Recortado KZ207807 Normal L8084376 Normal LB042409 Recortado LKD06301 Recortado LP068532 Normal LR114086 Normal M3394151 Recortado M4057748 Normal M4094281 Normal M4A94701 Normal M8126124 Normal M8833836 Normal MJ783385 Recortado MP001258 Normal MP016014 Normal MP087730 Normal MR015735 Normal MR020008 Normal MR106535 Normal MU130829 Normal N2071607 Normal N2090736 Recortado N4056100 Normal NE202996 Normal NG178969 Normal NJ233558 Normal NJ914435 Normal NK106022 Normal NKL65191 Normal NP026105 Normal NR084935 Normal NS197724 Normal NYL79994 Normal NYX43884 Normal PA000968 Normal PB123182 Normal PR075959 Normal PT046109 Normal PY888991 Normal PYX99913 Normal PZ924614 Normal RZ929867 Normal TC701168 Recortado VC610915 Normal WR626477 Normal YJ135976 Recortado

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEIOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450
(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

Opersan Resíduos Industriais S.A.

CNPJ/MF nº 07.234.499/0001-40

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de reais - R$)

Relatório da Administração: Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. **A Administração**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante	**55.235**	**52.999**	**51.262**	**49.940**
Caixa e equivalente de Caixa	1.009	956	324	956
Aplicações Financeiras	13.707	9.081	14.425	9.125
Contas a Receber	24.376	25.541	20.257	22.341
Ativos de Contratos CP	7.741	8.908	7.741	8.908
Impostos a recuperar	3.808	3.826	3.824	3.842
Estoques	1.198	2.039	1.266	2.113
Despesas Antecipadas	607	314	627	315
Outros créditos	2.789	2.334	2.798	2.340
Não Circulante	**129.168**	**145.258**	**133.723**	**148.833**
Depósitos Judiciais	308	246	308	246
Outros créditos	-	731	-	731
Ativos de Contratos LP	24.289	34.652	24.289	34.652
Créditos com Empresas Relacionadas	-	53	-	-
Impostos a recuperar LP	1.807	2.251	1.807	2.251
Impostos Diferidos	443	269	443	269
Investimentos	4.263	5.985	-	-
Imobilizado	46.197	48.929	53.407	56.614
Intangível	51.861	52.142	53.469	54.070
Total do Ativo	**184.403**	**198.257**	**184.985**	**198.773**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante	**34.285**	**25.706**	**34.857**	**26.222**
éstimos e Financiamentos	13.568	8.251	13.568	8.251
Fornecedores	3.153	4.451	3.233	4.533
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.856	6.039	6.046	6.225
Obrigações tributárias	2.384	2.826	2.427	2.876
Passivos de Contratos	227	685	227	685
Outras contas a pagar	9.097	3.454	9.356	3.652
Não Circulante	**29.085**	**47.725**	**29.095**	**47.725**
Empréstimos e Financiamentos	19.699	35.993	19.699	35.993
Provisão para riscos processuais	110	17	110	17
Obrigações tributárias LP	3.348	4.390	3.358	4.390
Passivos de Contratos	5.928	7.325	5.928	7.325
Patrimônio Líquido	**121.033**	**124.826**	**121.033**	**124.826**
Capital social	116.841	116.841	116.841	116.841
Reservas de capital	68.314	68.314	68.314	68.314
Prejuízos acumulados	(64.122)	(60.329)	(64.122)	(60.329)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	121.033	124.826	121.033	124.826
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**184.403**	**198.257**	**184.985**	**198.773**

Demonstrações do Resultado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita líquida de vendas e serviços	**95.498**	**100.034**	**97.798**	**103.483**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(76.562)**	**(80.108)**	**(80.209)**	**(84.096)**
Lucro bruto	**18.936**	**19.926**	**17.589**	**19.387**
Despesas Operacionais	**(18.400)**	**(17.087)**	**(17.027)**	**(16.500)**
Gerais e administrativas	(10.345)	(9.727)	(10.349)	(9.766)
Comerciais	(6.333)	(6.305)	(6.678)	(6.734)
Equivalência patrimonial	(1.722)	(1.055)	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**536**	**2.839**	**562**	**2.887**
Resultado financeiro	**(4.356)**	**(5.972)**	**(4.382)**	**(6.020)**
Receitas financeiras	1.344	546	1.346	550
Despesas financeiras	(5.700)	(6.518)	(5.728)	(6.570)
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da Contribuição social	**(3.820)**	**(3.133)**	**(3.820)**	**(3.133)**
Imposto de renda e contribuição social	**27**	**297**	**27**	**297**
Diferidos	174	297	174	297
Correntes	(147)	-	(147)	-
Prejuízo líquido do exercício	**(3.793)**	**(2.836)**	**(3.793)**	**(2.836)**
Prejuízos Atribuivel a:				
Resultado proveniente de operações continuadas	(3.793)	(2.836)	(3.793)	(2.836)
Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Exercício	(3.793)	(2.836)	(3.793)	(2.836)
Prejuízo do exercício por ação - R$ (básico e diluído)	**(0,41)**	**(0,31)**	**(0,41)**	**(0,31)**

Demonstrações do Resultado Abrangente	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Prejuízo líquido do exercício	**(3.793)**	**(2.836)**	**(3.793)**	**(2.836)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**(3.793)**	**(2.836)**	**(3.793)**	**(2.836)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**116.841**	**68.314**	**(57.493)**	**127.662**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(2.836)	(2.836)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**116.841**	**68.314**	**(60.329)**	**124.826**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(3.793)	(3.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**116.841**	**68.314**	**(64.122)**	**121.033**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Prejuízo líquido do exercício	(3.793)	(2.836)	(3.793)	(2.837)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	11.260	9.949	16.206	10.828
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(1.343)	(546)	(1.346)	(550)
Equivalência patrimonial	1.722	1.055	-	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.610)	(267)	(1.609)	(329)
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	2.217	2.915	2.217	2.915
(Reversão) constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	93	(14)	93	(14)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(174)	(297)	(174)	(297)
Valor residual do ativo imobilizado baixados	5.685	127	5.354	127
Ganho (Perda) não realizada em operações com instrumentos financeiros derivativos	5.774	2.525	5.775	2.696
Ganho não realizado com variação cambial	(2.691)	(361)	(2.691)	(361)
(Aumento) redução dos ativos operacionais:				
Contas a receber	2.775	(2.699)	3.693	(2.085)
Ativos de contratos	11.530	4.601	11.530	4.601
Estoques	841	(373)	847	(405)
Impostos a recuperar	(55)	(482)	(55)	(474)
Impostos a recuperar de ativos de contratos	517	146	517	146
Partes relacionadas	53	(53)	-	-
Outros ativos	(602)	1.131	(625)	1.140
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(1.298)	768	(1.299)	819
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias	(267)	1.262	(260)	1.188
Obrigações tributárias de passivos de contratos	(1.400)	(676)	(1.400)	(676)
Passivos de contratos	(1.855)	(668)	(1.855)	(668)
Outros passivos	393	812	453	414
Caixa gerado pelas atividades operacionais	27.772	16.019	31.578	16.178
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.435)	(3.062)	(2.435)	(3.062)
Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais	25.337	12.957	29.143	13.116
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(13.872)	(5.400)	(13.368)	(5.582)
Aquisição de intangível	(60)	(25)	(4.384)	(25)
Aplicações financeiras	(3.283)	(6.150)	(3.269)	(6.127)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(17.215)	(11.575)	(21.021)	(11.734)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.974)	(21.296)	(6.974)	(21.296)
Pagamento de arrendamento mercantil	(1.245)	(668)	(1.245)	(668)
Pagamento - Partes Relacionadas	-	(15.423)	-	(15.423)
Captação de empréstimos	150	36.049	150	36.049
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(8.069)	(1.338)	(8.069)	(1.338)
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**53**	**44**	**53**	**44**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	956	912	956	912
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.009	956	1.009	956
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**53**	**44**	**53**	**44**

Demonstrações Contábeis - Exercícios findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Opersan Resíduos Industriais S.A. ("Companhia") foi criada em junho de 2012, por meio da associação do P2 Brasil Infraestrutura – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("P2 Brasil"), fundo de investimento em infraestrutura da América Latina, com a Enasa Engenharia Indústria e Comércio de Materiais e Equipamentos para Saneamento e Meio Ambiente S.A. ("Enasa"), empresa de engenharia de saneamento, e a Opersan Resíduos Industriais S.A. ("Opersan"), especializada no tratamento de efluentes industriais perigosos. Em 24 de novembro de 2020, o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("P2 Brasil"), vendeu suas ações para o grupo Oper Participações (controladores da Opersan). A Companhia fornece soluções completas e diferenciadas para o tratamento de águas e efluentes. Ela está presente em 9 Estados brasileiros, com operações em 56 estações de tratamento, e possui um portfólio superior a 600 clientes. A Opersan foi constituída pela compra e incorporação de diversas empresas com mais de 33 anos de experiência nas diferentes áreas envolvidas no desenvolvimento de projetos para o meio ambiente. **2. Políticas contábeis materiais - 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria

Diretor Presidente - Fernando de Oliveira Carvalho **Contadora -** Elisabeth Satomi Gasperoni - CRC 1SP271664/O-0

BIOMM S.A.

CNPJ Nº 04.752.991/0001-10 - NIRE Nº 31.300.016.510
Companhia Aberta

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **BIOMM S.A.** ("Companhia" ou "Biomm") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parte, Gleba 28, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-000, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; **(iii)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e **(iv)** Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos Artigos 11 e 13, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO, incluindo este Edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia ("Proposta da Administração") e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomm.com), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da AGO ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração.

Nova Lima/MG, 28 de março de 2024.
Cláudio Luiz Lottenberg
Presidente do Conselho de Administração

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA

CNPJ/MF nº 09.068.805/0001-41 - NIRE 35.300.346.866

Edital de Convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de Forma Exclusivamente Digital

Ficam os Senhores Acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, **em primeira convocação**, no dia **15 de abril de 2024, às 10:00 horas**, **de forma exclusivamente digital,** nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A, da Lei Federal nº 6.404/76 e da Instrução Normativa n° 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI ("IN DREI nº 81"), através da Plataforma *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital") no *link* disponível no website https://ri.santoantonioenergia.com.br/agoe2024-madeiraenergia/, a fim de deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**: em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como indicar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração; (iv) deliberar sobre eventual instalação e composição do Conselho Fiscal da Companhia; e, em Assembleia Geral Extraordinária: (v) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; (vi) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2024; e (vii) instruir o voto da Companhia, na condição de acionista única da Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA"), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.391.823/0001-60, para tomar todas as providências cabíveis no sentido de deliberar a respeito das mesmas matérias constantes dos itens acima no âmbito de sua subsidiária integral. Os documentos que suportarão as deliberações estão disponibilizados a todos os acionistas no website https://ri.santoantonioenergia.com.br/agoe2024-madeiraenergia/, onde também estão disponíveis os boletins de voto a distância ("Boletim de Voto") para estas Assembleias Gerais. A Companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que assim solicitarem por escrito, por meio do endereço eletrônico abaixo indicado. De qualquer forma, os documentos relacionados à matéria (i) da Assembleia Geral Ordinária já foram publicados no Jornal O Dia SP e no portal da internet do mesmo jornal no dia 15 de março de 2024, nos termos do artigo 133, da Lei Federal nº 6.404/76. **Instruções Gerais:** Os acionistas poderão optar pela participação (i) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim de Voto, que pode ser acessado no *website* citado acima; e (ii) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído. Os acionistas deverão enviar eletronicamente à Companhia os documentos societários de comprovação de poderes de seu(s) representante(s) legal(is), acompanhados de documento de identidade com foto deste(s), e, se desejarem ser representados por procurador, deverão enviar os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, à Companhia. Em todos os casos, tais documentos deverão ser encaminhados por via eletrônica, sob a referência "Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária", com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização das Assembleias Gerais, sendo admitido o protocolo por meio eletrônico, no endereço eletrônico lucianavasconcellos@santoantonioenergia.com.br, respeitada, em qualquer caso, as disposições de que trata a Seção VIII do Anexo V da IN DREI nº 81 a respeito das sociedades anônimas.

São Paulo, 27 de março de 2024
MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA
EDUARDO HAIAMA - Presidente do Conselho de Administração

Instituto Maragata

CNPJ nº 14.727.852/0001-90

Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Maragata

Prezados Associados(as), pela presente, ficam V.Sas. convocados para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária do **Instituto Maragata**, associação sem fins lucrativos, inscrita sob **CNPJ nº 14.727.852/0001-90**, Rodovia Engenheiro Paulo de Tarso Souza Martins, número 4.700, bairro Recanto Campestre Internacional de Viracopos Gleba 7, Indaiatuba, SP, com CEP: 13336-000, **às 10 horas do dia 09 de abril de 2024**, a fim de deliberar sobre a matéria da seguinte ordem do dia: (i) Reeleição da Diretoria e Conselho Fiscal; (ii) Alteração do Estatuto Social. Se não houver número de associados presentes em primeira convocação, instalar-se-á a Assembleia em segunda, com qualquer número, às 10:30 horas. Agradecendo o seu comparecimento, subscrevo-me atenciosamente.

Indaiatuba em 27 de março de 2024.
João Gaspar Martins Bastos - Instituto Maragata

BSL Home Care Holding Ltda

CNPJ nº 26.734.402/0001-03 - NIRE 35.234.035.616

Ata de Reunião de Sócios realizada em 22 de março de 2024

Aos 22/03/2024, às 10h., na sede, com a presença totalidade. **Mesa:** Presidente: Yang Yen Wang, Secretário: Wu Yong Le. **Deliberações Unânimes:** (i) A redução do valor subscrito e a integralizar da Companhia no importe de R$ 8.500.000,00 divididos em 8.500.000,00 quotas. O capital subscrito e totalmente integralizado da companhia passa a ser de R$ 100.010.404,00 divididos em 100.010.404,00 quotas. (ii) A redução do capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia, nos termos do artigo 1082 inciso I e artigo 1.083 do Código Civil, mediante a absorção do saldo do prejuízo contábil acumulado histórico apurado até 30 de setembro de 2023 no valor de R$ 67.368.309,33 conforme Balanço Patrimonial levantado em 30/09/2023. Para fins de cálculo do capital social subscrito e totalmente integralizado, bem como quantidade de quotas após a absorção do saldo do prejuízo contábil os centavos serão desprezados. Portanto, o capital social da Companhia passa de 100.010.404,00 divididos em 100.010.404,00 quotas, para R$32.642.095,00 divididos em 32.642.095 quotas subscrito e totalmente integralizado. (iii) A única sócia aprovou mais uma redução do capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia, nos termos do artigo 1.082 inciso II e 1.084 do Código Civil, por ter sido julgado excessivo às atividades desenvolvidas pela Companhia. Portanto, o capital social da Companhia, mediante o cancelamento de 5.500.000,00 quotas, no valor de R$ 5.500.000,00, passa de R$32.642.095,00 divididos em 32.642.095 quotas, para R$ 27.142.095 dividido em 27.142.095 quotas subscrito e totalmente integralizado. A Cláusula 4ª do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula 4 ª – Do Capital Social:** 4.1. O capital social da Sociedade é de R$ 27.142.095 dividido em 27.142.095 quotas subscritas totalmente e integralizadas em moeda corrente nacional. § primeiro - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas respectivas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. § segundo – A cada quota corresponde um voto nas deliberações sociais." Nada mais. São Paulo, 22 de março de 2024.

Banco Bradesco BBI S.A.

CNPJ nº 06.271.464/0001-19 – NIRE 35.300.335.791

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias mês de dezembro de 2023, às 8h50, reuniram-se, na sede social Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, tendo assumido a presidência dos trabalhos o senhor Bruno D'Avila Melo Boetger, que convidou o senhor Clayton Neves Xavier para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Eurico Ramos Fabri** ao cargo de Diretor Geral, em carta de 27.11.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Bruno D'Avila Melo Boetger, Clayton Neves Xavier, Luis Felipe Thut Maciel, Nairo José Martinelli Vidal Júnior, Oswaldo Tadeu Fernandes e Rafael Padilha de Lima Costa. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel do trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco BBI S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 101.755/24-7, em 13.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Somos Sistemas de Ensino S.A.

CNPJ/MF nº 49.323.314/0001-14 - NIRE 35.300.389.379 - Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Encontram-se disponíveis na sede da Companhia. São José dos Campos, 28 de março de 2024.
Marcelo Vieira Werneck - Diretor de Relações com Investidores

Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.

CNPJ nº 58.229.246/0001-10 – NIRE 35.300.138.767

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 15h30, reuniram-se, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, os membros da diretoria da Sociedade, tendo assumido a presidência dos trabalhos o senhor Bruno D'Avila Melo Boetger, que convidou o senhor Oswaldo Tadeu Fernandes para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Eurico Ramos Fabri** ao cargo de Diretor Geral, em carta de 27.11.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Bruno D'Avila Melo Boetger, Oswaldo Tadeu Fernandes, Clayton Neves Xavier, Nairo José Martinelli Vidal Júnior e Roberto Medeiros Paula. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.** por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 123.704/24-8, em 19.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144 | Código CVM nº 2490-2

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam convocados os acionistas da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 10h00 ("AGO"). A AGO será realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *"Microsoft Teams",* conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e disciplinada na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(i)** apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas (a) do relatório dos administradores sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (b) do relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia; (c) do relatório anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; e (d) do parecer favorável do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as demonstrações individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** destinação o resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** ratificação da eleição do Sr. Marcelo Alejandro Williams para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; e **(iv)** fixar o limite global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos:** Os acionistas que desejarem atender à AGO deverão fazê-lo exclusivamente por meio da plataforma digital *"Microsoft Teams",* nos termos descritos no presente Edital de Convocação, através de link a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se credenciarem previamente. Na forma do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, considerando a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que desejarem participar da AGO deverá, impreterivelmente, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço de e-mail ri@mitrerealty.com.br, **com antecedência mínima de 2 (dois) dias em relação à data de realização da AGO (ou seja, até o final do dia 27 de abril de 2024),** para fins de: **(a)** realizar o depósito prévio de toda a documentação necessária para participação e representação na AGO, conforme descrito neste Edital de Convocação; e **(b)** especificar o nome e documento de identificação da pessoa natural que atenderá remotamente à AGO. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2024, nos termos aqui previstos, não poderão participar da AGO. Adicionalmente, uma vez que AGO será realizada **de modo exclusivamente digital,** a Companhia esclarece que não será mantida qualquer estrutura na sede social para atendimento presencial de acionistas que desejarem participar da AGO. **Documentação de Representação:** Nos termos do parágrafo 1º, artigo 9º do estatuto social da Companhia, os acionistas que manifestarem o seu interesse em participar da AGO dentro do prazo mínimo de antecedência descrito no item *"Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos"* acima, deverão apresentar: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à AGO; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, sem a necessidade de que tal pessoa seja administrador da Companhia, acionista ou advogado (vide Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail: ri@mitrerealty.com.br. Para fins da AGO, a Companhia, excepcionalmente, dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os documentos contenham, sempre que possível e conforme o caso, autenticação digital da assinatura do acionista ou do seu representante legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia. **Credenciamento e Participação dos Acionistas:** Após envio da documentação de representação necessária, os acionistas receberão convite com as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital *"Microsoft Teams".* Visando à segurança da AGO, o acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem previamente, nos termos deste Edital de Convocação. Os convites individuais com credenciais de acesso e instruções aplicáveis para participação na AGO serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação na forma referida no item *"Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos"* acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, por meio dos convites individuais, os acionistas previamente credenciados ou seus representantes legais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e regulamentação aplicável. Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da AGO, solicitamos que, caso o acionista não receba o referido convite individual para participação na AGO até às 17:00h do dia 28 de abril de 2024, referido acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 4810-0582, para que seja prestado o suporte adequado. A Companhia disponibilizará suporte para acesso à plataforma digital através do referido telefone até 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da AGO. Os acionistas que participarem da AGO poderão, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 28 da Resolução CVM 81: (i) simplesmente participar da AGO, sem votar, caso tenham ou não enviado Boletim de Voto a Distância; ou (ii) participar e votar na AGO. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, mas, ainda assim, queira votar na AGO, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ. Os acionistas que desejarem se manifestar durante algum momento da AGO deverão avisar a sua intenção pelo chat e aguardar o momento da palavra lhe ser conferida durante o conclave. Ressalta-se que tanto os acionistas que optarem por votar por meio do Boletim de Voto a Distância quanto os acionistas que optarem por participar da AGO através da plataforma digital *"Microsoft Teams"* serão considerados presentes na AGO e assinantes da respectiva ata e livro de presença, na forma do artigo 47 da Resolução CVM 81. **Voto a Distância:** Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação a distância na AGO através o envio do Boletim de Voto a Distância. O Boletim de Voto a Distância deverá ser encaminhado pelo acionista: **(i)** diretamente à Companhia (por correio postal ou eletrônico); **(ii)** ao custodiante do acionista (caso as ações sejam depositadas em depositário central); ou **(iii)** à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários (Itaú Corretora de Valores S.A.), devendo, em qualquer dos casos, ser recebido **até 7 (sete) dias corridos antes** da data da AGO. Deverão ser observados os modelos disponibilizados pela Companhia. **Instruções e Recomendações Gerais:** A AGO será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a AGO que não tenham sido disponibilizados anteriormente e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Será solicitado que o acionista ou seu bastante procurador previamente cadastrado apresente, por meio da câmera de vídeo, o documento de identificação previamente enviado para registro na AGO, e mostre seu rosto pela câmera do dispositivo digital. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da AGO, a fim de permitir a validação do seu acesso. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias ao controle da Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio da plataforma digital. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. São Paulo/SP, 28 de março de 2024. **Pedro Barros Mercadante Oliva -** Presidente do Conselho de Administração.

Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A.

CNPJ nº 61.648.655/0001-65

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais - R$)

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.188	7.482
Títulos e valores mobiliários	5	2.325.259	20.326.071
Contas a receber	6	5.616.978	5.838.989
Estoque	7	2.839.332	2.839.332
Outros créditos		-	227
Impostos a recuperar	8	35.893	33.625
Despesas antecipadas		28.730	28.668
Total do ativo circulante		**10.853.380**	**29.074.394**
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	28.807.119	9.424.518
Depósitos judiciais	9	271.070	226.914
Outras contas a receber		133.137	108.322
Propriedades para investimento	11	93.922.176	95.912.772
Direito de uso	12	4.403.115	5.020.354
Imobilizado líquido	10	2.855.684	2.465.883
Intangível líquido	10	7.398	2.919
Total do ativo não circulante		**130.399.699**	**113.161.682**
Total do ativo		**141.253.079**	**142.236.076**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores		61.776	25.503
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	2.251.988	2.466.110
Dividendos a pagar	19.3	4.443.346	7.769.669
Contas a pagar	16	223.537	199.461
Passivo de arrendamento	12	908.820	861.679
Adiantamento de clientes	15	332.670	596.878
Total do passivo circulante		**8.222.137**	**11.919.300**
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	312.428	854.227
Passivo de arrendamento	12	4.865.220	5.748.308
Adiantamento de clientes	15	1.429.987	1.748.359
Impostos diferidos	18	14.858.577	15.106.314
Outras contas a pagar	16	568.970	568.970
Total do passivo não circulante		**22.035.182**	**24.026.178**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	43.154.328	43.154.328
Reserva de lucros		39.026.605	33.840.545
Ajuste de avaliação patrimonial		28.814.826	29.295.725
Total do patrimônio líquido		**110.995.760**	**106.290.598**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**141.253.079**	**142.236.076**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais - R$)

			Reserva de lucros					
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.702.438	13.702.438	-	13.702.438
Constituição da reserva legal	19.2	-	709.167	-	(709.167)	-	-	-
Realização do custo atribuído líquido		-	-	-	480.900	480.900	(480.900)	-
Dividendo mínimo obrigatório	19.3	-	-	-	(3.368.544)	(3.368.544)	-	(3.368.544)
Destinação dos lucros acumulados		-	-	10.105.626	(10.105.626)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2022		**43.154.328**	**8.333.595**	**25.506.950**	-	**33.840.545**	**29.295.725**	**106.290.598**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.137.750	16.137.750	-	16.137.750
Destinação de dividendos adicionais		-	-	-	(11.582.165)	(11.582.165)	-	(11.582.165)
Reversão de dividendos		-	-	-	4.229.921	4.229.921	-	4.229.921
Constituição da reserva legal	19.2	-	297.271	-	(297.271)	-	-	-
Realização do custo atribuído líquido		-	-	-	480.900	480.900	(480.900)	-
Dividendo mínimo obrigatório	19.3	-	-	-	(4.080.345)	(4.080.345)	-	(4.080.345)
Destinação dos lucros acumulados		-	-	4.888.790	(4.888.790)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2023		**43.154.328**	**8.630.866**	**30.395.740**	-	**39.026.605**	**28.814.826**	**110.995.759**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais - R$)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	30.117.053	27.997.338
(-) Custos	21	(7.346.223)	(7.494.821)
(=) Lucro bruto		**22.770.830**	**20.502.517**
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas e comerciais	22	(3.905.928)	(3.392.246)
Despesas tributárias	23	(2.331.103)	(2.719.856)
		(6.237.031)	**(6.112.102)**
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		**16.533.799**	**14.390.415**
Resultado financeiro	24	4.436.763	3.232.383
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**20.970.562**	**17.622.798**
(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social - Correntes	17.1	(5.199.934)	(3.620.692)
(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social - Diferidos	17.2	367.122	(299.668)
(=) Lucro líquido do exercício		**16.137.750**	**13.702.438**

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
(=) Lucro líquido do exercício	16.137.750	13.702.438
Realização do custo atribuído do imobilizado líquido	480.900	480.900
(=) Resultado abrangente do exercício	**16.618.650**	**14.183.338**

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto) para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais - R$)

Das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes das provisões tributárias	**20.970.562**	**17.622.798**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	3.387.562	3.113.252
Provisão para devedores duvidosos	1.021.307	105.760
Provisão para demandas judiciais	(541.799)	600.458
Apropriação de juros de arrendamento mercantil	326.543	317.668
Lucro ajustado	**25.164.175**	**21.759.936**
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Contas a receber	(799.296)	(1.342.544)
Outros créditos	227	434
Impostos a recuperar	(2.268)	55.188
Despesas antecipadas	(62)	(4.697)
Outras contas a receber	(24.815)	219.847
Depósitos judiciais	(44.156)	(212.014)
Títulos e valores mobiliários	(1.381.789)	(9.692.157)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Fornecedores	36.273	(21.527)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(563.482)	126.438
Contas a pagar	24.076	5.321
Adiantamento de clientes	(582.580)	(535.011)
Tributos diferidos	(247.737)	(247.736)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.483.453)	(3.342.013)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**17.095.113**	**6.769.465**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Propriedades para investimento	3.892	(1.143.713)
Aumento do Imobilizado líquido	(940.790)	(146.303)
Aumento do ativo intangível	(4.479)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(941.377)**	**(1.290.016)**
Fluxo de caixa de financiamento		
Dividendos pagos	(14.758.910)	(4.461.140)
Pagamento de principal de arrendamento mercantil	(1.395.120)	(1.132.980)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(16.154.030)**	**(5.594.121)**
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	**(294)**	**(114.672)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.482	122.154
No final do exercício	7.188	7.482
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	**(294)**	**(114.672)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais - R$)

1. Contexto operacional: A Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A. ("Companhia") é uma Sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo (SP) localizada na Avenida Paulista nº 2.064. É proprietária de um empreendimento localizado na região central de São Paulo, na Avenida Paulista, o qual é utilizado para exploração e locação de espaços comerciais sob a modalidade de Shopping Center. Sua denominação comercial é Shopping Center 3. Sua principal operação gira em torno deste edifício e envolve a administração de suas obras, locação, alienação no todo ou em parte de suas unidades. Em 2023 o faturamento e o lucro líquido cresceram 8% e 18%, respectivamente, em relação ao exercício anterior. Ainda cabe ressaltar que os descontos concedidos foram reduzidos em 22% no mesmo período mencionado anteriormente. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem prazos de depreciação do ativo imobilizado e das propriedades para investimento e de sua recuperabilidade nas operações, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. Essas demonstrações contábeis foram preparadas usando-se o custo histórico como base de valor e quando aplicável ajustado ao valor justo da transação. **2.1. Aprovação das demonstrações contábeis:** A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 16 de fevereiro 2024. **3. Políticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$) a moeda funcional da Companhia. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.3. Títulos e valores mobiliários:** Aplicações contábeis vinculadas à linha de financiamentos com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **3.4. Estoques:** O custo do estoque é baseado no custo histórico da aquisição, sendo mensurado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. **3.5. Despesas antecipadas:** Representam pagamentos antecipados de seguros e outras despesas cujos benefícios ou prestação de serviços à Companhia ocorrerão durante o exercício seguinte. **3.6. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terreno e edifício em Shopping Center mantido para auferir rendimento de aluguel, valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento foram reconhecidas na data de transição às novas práticas contábeis (2010) pelo seu valor justo (*deemed cost*). As avaliações foram feitas por especialistas utilizando modelo "Método Involutivo", aquele baseado em modelo de viabilidade técnico-econômica para estimação do valor do terreno compatível com as características do imóvel e com as condições de mercado. Embora a Companhia reconheça o imóvel a valor de custo, periodicamente realiza a contratação de um terceiro para reavaliação do valor de mercado do imóvel. **3.7. Arrendamentos:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos imóveis alugados"), assim como as despesas de juros correspondentes amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos são alocadas no "Resultado financeiro". A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia para as operações de arrendamento de imóveis comerciais. O percentual utilizado foi de 4,50% ao ano para contratos com vencimento de até 10 anos. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2023 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. **3.8. Imobilizado líquido:** Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.10. Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base no lucro presumido. As alíquotas aplicadas sobre a base de cálculo tributável são de 15% acrescida do adicional de 10% aplicadas sobre o excedente de R$ 60.000 no trimestre para imposto de renda quando aplicável e 9% sobre a base de cálculo para contribuição social. A alíquota de presunção das receitas operacionais é de 32%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes reconhecidos no resultado. **3.11. Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são provenientes do reconhecimento da mais-valia (*deemed cost*) apurada sobre as "Propriedades para investimento". **3.12. Provisões diversas:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.13. Obrigações trabalhistas e tributárias:** As obrigações trabalhistas são representadas por valores a pagar a colaboradores decorrentes de salários, benefícios e os respectivos encargos devidos pela Companhia. O referido grupo contempla também os valores das férias vencidas proporcionais e seus encargos incorridos até a data do balanço apropriados mediante constituição da provisão. As obrigações tributárias são representadas por valores de tributos e contribuições devidos pela Companhia. **3.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses caso contrário são demonstrados como não circulantes. **3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.16. Apuração do resultado - reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **3.16.1. Locação de lojas:** Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior valor entre um valor mínimo mensal reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e um montante obtido pela aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. A Companhia registra suas operações com locação de lojas como arrendamentos mercantis operacionais (locação/aluguel) (CPC 06 (R2)). O valor mínimo do aluguel estabelecido incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários são reconhecidos em bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos independentemente da forma de recebimento. A Companhia possui sazonalidade em suas operações. Historicamente datas festivas e feriados tais como: Natal, Dia das Mães entre outros acarretam impacto positivo nas vendas do shopping center. **3.17. Cessão de direitos:** As cessões de direitos são representadas pelos recebimentos antecipados dos locatários os quais são registrados como adiantamento de clientes e reconhecidos no resultado do exercício linearmente com base no prazo dos contratos de aluguel das lojas. **3.18. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado em que estes custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo é mensurado no reconhecimento inicial mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos menos amortização do principal e juros ajustado para qualquer provisão para perda de créditos esperada. **Valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. **3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de *covenants* como circulante ou não circulante. Segundo as emendas, o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos:** As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. As alterações ao IFRS 16 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 com aplicação retrospectiva. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, Reverse factoring, Confirming e/ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. As alterações ao IAS 7 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 com aplicação retrospectiva. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	6.652	6.652
Banco conta movimento	537	830
	7.188	**7.482**

5. Títulos e valores mobiliários	31/12/2023	31/12/2022
Certificados de depósito bancários (CDB´s)	31.132.378	29.750.589
	31.132.378	**29.750.589**
Circulante	2.325.259	20.326.071
Não circulante	28.807.119	9.424.518
	31.132.378	**29.750.589**

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB´s) e estão atualizados pelos rendimentos auferidos reconhecidos proporcionalmente até a data das informações anuais não excedendo os seus respectivos valores de mercado. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros aproximadamente 101,74% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6. Contas a receber:** O contas a receber da Companhia se refere ao aluguel das lojas do shopping Center 3:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	10.009.580	9.210.284
Provisão para perda esperada	(4.392.602)	(3.371.295)
	5.616.978	**5.838.989**

6.1. *Aging* do contas a receber	
A vencer	4.468.700
Vencidos até 30 dias	217.669
Vencidos entre 31 e 60 dias	399.195
Vencidos entre 61 e 90 dias	531.414
Vencidos acima de 90 dias	4.392.602
Total	**10.009.580**

6.2. Movimentação da provisão para perda esperada	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**(3.371.295)**	**(3.547.687)**
Adições	(2.479.678)	(806.505)
Reversões	1.458.371	982.897
Saldo final	**(4.392.602)**	**(3.371.295)**

7. Estoque: Em 2020 a Companhia recebeu através de dação em pagamento decorrente de acordo judicial dois imóveis denominados: "Sítio Pousada Alvorada dos Pilões" adjudicado pelo valor de R$ 3.360.000 e "Vaga de Automóvel-Conjunto Nacional" adjudicado pelo valor de R$ 50.000. Em 2021 a Administração colocou os imóveis à venda, desta forma os ativos foram reclassificados de Propriedade para investimento para o estoque. No mesmo ano a Companhia realizou a avaliação do imóvel o qual foi constatado que seu valor de mercado estava inferior ao saldo contábil, gerando um ajuste contábil de R$ 570.668 em 31 de dezembro de 2021. Em 2023 o Sítio permanece disponível para venda, a Administração efetuou a análise dos indicativos de perda e não houve atualização em relação ao seu valor de mercado.

	31/12/2023	31/12/2022
Imóvel – Sítio	3.360.000	3.360.000
Garagem	50.000	50.000
Impairment	(570.668)	(570.668)
	2.839.332	**2.839.332**

8. Impostos a recuperar	31/12/2023	31/12/2022
CSLL a compensar	17.286	12.068
COFINS a compensar	1.467	-
PIS a compensar	318	-
IRPJ a compensar	16.389	21.558
Outros	433	-
	35.893	**33.626**

9. Depósitos judiciais: A Companhia possui processos judiciais em andamento de natureza cível.

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais	271.070	226.914

Os pagamentos em depósitos judiciais estão atrelados aos seus respectivos processos em andamento, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Empresa	Valor do depósito judicial
Tribunal de justiça	59.523
Taco Bell	56.207
Receita Federal do Brasil	139.290
EOZ	16.050
Total	**271.070**

10. Ativo imobilizado e intangível, líquido

Ativo	% - Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20	45.001	(41.416)	3.585	6.504
Móveis e utensílios	10	481.359	(252.222)	229.137	276.068
Máquinas e equipamentos	10	1.350.931	(1.113.062)	237.869	370.145
Benfeitoria em imóveis de terceiros (a)	10	3.447.965	(1.062.872)	2.385.093	1.813.166
Total Imobilizado		**5.325.256**	**(2.469.572)**	**2.855.684**	**2.465.883**
Software		36.711	(32.233)	4.479	-
Marcas e patentes		2.919	-	2.919	2.919
Total Intangível		**39.630**	**(32.233)**	**7.398**	**2.919**

(a) A depreciação de benfeitoria em imóveis de terceiros é feita com base na vigência dos contratos de locação.

10.1. Movimentação imobilizado e intangível	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**2.468.802**	**2.787.014**
(+) Adições	945.860	146.303
(-) Depreciação do exercício	(551.580)	(464.515)
Saldo final	**2.863.082**	**2.468.802**

11. Propriedades para investimento

	% - Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Propriedade para investimento - 31/12/2023	Propriedade para investimento -31/12/2022
Terreno (a)	-	33.049.250	-	33.049.250	33.049.250
Construções (a)	2,4390	60.370.300	(16.318.207)	44.052.093	45.346.822
Edificações (a)	2,4390	19.736.256	(3.567.754)	16.168.501	16.652.801
Cruzeiro's (b)	20,0000	1.012.534	(360.202)	652.332	863.899
		114.168.340	**(20.246.163)**	**93.922.176**	**95.912.772**

(a) Em 2010 a propriedade para investimento foi reconhecida pelo seu valor justo (*deemed cost*) o qual foi registrado de acordo com o laudo técnico elaborado por uma empresa terceirizada independente. A Administração da Companhia não identificou indicadores de perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos. A taxa de depreciação foi recalculada considerando a vida econômica remanescente de 41 anos conforme avaliações de uma empresa terceirizada independente contratada pela Companhia. A Companhia por meio da empresa terceirizada APASIX Consultoria e Engenharia de Avaliações realizou a revisão do valor de mercado em 31 de dezembro de 2021. De acordo com o laudo técnico emitido o valor de mercado do imóvel em 2021 é de R$ 151.322.675 sendo R$ 83.680.000 valor do terreno e R$ 67.642.675 valor da construção. O avaliador considerou uma conjugação de métodos, utilizando o "Método comparativo direto de dados de mercado" para determinação do valor do terreno e o "Método da quantificação do custo" para determinação do valor das edificações e benfeitorias. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou estudo interno levando em consideração a análise dos indicativos de *impairment* e cenário econômico, para o qual não foi observado mudanças significativas, bem como não houve indícios de perda. Consequentemente não há oscilação significativa em relação ao valor de mercado estimatido acima. (b) Em 2022 a Administração fez um acordo com o Cruzeiro's bar, o qual ficou responsável por reformar o espaço do restaurante mediante a cobrança que será acrescida através do contrato de locação de 60 meses com início em 01 de fevereiro de 2022 e com término previsto para 31 de janeiro de 2027.

11.1. Movimentação propriedades para investimento	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**95.912.772**	**96.689.923**
(+/-) Adições/baixas	(3.892)	1.143.713
(-) Baixas/depreciação do exercício	(1.986.704)	(1.920.864)
Saldo final	**93.922.176**	**95.912.772**

12. Direito de uso e arrendamentos: A Companhia efetuou arrendamento de três imóveis não residenciais com o intuito de expandir o Shopping Center 3, tais contratos possuem vigência entre 03/2020 e 01/2030. A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 data de transição as diretrizes do CPC 06 (R2) – "Operações de Arrendamento Mercantil" que determina o reconhecimento a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento e que inclui o direito de controlar e obter o benefício sobre o uso de determinado ativo especificado (específico) a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia para as operações de arrendamento de imóveis comerciais foram de 4,50% ao ano para contratos com vencimento de até 10 anos. A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**5.020.354**	**5.756.748**
Adições	187.734	50.299
Atualização monetária do contrato	46.537	(59.093)
Depreciação	(851.511)	(727.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.403.114**	**5.020.354**
Passivo	**6.609.987**	**7.433.819**
Saldo anterior		
Adições/Reduções	232.630	(8.520)
Pagamento passivo de arrendamento	(1.395.120)	(1.132.980)
Apropriação de juros	326.543	317.668
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.774.040**	**6.609.987**
Circulante	908.820	861.679
Não circulante	4.865.220	5.748.308
	5.774.040	**6.609.987**

13. Provisão para demandas judiciais: A Companhia no curso normal de sua atividade está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e civil. A Administração apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de estimativa para perdas contingentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para demandas judiciais	312.428	854.227
	312.428	**854.227**

13.1. Riscos não provisionados: Existem outros processos de natureza cível e tributária em andamento que apresentam o montante do valor da causa atualizado em R$ 4.245.131 (R$ 825.324 em 2022) para os quais baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia foram classificados como possíveis perdas e em consonância com as práticas contábeis adotadas não foram registradas provisões para demandas judiciais.

14. Obrigações trabalhistas e tributárias	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a recolher	1.205.062	1.359.560
CSLL a recolher	602.599	699.715
COFINS a recolher	309.662	290.626
Outros	134.665	116.209
	2.251.988	**2.466.110**

15. Adiantamento de clientes	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de cliente	14.289	239.197
Cessão de direito de uso – CDU **(i)**	1.748.368	2.106.040
	1.762.657	**2.345.237**
Circulante	332.670	758.120
Não circulante	1.429.987	2.122.128
	1.762.657	**2.880.248**

***(i)** As cessões de direitos são representadas pelos contratos de CDU celebrados junto aos locatários, os quais são registrados como adiantamento de clientes e reconhecidos no resultado do exercício linearmente com base no prazo dos contratos de aluguel das lojas.*

16. Contas a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de promoção a pagar	45.251	38.248
Condomínios a pagar	165.600	160.364
Outras Contas a pagar (i)	568.970	568.970
Outros	12.685	849
	792.506	**768.431**
Circulante	223.536	199.461
Não circulante	568.970	568.970
	792.506	**768.431**

(i) O saldo de outras contas a pagar são representados pelos honorários advocatícios e reembolsos a serem pagos referente à operação Palma D'Ouro. A baixa do passivo ocorrerá após a venda do sítio.

17. Imposto de renda e contribuição social

17.1. Imposto de renda e contribuição social – corrente	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de aluguel, cessão e luvas (presunção de 32%)	9.770.110	8.812.935
Receitas financeiras e outras receitas (sem presunção)	5.593.104	2.275.811
Resultado tributável	**15.363.214**	**11.088.746**
Imposto de renda sobre o lucro tributável (25%)	(3.816.804)	(2.748.187)
Contribuição social sobre o lucro tributável (9%)	(1.383.130)	(872.506)
Total IRPJ e CSLL	**(5.199.934)**	**(3.620.692)**

17.2. Imposto de renda e contribuição social - diferido	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de aluguel, cessão e luvas (32%)	31.257.969	29.049.783
Recebimentos de aluguel, cessão e luvas (32%)	(30.531.595)	(27.540.422)
Receitas financeiras e outras receitas (sem presunção)	(851.318)	1.163.986
Base de cálculo de imposto diferido	**(124.944)**	**2.673.347**
Resultado tributável	**(618.878)**	**1.646.982**
Imposto de renda sobre o lucro tributável (25%)	154.719	(411.745)
Contribuição social sobre o lucro tributável (9%)	55.699	(148.228)
IRPJ e CSLL sobre mais-valia de PPI "NE 14"	247.736	247.736
Efeito adicional Imposto de renda	(91.032)	12.570
Total IRPJ e CSLL	**367.122**	**(299.668)**

18. Tributos diferidos: Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a mais-valia da propriedade para investimentos.

Descrição	Saldo
Ajuste de Avaliação Patrimonial	52.573.840
Depreciação Acumulada	(8.872.144)
Base de cálculo do Diferido	**43.701.696**
IRPJ Diferido - 25%	10.925.425
CSLL Diferido - 9%	3.933.153
IRPJ e CSLL Diferido – 2023	14.858.577
IRPJ e CSLL Diferido – 2022	15.106.314
Movimentação	**247.737**

O valor contábil do passivo fiscal diferido é baixado de acordo com as amortizações das depreciações calculadas com base na vida útil econômica dos bens registrados como propriedade para investimentos. **19. Patrimônio líquido: 19.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 43.154.328 e representado por 1.730.498 ações com direito a voto, ordinárias, nominativas, sem valor nominal possuídas por pessoas físicas e jurídicas. **19.2. Reserva legal:** Constituída com base no percentual de 5% calculado sobre o lucro líquido do exercício deduzidos os prejuízos acumulados conforme determinam a Legislação Societária Brasileira não podendo ultrapassar o limite de 20% do capital social. **19.3. Dividendos a pagar:** Estabelecido pela assembleia geral para pagamento dos dividendos, o saldo do lucro líquido somado a realização da reserva de reavaliação após a constituição da reserva legal.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	16.137.750	13.702.438
Realização da reserva de reavaliação – PL	480.899	480.899
(-) Reserva legal	(297.271)	(709.167)
(=) Base de cálculo dos dividendos	**16.321.378**	**13.474.170**
(*) 25% - Dividendos mínimos obrigatórios	4.080.345	3.368.544
(+) Dividendos a pagar de exercícios anteriores (*)	363.001	4.401.125
(=) Dividendos a pagar	**4.443.346**	**7.769.669**

(*) *Investidores não localizados.*

20. Receita operacional líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de aluguéis e cessão de direitos	32.943.882	31.235.427
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(1.140.916)	(1.060.615)
Cancelamento de faturamento	(1.685.913)	(2.177.474)
	30.117.053	**27.997.338**

21. Custos	31/12/2023	31/12/2022
Condomínios	(1.394.253)	(2.099.005)
Depreciações	(2.355.569)	(2.224.755)
Custos para administração do shopping center	(2.650.953)	(2.321.962)
Amortização de direito de uso	(849.869)	(727.874)
Outros	(95.579)	(121.225)
	(7.346.223)	**(7.494.821)**

22. Despesas administrativas e comerciais	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com direção	(1.442.060)	(1.159.275)
Provisão para perdas	(1.141.855)	(105.760)
Aluguel	-	(72.970)
Depreciação	(182.124)	(160.623)
Serviços advocatícios	(316.896)	(313.522)
Utilidades e serviços	(1.201.319)	(732.495)
Reversão (Provisão) para demandas judiciais	541.799	(600.458)
Outras despesas administrativas e comerciais	(163.472)	(247.143)
	(3.905.928)	**(3.392.246)**

23. Despesas tributárias	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e taxas	(199.727)	(97.375)
IPTU	(2.131.376)	(2.622.481)
	(2.331.103)	**(2.719.856)**

24. Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(28.126)	(24.817)
Juros e multas	(8.801)	(3.376)
IOF	(152)	-
Juros de arrendamento – IFRS 16	(326.543)	(317.668)
Descontos concedidos	(15.465)	(16.196)
	(379.086)	**(362.057)**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Receitas financeiras		
Receitas de rendimentos com aplicações financeiras	3.733.875	2.814.905
Juros e correções monetárias	1.077.068	720.712
Multas sobre rescisão de contrato	-	28.331
Outras receitas financeiras	4.906	30.492
Resultado financeiro	**4.815.849**	**3.594.440**
	4.436.763	**3.232.383**

25. Cobertura de seguros (não auditado): A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficiente para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. Cobertura principalmente para riscos de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, bem como lucros cessantes decorrentes desses riscos e de responsabilidade civil e operações de shopping. **26. Eventos subsequentes:** Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

A Diretoria

Dani Glikmanas - Diretor

Fernando José Garcia - Diretor

Ricardo Dias da Rosa - CRC 1SP 243.627/O-4 - Contador

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Conselheiros da
Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas; • Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2024.

Emerson Fabri - Contador CRC 1SP-236.656/O-6

Rafael de Almeida Silva - Contador CRC 1SP-306022/O-7

RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda. - CRC 2SP-030.001/O-0

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

UP.P HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 43.562.306/0001-44
NIRE 35.300.577.167
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em razão do não atendimento do prazo previsto no *caput* do art. 132 da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), na forma da alínea "b" do parágrafo único do art. 123 da LSA, ficam os senhores acionistas da UP.P HOLDING S.A. ("Companhia") convocados a comparecem à assembleia geral ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, às 15h00min do dia 08 de abril de 2024, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº. 119, conjunto nº. 112, Sala nº. 2, Vila Olimpia, CEP 04.551-080, nos termos do art. 124 da LSA e da Cláusula 11 do estatuto social da Companhia, para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia: (i)** Tomar as contas dos administradores do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022**; (ii)** Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Para participação na AGO, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar o instrumento de mandato, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da LSA. Os documentos relativos à ordem do dia foram disponibilizados pela Companhia na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital em 29 de junho de 2023. São Paulo, 28 de março de 2024**. Guilherme Lombardi Junior - Acionista da Companhia**

JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, Segundo Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi prenotado sob nº 524.269, em 17.10.2023, o Requerimento de 11 de março de 2024, feito pela credora fiduciária BANCO PAN S/A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.285.411/0001-13, objetivando a intimação pessoal da fiduciante ERIKA MORAIS AQUINO, RG nº 43.888.178-3SSP/SP, CPF/MF nº 361.533.378-05, o qual se encontra em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, conforme certificação desta Serventia, e, ante a previsão legal contida no parágrafo 4º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97, FICA ELA INTIMADA A COMPARECER neste Serviço Registral, situado na Rua Vitorino Carmilo, 576, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, devidamente identificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito até a data de 11.03.2024, o valor de R$-351.470,41, decorrente da escritura pública de 28 de maio de 2014 (Livro 4.224, páginas 371/385) do 16º Tabelião de Notas desta Capital, registrado sob o nº R.4 e averbada sob nº Av.5 na Matrícula nº 126.164, referente ao APARTAMENTO TIPO nº 21, localizado no 2º pavimento do "EDIFÍCIO RESIDENCIAL HELBOR L'ALTO PERDIZES", situado na Rua Cayowaá, nº 425, no 19º Subdistrito – Perdizes, e ao total acima serão acrescidas as custas, emolumentos e despesas com as tentativas de intimação pessoal da fiduciante, como também as despesas com publicação do presente Edital. Fica a FIDUCIANTE ciente de que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente Edital, será considerada como INTIMADA e terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do aperfeiçoamento da intimação, que se dará a partir da terceira publicação deste Edital, sendo que, recaindo o termo final em sábado, domingo ou feriado, será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, para satisfazer os referidos pagamentos, em moeda corrente nacional ou por meio de cheque administrativo em nome do credor fiduciário. ALERTA:- Decorrido o prazo para purgação da mora, à credora fiduciária restará a faculdade de solicitar a CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 26 do mesmo diploma legal. Para que surtam os efeitos legais da intimação sem que se possa alegar ignorância, o presente EDITAL está sendo publicado por 3 (três) dias em um dos jornais de maior circulação local e afixado na forma da lei. São Paulo, 14 de março de 2024. O OFICIAL.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS
OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS
Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

Matheus Henrique Machado de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido aos 04/09/1998, controlador de acesso, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Sidnei Alves de Oliveira e de Priscila Moreira Machado de Oliveira; e **Samara Sena Souza,** brasileira, solteira, nascida aos 16/06/1991, gerente de serviços de t.i., natural de Taboão da Serra - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Francisco Assis de Freitas Souza e de Gilvete Sena Santos.

Rosenildo Souza de Melo, brasileiro, viúvo, nascido aos 02/12/1981, serralheiro, natural de Bom Jardim - PE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Justo Germano de Melo e de Bernadete Rita de Souza; e **Vaneide Oliveira da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 07/05/1972, de serviços domésticos, natural de Recife - PE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Cassimiro da Silva e de Gertrudes Oliveira Silva.

George Leduard Ricardo Nascimento de Almeida, brasileiro, divorciado, nascido aos 26/12/1984, vigilante, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Dorival de Almeida e de Eliuma Martins Nascimento de Almeida; e **Priscila da Rocha Tanazio,** brasileira, solteira, nascida aos 19/10/1984, professora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Paulo Roberto Tanazio e de Maria Conceição da Rocha.

Luana Penazzo dos Santos, brasileira, divorciada, nascida aos 21/07/1989, analista financeiro, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Firmino Nogueira dos Santos e de Lindinalva Penazzo Leitão dos Santos; e **Amanda de Moura da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 19/08/1998, do lar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Amaro Luiz da Silva e de Cleuza Maria de Moura.

João Batista Galvão , brasileiro, solteiro, nascido aos 06/10/1966, motorista, natural de Fronteira dos Vales - MG, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Manoel Nascimento Galvão e de Ana Maria Galvão; e **Lucinéia Neres Rodrigues,** brasileira, divorciada, nascida aos 24/07/1983, do lar, natural de Joaíma - MG, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de José Neres Rodrigues e de Arlinda Maria Rodrigues.

Samuel Araujo Campos, brasileiro, solteiro, nascido aos 12/06/1997, bombeiro civil, natural de Teresina - PI, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Wilson Campos de Oliveira e de Edilene Araujo dos Santos; e **Ana Carolina da Silva,** brasileira, divorciada, nascida aos 20/01/1985, instrutora técnica de máquinas, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Mesaque Batista da Silva e de Maria do Carmo da Silva.

Robson Barbosa de Lima, brasileiro, divorciado, nascido aos 27/11/1971, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Antonio Barbosa de Lima e de Maria Madalena de Lima; e **Pamela Augusta Murro,** brasileira, divorciada, nascida aos 06/04/1985, técnica de enfermagem, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Waldomiro Murro e de Terezinha Gomes Barbosa.

Alex Sandro Carlos da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 18/10/1997, auxiliar técnico de redes, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Luciano da Silva e de Elisângela Carlos da Silva; e **Joyce Silvestre da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 21/07/2002, balconista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Roberto Silvestre da Silva e de Ana Carolina da SIlva.

Samuel Dias de Sá, brasileiro, solteiro, nascido aos 16/06/2002, assistente de auditoria, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Elton Marcelino de Sá e de Josedina Dias Gaspar de Sá; e **Thamiris de Oliveira Costa,** brasileira, solteira, nascida aos 03/05/2001, analista fiscal, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Paulo Michel da Costa e de Luciana Camargo de Oliveira Costa.

Fernando Genivaldo da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 17/07/2000, motorista, natural de Mauá - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Genivaldo da Silva e de Andreia Gomes da Silva; e **Fabrícia Nenes da Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 07/03/2001, auxiliar de serviços gerais, natural de Arapiraca - AL, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Manoel Missias Nenes da Silva e de Marlene Marta da Silva.

Matheus Rodrigues Bezerra, brasileiro, solteiro, nascido aos 19/08/1999, auxiliar de expedição, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Francisco Valdinar Bezerra e de Eva Maria Rodrigues ; e **Sarah da Silva Costa,** brasileira, solteira, nascida aos 12/03/2001, operadora de call center, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Sandro Neves Costa e de Eliana da Silva Costa.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

Fundo Clima vai financiar projetos com juros de 1% a 8% ao ano

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram na segunda-feira (1º) o contrato para execução de R$ 10,4 bilhões pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima).

Trata-se do maior volume de recursos da história do fundo, criado em 2009, e que desde então possui uma carteira de contratos em vigor que soma R$ 2,5 bilhões. Nos últimos quatro anos, no entanto, o fundo ficou praticamente parado, segundo o governo.

"Saímos do volume de recursos de R$ 400 milhões em média, por ano para R$ 10 bilhões, e esses recursos com certeza farão a diferença no processo de mudança da nossa matriz energética, agricultura resiliente, cidades resilientes, com adaptação e outras agendas", destacou a ministra Marina Silva, em entrevista a jornalistas após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Ela estava acompanhada do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, que confirmou os valores das taxas de juros dos projetos a serem financiados pelo fundo.

As taxas mais altas serão para projetos na área de energia solar e eólica, que têm um mercado mais bem estabelecido no Brasil, definidas em 8% ao ano. Já a taxa para restauro de floresta será de apenas 1% ao ano. Todas as demais áreas, como financiamento para compra de ônibus elétricos, obras de resiliência para adaptação climática das cidades, descarbonização da indústria e agricultura, entre outros, terão taxa de juros de 6,15% ao ano.

"A taxa de juros que estamos oferecendo é equivalente à de um país que tem grau de investimento, captando recurso em dólar. Com uma diferença: quem pega financiamento não tem risco de câmbio porque a Fazenda garante essa taxa por meio de um fundo garantidor contra risco cambial]. Então, é uma taxa muito competitiva e a demanda é muito forte. Vamos liberar com muita rapidez esses recursos", afirmou Mercadante. Ele não informou quanto cada segmento vai ter de recurso disponível. O BNDES deve abrir uma plataforma específica com informações sobre cada projeto contemplado, incluindo desembolsos e andamento da iniciativa.

A carteira de R$ 10,4 bilhões foi viabilizada ainda no ano passado, quando o governo federal realizou, pela primeira vez, uma emissão de títulos públicos sustentáveis no mercado internacional, que rendeu mais de US$ 2 bilhões.

O Fundo Clima tem o objetivo de financiar projetos, estudos e empreendimentos voltados à redução de emissões de gases de efeito estufa e à adaptação aos efeitos da mudança do clima. São disponibilizados recursos nas modalidades reembolsável, administrados pelo BNDES, e não-reembolsável, que são operados pelo MMA.

As áreas de atuação do Fundo serão: desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; indústria verde; logística de transporte, transporte coletivo e mobilidade verde; transição energética, florestas nativas e recursos hídricos e serviços e inovação verde. (Agência Brasil)

Força Nacional continuará apoiando Ibama na Amazônia Legal

O Ministério da Justiça e Segurança Pública prorrogou, até 31 de dezembro de 2024, o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) nas ações de fiscalização e repressão ao desmatamento ilegal e outros crimes ambientais na Amazônia Legal. A medida foi publicada na segunda-feira (1º), no Diário Oficial da União e tem validade de 275 dias.

Os agentes permanecerão na região prestando apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), inclusive nas ações de combate aos incêndios florestais e queimadas. A intensificação do monitoramento e controle ambiental é um dos 12 eixos previstos no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), que foi atualizado, está em sua 5ª fase, após a retomada das políticas ambientais em 2023, e estabeleceu a meta de desmatamento zero até 2030.

Por medida de segurança, a diretoria da Força Nacional de Segurança Pública não divulga o contingente disponibilizado para atuar nas ações, mas cada operação segue um planejamento e recebe o apoio logístico do próprio Ibama na região.

Rio de Janeiro

A FNSP também foi autorizada a permanecer atuando no estado do Rio de Janeiro por mais 30 dias, "nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado", conforme portaria também publicada no Diário Oficial da União.

A prorrogação já havia sido solicitada pelo governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, no último dia 28 de março. Com a confirmação, os agentes permanecerão apoiando as forças de segurança locais nas operações de patrulhamento das rodovias federais. (Agência Brasil)

Repasses constitucionais aos municípios tiveram crescimento de 10,8% em março

O Governo do Paraná, por meio da Secretaria da Fazenda, destinou no mês de março aproximadamente R$ 1,14 bilhão aos municípios paranaenses em transferências constitucionais. Esse montante reflete um aumento nominal de 10,87% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando os repasses totalizaram R$ 1,02 bilhão.

Com o recolhimento da terceira parcela do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2024, o Estado realizou uma transferência de R$ 366,7 milhões provenientes deste tributo. Além desse montante, foram repassados R$ 761,1 milhões provenientes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), que representa cerca de 25% da arrecadação total do Estado. Adicionalmente, houve a transferência de R$ 685,1 mil de royalties do petróleo e R$ 11,8 milhões referentes ao Fundo de Exportação.

Os repasses, conforme estabelecido pela Constituição, são direcionados às prefeituras para aplicação em serviços públicos essenciais à população, em áreas como saúde, educação, segurança pública, transporte e infraestrutura.

As transferências de recursos aos municípios são feitas de acordo com o Índice de Participação dos Municípios (IPM), e seguem as regras constitucionais. Os índices são calculados anualmente e levam em consideração uma série de critérios estabelecidos pelas leis estaduais. Cada ajuste no índice é aplicado no ano subsequente à alteração. (AENPR)

Saiba como funciona o novo aplicativo de segurança nas escolas

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) lançou recentemente o Aplicativo Conviva, a nova versão da Plataforma Conviva (Placon). O aplicativo, que já funcionava em fase de teste em algumas escolas, é utilizado para registro de ocorrências no ambiente escolar, incluindo agressão, bullying, racismo, porte de arma de fogo, dano ao patrimônio, tentativa contra a vida e questões disciplinares, e faz parte do Conviva (Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar).

As novas funcionalidades da iniciativa garantem o acompanhamento de episódios de violência e agilizam a sistematização dos dados pelas Diretorias Regionais de Ensino e a própria Seduc-SP.

O sistema elenca até oito tipos de ocorrências, que são registradas e acessadas por um grupo capacitado de profissionais formados pelo professor orientador de convivência, professor especialista em currículo, diretor e vice-diretor.

Além do espaço para descrição detalhada sobre os casos, o aplicativo permite às unidades de ensino fazer o registro dos envolvidos, agressores e vítimas (seja estudante ou membro da equipe escolar) e a gravidade de cada episódio.

Na "tela de chamados", é possível fazer a consulta do histórico — do mais recente ao mais antigo —, e status de cada incidente por unidade de ensino e diretoria. Já na "tela de envolvidos", caso o incidente tenha desdobramentos, o site está aberto à consulta de qual encaminhamento foi adotado: medidas disciplinares, atendimento psicológico, rede de proteção ou sistema de saúde.

Outra opção da ferramenta é o registro diário de não ocorrências. As anotações de ausência de episódios de violência, inclusive em dias não letivos, são importantes para o monitoramento e a construção de políticas protetivas pelas equipes do Conviva nas Diretorias de Ensino e da Seduc-SP. Com ajuda do novo aplicativo — acessível pelo computador e dispositivos móveis —, as equipes também podem exportar as informações em arquivos pdf e Excel.

Em 2023, o Conviva SP implantou uma série de iniciativas na rede estadual de ensino. Entre elas está a contratação de 550 psicólogos para atuar nas escolas e regionais. O objetivo é melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e construir ambientes escolares com climas cada vez mais harmônicos.

Os profissionais devem visitar as escolas e desenvolver ações preventivas, tais como acolhimentos, dinâmicas de grupo, escutas, desenvolvimento de habilidades socioemocionais, psicologia escolar e saúde mental na escola. Os psicólogos também realizam intervenção emergencial individualizada, com posterior encaminhamento à rede protetiva para continuidade com atendimento psicológico clínico.

Outra medida adotada pela Seduc-SP no último ano foi a contratação de 1.000 vigilantes para prestação de serviços nas escolas da capital paulista, região metropolitana, interior e litoral. As unidades foram definidas com base em critérios como vulnerabilidade da comunidade e convivência no ambiente escolar.

Ainda no fim do segundo semestre de 2023, o programa publicou o Protocolo Conviva 179 – Segunda Edição. O documento, redigido em colaboração com a Polícia Militar e representantes das diretorias de ensino, orienta as unidades e diretorias sobre os procedimentos de proteção e segurança a serem adotados nas situações que porventura aconteçam no ambiente escolar.